

Padre Manuel Martins Cepa

Monografia de  
S. Bartolomeu do Mar





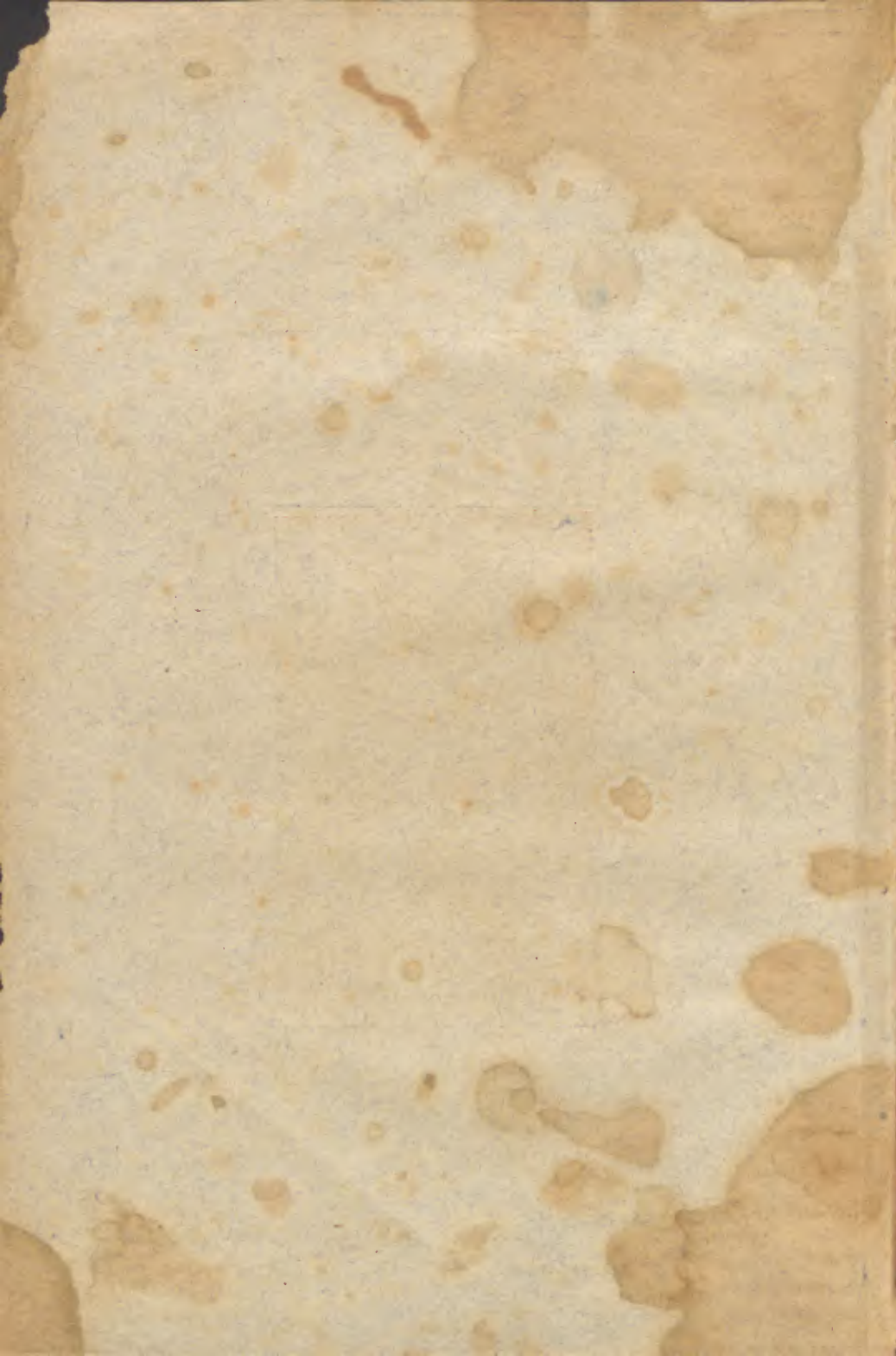






# MONOGRAFIA DE S. BARTOLOMEU DO MAR





MONOGRAFIA  
DE  
S. BARTOLOMEU DO MAR



Do Autor:

*Monografia de S. Miguel de Alvarões*

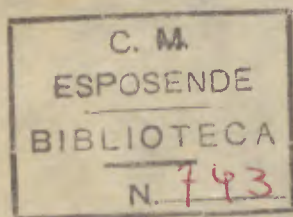
P.º MANUEL MARTINS CEPA

# MONOGRAFIA

de

## S. Bartolomeu do Mar

(Concelho e Arciprestado de Esposende,  
Distrito e Arquidiocese de Braga)



Esc. Tip. da Oficina de S. José  
BRAGA — 1944

ALPHABETIC

ALPHABETIC

ALPHABETIC  
BIBLIOTHEQUE  
C. M.

## Prefácio

---

*AS* lições que me deram meus saüdosos pais à noite, à lareira, depois das «Graças» e do Têrço do Rosário ou da Coroa da Senhora das Dôres, despertaram em mim o desejo de desvendar o passado da terra onde nasci.

— Com que interêsse eu ouvia as tradições da nossa humilde mas ridente e progressiva freguesia! Recordando essas lições procurava ampliá-las consultando documentos e aguardava oportunidade de publicar tudo que pude apurar e que, no dizer do P.<sup>o</sup> Vieira, fôsse testemunha do passado, exemplo e aviso do presente e advertência do futuro.

Pareceu-me conveniente dar à publicidade o resultado das minhas investigações porque a vida intensiva da hora que passa, vai apagando os usos e costumes, quebrando o fio das tradições e desligando-nos da nossa terra.

E' mister, para perpetuarmos as lições do passado, acarinhar o amor à aldeia em que nascemos e nos criamos.

E' neste amor à terra onde vimos pela primeira vez a luz de Deus, onde respiramos os primeiros aletos da vida, que está o mais sólido fundamento da Pátria, que, segundo o nosso vizinho e grande poeta cristão e nacionalista, Corrêa de Oliveira, «não é mais que um jardim onde todos temos um canteiro».

A nossa aldeia é êsse canteiro florido onde está a nossa casa e o nosso lar.

Como faz bem à alma recordar com ternura esse lar, essa casa onde nascemos, por mais humilde que ela seja, onde nos ensinaram a erguer as mãos ao Céu, na oração diária, de manhã, ao meio-dia e à noite, depois das refeições, sob a presidência do pai e todos em pé!

Com que saudade recordamos a igreja onde fomos baptizados e onde recebemos pela primeira vez o Pão dos Anjos;

Os sinos muito repenicados nos actos de alegria ou gemendo consternados e soluçantes quando a morte entrou em nossas casas;

O cemitério onde estão os restos mortais dos nossos antepassados!

E' com a mais doce emoção que recordo sempre, e sempre visito a querida aldeia onde passei a minha infância e os primeiros anos da minha vida sacerdotal. Não há terra que achemos tão linda como a nossa! E' que a nossa terra, além de ser o lugar onde nos criamos, é também a terra dos nossos pais; é o mesmo o campanário e a igreja, mesmos os sinos que ouviram nossos pais e os nossos antepassados através de muitas gerações.

Nesta hora de rejuvenescimento nacional e moral quero prestar a minha modesta colaboração, evocando o passado, mostrar aos habitantes da minha pequena e laboriosa freguesia as lutas, os sofrimentos e os méritos dos nossos antecessores, o que o presente deve ao passado e convidar os novos a conservar as piedosas e



*patrióticas tradições para glória de Deus e honra do seu lar.*

*Dedico êste modesto trabalho à minha terra natal procurando dignifica-la e engrandece-la porque a nossa terra é nossa mãe.*

*Ter-lhe carinho, estima-la acima de qualquer outra é dever que se não impõe, pois está gravado em nós.*

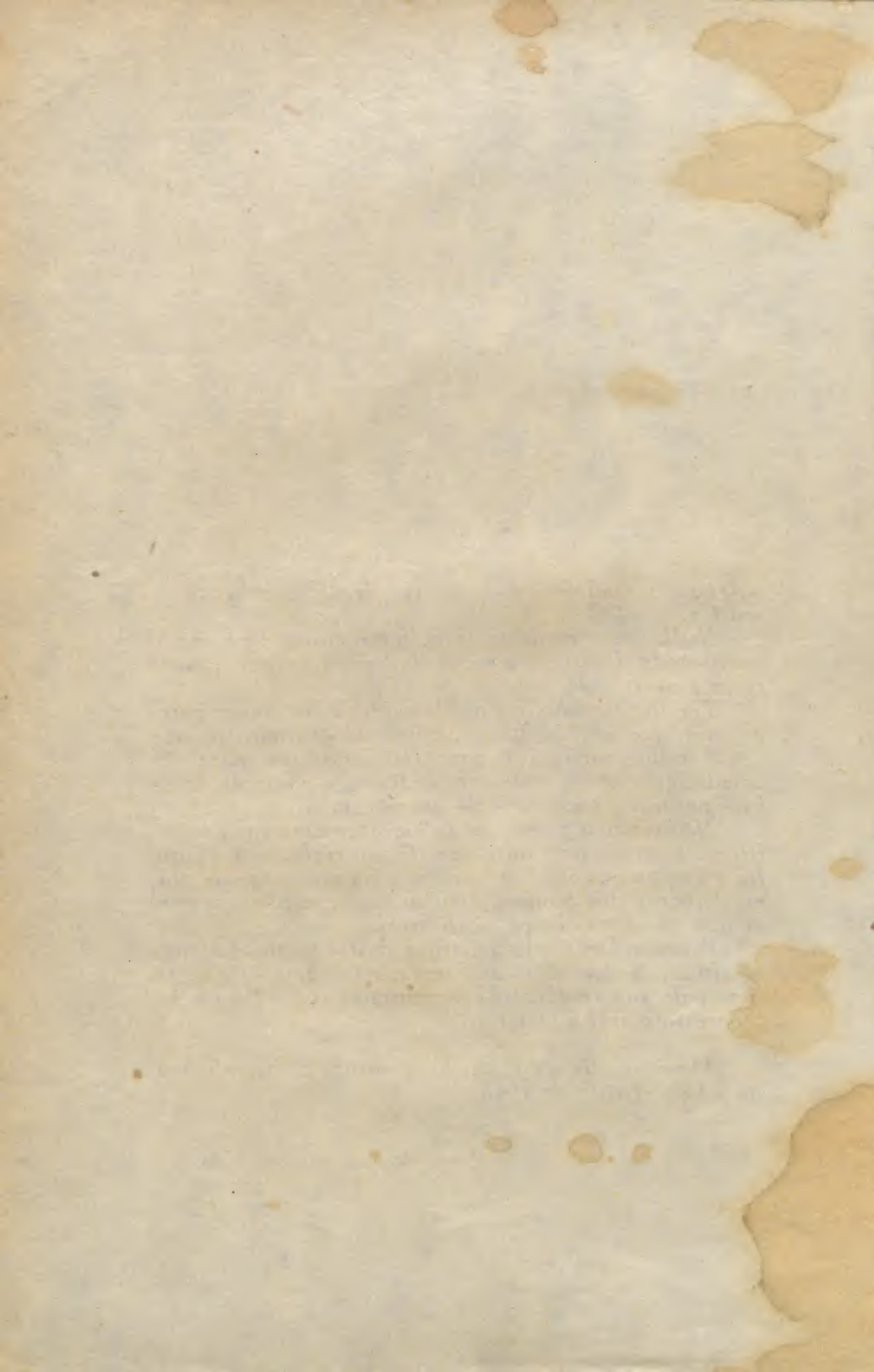
*Ter-lhe carinho é torna-la conhecida para ser amada, arreigando nas localidades êsse amor da terra, base natural e necessária do patriotismo.*

*Não tenho a veleidade de escrever uma composição literária ou de presumir que fiz um trabalho perfeito; fiz o que pude, com boa vontade e na esperança de que, no decorrer dos tempos, alguém virá completar a obra de que eu apenas lanço os alicerces.*

*Praza a Deus que a leitura destas páginas aqueça as almas na defesa da sua terra, na dedicação e sacrifício pela sua freguesia, contribuindo assim para o seu progresso moral e material.*

*Alvarães, dia da festa do Apóstolo S. Bartolomeu, em 24 de Agôsto de 1943.*

*Reitor Manuel Martins Cepo.*



## CAPÍTULO I

### Origem etimológica

Antigamente, para a denominação das terras, usaram-se nomes derivados ora dos nomes dos seus possuidores — *Sapanusindus* e *Spazandus* — *villa Spanusindi* — *Esposendi* — *Esposende*; *Frogianus vila Frogiani* — *Frogiaís* ou *Forjães* — e dos antigos habitantes (*Bracari* — *Bracara* — *Braga*) ou dos vestígios da sua civilização (*Castro* ou *Crasto*, povoação fortificada da Idade do Ferro); *Antas*, monumentos sepulcrais da Idade do Pedra Polida, (*S. Paio de Antas*), ora dos nomes da fauna e flora (*villa luparia* — *Lobeira* e *villa Moraria* — *Moreira*), dos minerais (*ferrum*, ferro) *villa Ferraria* — *Ferreira*, concelho de Paços de...), da natureza do terreno — *Barrozelas*; *Areia* — *Areias* — *Areosa*; *fraga* — *Fragoso*, *Gândara* — (terreno etéril), das águas (*Águas Santas*, *Fonte-Boa*), da situação (*Entre-os-Rios*), da configuração (*Vila-Chã*), dos rios que as banham (*Rio Tinto*, *Castelo de Neiva*), etc.

S. Bartolomeu não escapou à regra.

Esta freguesia teve através dos tempos, pelo menos, três nomes — S. Bartolomeu da *villa d'Atam*, S. Bartolomeu das *Marinhas* e S. Bartolomeu do *Mar*.

O primeiro nome, que aparece nas inquirições de 1220, nas de 1258 (nêstes com a forma *Aton*) e nas de D. Diniz, 1290, indica-nos incontestavelmente o nome do seu primitivo senhor.

A palavra *Atam*, que nêstes remotos tempos já devia soar aproximadamente *Atão*, é sem qualquer sombra de dúvida, um antigo nome de homem de origem germânica, da base gótica *atta*, pai <sup>(1)</sup>.

---

(1) Deve notar-se, porém, que os indivíduos que na época da Reconquista usavam ou impunham êste e outros muitos nomes pessoais germânicos, tinham tanta consciência da sua origem e significação etimoló-

Não é admissível a opinião dos que derivam este nome dum pretenso antropónimo romano *Ato* ou *Aton*, pois este não aparece, mas apenas *Attus* — *i* e *Arta* — *ae*.

Além da forma *Atam* esse nome de homem aparece ainda com as variantes *Atan*, *Attane* e *Atanus* (1).

Como dissemos, nas inquirições de 1258 esta palavra aparece com a forma *Aton*, *Villa Aton*. Se não há erro na reprodução do original, esta última grafia *Aton* reflecte talvez uma pronúncia dialectal do antropónimo *Atam* — *Atão*.

*Atam* deu origem aos topónimos seguintes: — *Atão* na freguesia de Abrazão (Penafiel); Vilar de *Atão* na de S. Torcato (Guimarães); quinta de *Atão*, às vezes erradamente escrita *Datão* na Vila-Cova de Sub *Avô* (Arganil).

Os topónimos resistem geralmente a tôdas as transformações sociais e históricas, mas a freguesia de S. Bartolomeu mudou de nome, não sabemos por que razão.

O nome primitivo de *Villa Atam* devia começar a cair desuso no século XIV, porque o Catálogo de tôdas as Igrejas, Comendas e Mosteiros de Portugal — 1320-21 (2), o Censual de D. Diogo de Sousa — 1520 (3) e o de D. Frei Baltazar Limpo — 1551 (4) nomeiam esta freguesia apenas por *S. Bartolomeu*, acrescentando que estava anexa ao mosteiro beneditino de Palme.

O censo da «Povoação de Entre-Douro-e-Minho de 1527-31 chama-lhe *S. Bartolomeu das Marinhas*, denominação paralela à da sua vizinha *S. Miguel das Marinhas* (5).

gica, como ordinariamente o têm hoje os que usam nomes quer germânicos, como Rogrão, Afonso, Carlos, etc. quer de outra origem, como Manuel, Ladislau, Artur, Anibal, Helena, Caetano Zairs, respectivamente hebraico, eslavo, celtico, cartaginês, grêgo, romano e árabe. Quer dizer todos os nomes pessoais referidos eram usados como simples etiquetas ou distintivos individuais e não tem valor étnico

(1) Cfr. A. A. Cortesão *Onomástico Medieval Português*, pág. 36-37 e *Port Monum. His. Diplomata et Chartae*, pág. 89, 112, 113, 257, 429 e 437.

(2) Fortunato de Almeida, *Hist. da Igreja*, II, 628.

(3) Arquivo Provincial de Braga, Livro n.º 304, (numeração antiga) fls. 82. v.º.

(4) *Idem*, Livro n.º 269 (numeração antiga) fls. 26. v.º e 40.

(5) *Arq. Hist. Português*, vol. III, pág. 268.



E' na carta régia que elevou o lugar de Esposende à categoria de vila, passada a 19 de Agôsto de 1572, que, pela primeira vez, aparece a denominação *S. Bartolomeu do Mar* <sup>(1)</sup>.

Há quem pretenda explicar a mudança do nome destas duas freguesias — *S. Bartolomeu da Vila d'Atam* e *S. Miguel de Zopaes* ou *Cepães* para *Marinhas* por nelas existirem em tempos *salinas* ou *marinhas* mas a sua existência é muito duvidosa especialmente nesta freguesia.

Parece-nos mais provável que a causa da mudança fôsse a situação ou proximidade do mar. Nêste caso a palavra *Marinhas* significaria freguesias da *Beira-Mar*, como de facto o são.

A substituição de *S. Bartolomeu das Marinhas* por *S. Bartolomeu do Mar* fêz-se certamente para evitar a confusão proveniente dos nomes idênticos para as duas freguesias <sup>(2)</sup>.

O facto de a última denominação lhe ter sido dada pela sua proximidade do Mar <sup>(3)</sup> vem reforçar a opinião de que a precedente de *S. B. das Marinhas* era proveniente também da sua situação e não da existência de salinas ou marinhas <sup>(4)</sup>.

(1) «... de Esposende para a parte do norte até S. Bartolomeu do Mar, daí direito a Vila-Chã...».

D. Sebastião, nêste documento dava-lhe por têrmo a distância de meia légua em circuito para o norte até S. B. do Mar e daí direito a Vila-Chã, S. Cláudio de Curvos e Gemezes até ao Rio Cávado, havendo dentro destes limites sete freguesias que tinham 700 vizinhos a saber: S. Martinho de Gandra, S. Miguel de Gemezes, Santa Eulália da Palmeira, S. Cláudio de Curvos, S. João Baptista da Vila-Cham, S. Bartolomeu do Mar e S. Miguel das Marinhas. (Vide *Prontuário das Terras de Portugal*, pág. 571-(1669).

(2) Apesar-de porfiadas investigações não foi possível conhecer a causa da diferença entre os Censuais e o Censo de 1527, continuando a dúvida se, de facto, a freguesia nos séc. XIV-XVI se denominava simplesmente *S. Bartolomeu* como vem nos Censuais ou *S. Bartolomeu das Marinhas* como se encontra no Censo de D. João III.

(3) *Beneditina Lusitana*—1651—Frei Leão de S-to Tomaz, Tomo II, pág. 237.

(4) *Marinhas* segundo diz o professor do Liceu Central do Pôrto, P.º António Gomes Pereira, do seu livro—*Tradições Populares*—pág. 403, é um substantivo comum significando heira-mar, costa do Mar, salinas, etc.

Aproveitamos a ocasião para agradecer ao distinto filólogo Snr. Dr. Joaquim da Silveira os elementos que gentilmente nos deu para a elaboração dêste capítulo.

## Situação, fisionomia e natureza do terreno

Esta freguesia pertenceu às Terras e Julgado de Neiva, <sup>(1)</sup> no termo <sup>(2)</sup> de Barcelos.

Elevado o lugar de Esposende à categoria de vila, S. Bartolomeu do Mar ficou-lhe pertencendo no termo mas sujeita e incluída na comarca de Barcelos <sup>(3)</sup>.

Assim foi continuando até 16 de Dezembro de 1886, data da criação do seu julgado municipal, mas ainda com sujeição a Barcelos até 27 de Outubro de 1898, isto é, até à criação da Comarca de Esposende.

Está situada a 41° 34' e 25" de latitude N. e a 0°, 20' e 21" de longitude O. de Lisboa.

Situada em planície na orla do mar e ao norte da sede do concelho, confina pelo norte com Belinho; pelo nascente com Vila-Chã, pelo sul com Marinhas e pelo poente com o Oceano Atlântico.

Dista de Esposende, 5 km; de Viana do Castelo, 15; de Barcelos, 18; da Póvoa de Varzim, 20; do Pôrto, 50; de Braga, 41.

Tem de extensão de leste-oeste 2.500 metros e de norte-sul 1.020 metros.

Faz parte da Província do Minho e pertence à Arquidiocese e Distrito de Braga, ao Arciprestado, concelho e comarca de Esposende, ao Distrito Escolar

(1) Na Idade-Média dava-se o nome genérico de *Terras* a certas regiões mais ou menos extensas a que correspondia uma circunscrição jurisdiccional, compreendendo povoações mais ou menos próximas umas das outras, ligadas entre si por laços morais de interesses, foros, tradições e costumes. Estas circunscrições territoriais, em geral, eram demarcadas por limites naturais — montes ou rios.

Nas Terras de Neiva havia 54 freguesias, onze coutos e seis conventos.

(2) Mais tarde a designação de Terras foi substituída pela de *Termo*, ou *Julgado*, com significação mais restrita, aplicando-se este nome, como sinónimo de distrito e alfoz, a mais reduzidas circunscrições, a que se chamava *concelho*.

Estes eram ainda constituídos por vilas e aldeias ou lugares, com a sua igreja, a cada uma das quais estava adstrito um certo número de moradores ou vizinhos, que da palavra *ecclesia* tiraram o nome de *freguesias* (*filigreses* — *filií ecclesiae*). (Al. Herculano, *História de Portugal*, 1.ª pág. 298).

(3) Mar he aldea e Parochia do termo da vila de Esposende, na comarca de Barcelos — Cfr. Dicionário Geográfico do Padre Luiz Cardoso — 1758 — livro 42, fls 83, N.º 175.

de Braga, à 1.<sup>a</sup> Região Militar, à Relação do Pôrto e ao Distrito de Recrutamento e Mobilização n.º 8, com sede em Braga.

E' servida pela estrada N.º 1 — 1.<sup>a</sup> e por um ramal que partindo desta, vai até à praia.

A fisionomia topográfica do terreno é bastante plana tendo apenas, a nascente, o monte Castro.

Os terrenos são bons e há boas várzeas.

No lugar de Cima sente-se a falta de água potável e de rega mas abunda no lugar de Baixo e nos campos.

## Paisagem, aspecto panorâmico e altitude

E' junto ao mar, quasi debruçada sobre elle, no Concelho de Esposende, que se encontra a pequena mas encantadora freguesia de S. Bartolomeu do Mar.

O seu aspecto é bello, embora modesta na sua disposição e vida; pobre a sua população, mas rica e admirável a sua paisagem.

Resguarda-a do nascente o íngreme e penhascoso monte do Castro; orla-a pelo poente o vasto oceano; do norte e do sul cerca-a uma extensa e verdejante veiga que corre do Cávado ao Neiva, como delicioso jardim, entre a cinta escura de altas montanhas e a franja alviníente das ondas a desfazerem-se sobre as areias da praia.

Do alto do monte Castro, descobre-se um panorama de beleza rara: o oceano imenso desde Viana do Castelo até à Póvoa de Varzim, a estender-se, como manto de prata até ao horizonte longínquo; a planura dos campos, matizados pela mais variada policromia, a confundir o seu verde-escuro com o azul do oceano; aqui e além, numa arrumação donairoza, as casas brancas, deixando sobressair majestática a esguia torre da igreja paroquial.

A freguesia é um pequeno aglomerado de casas — disposto em suave declívio desde a base do monte até ao mar.

O seu povo occupa-se geralmente no cultivo dos campos e na apanha do sargaço e caranguejo no mar, que elle emprega como adubo das terras, vendendo o excedente.



E' terra abundante em caça sendo êste um divertimento muito apreciado pela colónia balnear.

Tem apenas uma fonte pública, junto da antiga greja paroquial.

O terreno em que esta freguesia está situada apresenta dois terraços bem distintos, quer quanto à sua altitude, quer mesmo quanto à sua natureza.

Um, com altitude máxima de 25 metros, estende-se desde a base do monte até à estrada, aproximadamente. O seu solo é de natureza granítica.

O outro, com uma altitude de 6 metros, correspondente à extensa veiga de campos, é de solo fértil e produz em abundância milho, feijão, centeio, aveia, trigo, cevada, linho, hortaliças, alho, cebola, etc.. O seu subsolo é constituído por uma profunda camada de areia, de mistura com grande quantidade de seixos rolados, como se tem verificado em vários pontos por ocasião da abertura de poços para regar. São abundantes também os afloramentos xistosos, idênticos aos do mar, atingindo alguns elevadas proporções, como os dos campos das Pedras Negras.

O próprio povo, notando esta diferença de terraços, chama ao primeiro, lugar de Cima, e ao segundo, lugar de Baixo.

E' um princípio assente que no litoral do Atlântico e do Mediterrâneo se observaram, durante o Quaternário certas oscilações do terreno, ora de submersão, ora de emersão, em relação às águas do Oceano, que durante certo tempo invadiria a terra, e durante outro recuaría para o seu leito, devido acção dos glaciares.

A orla marítima de entre Cávado e Neiva não fugiu certamente a esta lei geral.

O litoral que hoje aí se cultiva esteve, por certo, em remotas eras, sob as águas do mar.

Segundo a classificação de Déderet, o primeiro terraço de S. Bartolomeu do Mar, pertenceria ao tipo Monasteriense, já nos tempos do *Paleolítico* (1).

(1) Costumam os Geólogos dividir a história da terra, desde que nela começaram a aparecer os primeiros seres vivos, em quatro grandes períodos a que se chamam "Éras".

A era Primária, a era Secundária, a era Terciária e a era Quaternária ou actual.

Se quiséssemos fazer um calculo da duração de cada uma destas eras,



A costa é baixa, pouco recortada e erizada de penhascos. Encontra-se aí a taíña, sôlha, raia, corvina, arola, o robalo, chaliço, linguado, rodovalho, patêlo, polvo, congro, camarão, etc..

O clima é húmido e temperado.

A única elevação de terreno digna de menção, é o monte Castro de 236 metros de altitude.

parece que o mais racional seria este: A primeira durou uns 30.000.00 de anos; a segunda uns 7.500.000; a terceira uns 2.350.000 e a quarta começaria já há 150.000 anos aproximadamente.

Com a era quaternária, devido a várias causas, começou para a Europa um grande esfriamento da atmosfera, pelo que resultou ficar em parte coberta de neves perpétuas, e cair sobre ela extraordinária abundância de chuvas. Este esfriamento, porém, não foi continuo. Houve também intercalados períodos de clima benigno e seco, a que os geólogos chamam "Interglaciares". Aos outros chamam "glaciares". São quatro as glaciares e três os interglaciares.

Durante cada um dos glaciares, devido à abundância de águas, o volume das águas dos rios e do mar aumentou consideravelmente, diminuindo depois durante o interglaciar seguinte. Daí a formação de vários terraços nas margens dos rios e na orla do mar.

Depois de várias observações, concluiu Déderet que há terraços cuja altitude anda entre 95 e 100 metros, 55 e 60, 30 e 35, 18 e 20, metros acima do nível do mar.

Há ainda outros quasi ao nível do mar, que são os de formação actual. Ao mais alto e por isso mais antigo, correspondente ao primeiro glaciar, chamou-lhe *Siciliense*; ao segundo *Millazziense*; ao terceiro *Tiriense*; ao quarto *Monasteriense* e ao quinto, formado já nos tempos históricos, *Flandriense*.

O homem parece ter aparecido na Europa durante o último interglaciar, ou seja, antes da formação do terraço *Monasteriense*.

E' nas camadas deste terraço que se encontram os primeiros instrumentos de pedra.

## CAPÍTULO II

### S. Bartolomeu do Mar na antiguidade

#### Primitivos habitantes

Quando começaria a ser habitada a área actual da freguesia de S. Bartolomeu do *Mar* ou de *Atam* dos tempos medievais? E' esta a pergunta que muito naturalmente acorrerá neste ponto à mente dos leitores.

Se, na verdade, nos é absolutamente impossível determinar datas concretas, podemos contudo afirmar, a avaliar de vários documentos, que ela fôra habitada em épocas muito remotas muito antes até da vinda de Cristo.

Sabe-se positivamente que a Península Hispânica e inclusivé o território português fôra habitado já no *Paleolítico inferior* (1) milhares de anos antes da nossa era.

O ferro não era ainda conhecido e o homem servia-se apenas de instrumentos rudimentares, feitos de pedra mal lascada, por percussão.

Os seixos do mar e dos rios e os sílices eram a matéria única e mais própria para a confecção de tais

---

(1) Os tempos que tem decorrido dedse a criação do homem (mais de 10.000 anos antes de Cristo) até aos nossos dias, estão divididas em duas grandes épocas: Tempos *Pré-históricos* e tempos *Históricos*.

Nos primeiros faltam os documentos escritos e há apenas achados arqueológicos; nos segundos há tradições e documentos escritos.

Os *Pré-históricos* subdividem-se ainda, conforme a natureza ou a forma dos instrumentos, em longos períodos ou idades.

Temos assim o *Paleolítico*, o *Neolítico*, o *Eneolítico* ou a idade do cobre, a idade do bronze e a idade do ferro.

No *Paleolítico* que ainda se divide em *Paleolítico inferior* e *superior*, os instrumentos eram de pedra lascada, ou, mais tarde também de osso.

No *Neolítico* eram de pedra pulida; e no *Eneolítico* eram de cobre; nas idades seguintes eram também de bronze e de ferro.

A idade do bronze começa uns 2.500 anos antes de Cristo e a idade do ferro uns 1.000 anos.

utensílios. Com êles se defendiam de seus inimigos ou das feras, com êles caçavam e matavam os animais, com êles prendiam nas águas do mar e dos rios as suas rêdes, com êles cortavam, raspavam, picavam, numa palavra, ocorriam a tôdas as necessidades da vida.

Os seus vestidos seriam de fôlhas de árvores ou de peles de animais.

A sua alimentação, muito frugal, consistiria em carnes, peixe, frutas e suas casas, quando não viviam em pleno ar livre, não passariam de miseráveis choupanas, feitas de ramos e de fôlhas de árvores.

Só mais tarde, durante o período do último glaciador e ainda depois, é que o homem começou a refugiar-se e a viver nas cavernas e grutas naturais ou artificiais.

Por comodidade e para facilitar a vida, viviam juntos aos cursos de água ou ao mar, onde facilmente encontravam alimentos.

O fogo já então devia ser conhecido.

Existiam então, mesmo no território de Portugal, o cavalo, o boi, o leão, o urso, o rinoceronte, o elefante, etc..

O clima, a princípio suave, tornou-se depois frigidíssimo durante o último glaciador, até ao fim do *Paleolítico superior*.

E' nesta época do *Paleolítico superior*, que começam a aparecer os primeiros objectos de ôsso, chifre e marfim, as gravuras em pedra e em ôsso, as pinturas nas cavernas ou nos rochedos ao ar livre.

Se esta freguesia foi ou não habitada nêstes tempos tão afastados, não o podemos dizer.

No verão de 1940 foram encontrados aqui, no lugar de Cima, alguns instrumentos de pedra lascada, de tipo *Asturiense*, pertencentes portanto aos tempos que medeiam entre os fins do *Paleolítico* e o princípio de *Neolítico* <sup>(1)</sup>.

Por êstes simples achados, porém, não podemos

(1) Os objectos arqueológicos foram encontrados pelo apaixonado e erudito investigador Rev.<sup>mo</sup> Snr. Dr. Luciano Afonso dos Santos, natural de Alvarães e distinto professor nos Seminários de Braga.

Confessamo-nos eternamente reconhecidos pelas suas criteriosas e inteligentes investigações nesta freguesia e pelos valiosos elementos que amavelmente se dignou prestar nos para elaboração dêste capitulo.

(\*)



concluir imediatamente que já era habitada então, porque tais instrumentos, pouco numerosos, podiam ter sido transportados para ali, ou então feitos em épocas posteriores, quando o ferro já era usado há muito.

Todavia, podemos afirmar com segurança que ela fôra habitada, pelo menos, no do *Eneolítico* ou no princípio da idade do bronze, ou seja uns 2.500 anos antes de Cristo.

É o exame de vários vestígios de civilizações pré-históricas que nos leva a esta conclusão.

Assim, nos montes da orla marítima, compreendidos entre o Cávado e a margem direita do Neiva, aparecem em muitos penedos e lajes, pequeninas covas, com um diâmetro aproximadamente de 10 cm., ora dispostas em cruz, ora em circunferência, ora noutras formas, quer em pequeno, quer em grande número.

Aparecem ainda às vezes, de mistura com estas covinhas, outros sinais rupestres como, por exemplo, cruzes, espirais, círculos concêntricos, sulcos compridos, quer paralelos, quer ondulados, covas maiores em forma de pias, de ferradura ou de pégada as quais o nosso povo erroneamente julga serem sinais de tesouros escondidos pelos mouros, ou letras antigas e indecifráveis, ou ainda pégadas de algum Santo que, em tempos remotos, por ali passou e, por milagre de Deus, ali deixou provas eloqüentes da sua virtude.

Já então era cultivada a terra e a agricultura que havia aparecido apenas no *Neolítico* ou então idade da pedra polida, começa agora, com o aparecimento de novos instrumentos a desenvolver-se cada vez mais.

Viviam então os homens em pequenas casas, agrupadas em minúsculos povoados, junto às correntes de água, no sopé dos montes ou nos outeiros que dominavam a planície. A sua religião, nestas paragens, a avaliar de vários objectos que se presume serem ídolos e de várias gravuras insculpidas em rochedos, por ex., as próprias covinhas, deveria ser a idolatria.

Adorariam o sol, as estrêlas, os animais, as forças da natureza e até mesmo alguns instrumentos e ídolos.

Quanto aos mortos, devia ser grande o respeito por eles. Enterravam-nos, pelo menos os ricos e os potentados, em grandes mausoléus — os *Dolmens* ou

*Antas* (1) durante o fim do *Neolítico* e todo o *Eneolítico* e parte da idade do bronze, em que começa a aparecer o costume de sepultar os cadáveres em *cistas* — sepulturas quadrangulares, em forma de caixa, constituídas por todos os lados por lousas ou lascas de xisto ou de piçarra. Ainda há bem pouco tempo appareceu uma destas *cistas* em Castelo de Neiva.

Ao lado do cadáver depositavam alguns objectos, talvez usados em vida pelo morto, como punhais, facas, lâminas de ouro, alfinetes, vasos de barro etc.. Também era freqüente na idade do bronze introduzir os cadáveres em grandes urnas de barro, com o aspecto de ovos truncados, e depois enterrá-los.

(1) *Antas* ou *Dolmens*. O povo também lhes chama *orcas*, *arcas*, *mamôas*, *mâmoas*, *mamoinhas*, *antinhas*, *casa da moura* etc.. A designação de certos lugares com estes nomes é indício quasi certo da existência próxima destes monumentos, muitas vezes já destruidos. E' por isso muito provável que na Agra desta freguesia, a que chamam, *Pena d'Orca*; ou nas suas imediações, tenha existido algum em tempos idos, o que é confirmado pela denominação dos campos próximos «*Casa do Mouro*», nome por que são conhecidos em muitos lugares os *dolmens*.

*Pena* significa penha, penhasco, grande penedo.

As *Antas* são constituídas por pedras ou esteios, dispostas mais ou menos verticalmente (em geral em número de 6 a 9) em circunferência ou em polígono e cobertas por uma grande laje chamada *tampa*, *mesa* ou *chapéu*. Tem apenas uma entrada, à qual em muitos casos dá acesso um pequeno corredor, formado também por esteios. Aparecem em geral sobre um montículo de terra e que chamam *túmulos*.. E' por causa desta saliência do terreno que lhe chamam *mâmôas* ou *mamôas*.

São monumentos sepulcrais e o nosso povo considera-os erroneamente como obras dos mouros e crê que por estes aí esconderam suas fabulosas riquezas. Destruir um destes monumentos é praticar um acto de vandalismo, que nem por ignorância do nosso povo será capaz de desculpa.

## CAPÍTULO III

### Os habitantes do Monte Crasto

Talvez o bom povo desta terra, esquêcido de suas antigas e belas tradições, transmitidas outrora, de geração, em geração, ao aconchego da lareira, pela bôca de venerandas avós, não saiba e nem sequer suspeite que, sempre que pronuncia o nome do monte, «Crasto» evoca, embora inconscientemente, o lugar onde nasceram seus longínquos antepassados e onde se desenrolaram, no decurso de muitos séculos as cenas mais diferentes da vida humana. Ali se sofreu já muito, muitas lágrimas ali se verteram, muitas injustiças e vinganças se cometeram, muitas privações ali se sentiram e talvez até algumas lutas sangrentas nas suas redondezas se travaram.

Os rochedos altaneiros, que parece despenharem-se sôbre a encosta, já presenciaram, por certo, actos de verdadeiro heroísmo, de que hoje nem os homens, nem a história se recordam.

Os primeiros povos que habitaram esta freguesia dum modo estável e permanente devem ter vivido no alto do monte Crasto. Foi ali a primeira povoação e dela, só muito mais tarde, é que irradiou a vida para a planície até que, no decurso do tempo, devido a várias circunstâncias, se foi formando a povoação actual, esquecendo-se por completo a antiga.

Hoje, o monte Crasto, além do próprio nome e de ruínas de casas e de muralhas, nada mais tem a atestar as suas gloriosas tradições. Cobre-o uma espessa camada de tojo e pinheiros, as pedras, essas desfez-las o tempo ou levou-as a ganância de muitos que viram nelas óptimo material para as suas construções.

As cinzas de tantos antepassados lá repousam cobertas talvez por alguma lage pesada ou resguardadas em vasos de barro, à espera que alguém, ou por obra do acaso ou da boa vontade, as encontre.



Aí por volta do ano mil antes de Cristo, já na Península Ibérica sobretudo nas costas do Mediterrâneo, existiam algumas povoações de grande importância, célebres pelo comércio, com as terras longínquas do Oriente.

Eram, na sua maioria, colónias dos Fenícios, que vinham até à Espanha à procura de ouro, estanho, cobre e outros artigos, muito abundantes nestas regiões, e que por aqui se estabeleciam e comerciavam com os indígenas. Entre essas cidades, figura em primeiro lugar Tartessos — situada na Espanha, perto de Cádiz. A ela se refere a Sagrada Escritura quando diz no 3.º Livro dos Reis que Salomão e Hirão rei de Tiro, mandavam, de 3 em 3 anos, as suas naus a Tarsis buscar ouro, prata, dentes de elefantes, macacos e pavões reais (1). E no salmo 71, cap. X, cujo autor foi o próprio Salomão, diz também a Sagrada Escritura que os reis de Tartessos reconhecerão como seu senhor o Messias futuro.

Esta cidade devia estar ligada por estradas com outros centros do interior da Península Ibérica e até ela vinham pois, em longas e penosas viagens, os navios do Oriente, primeiramente dos Fenícios, e mais tarde dos gregos. Nos meados do século VI a. C., os gregos foram vencidos pelos persas, e os cartaginezes aproveitando esta circunstância, foram conquistando, pouco a pouco, o comércio com estas paragens, até que, por volta do ano 500, lhes destruíram Tartessos.

Até esta data, os documentos literários fornecem-nos notícias muito vagas, acerca do território correspondente ao Portugal de hoje.

Podemos todavia admitir com grande probabilidade que já antes do ano 500, os fenícios, os gregos e os cartaginezes teriam costeado o nosso litoral e comerciado, embora em pouca escala, com os povos aqui existentes (2). As fozes dos rios e as enseadas seriam

(1) Reg. X, 22. Salomão nasceu no ano 1020 e morreu em 950 antes de Cristo. Hirão, morreu em 935.

(2) Ainda hoje em alguns desses lugares se encontram certas povoações, por exemplo, Póvoa de Varzim, Castelo de Neiva e Ancora, cujos habitantes constituem, pelos seus caracteres fisionómicos pelos costumes e até seu modo de falar, grupos étnicos inconfundíveis e perfeitamente distintos dos vizinhos, o que nos faz admitir a influência provável desses povos antigos.

por certo o lugar predilecto, o porto natural, onde esses marinheiros e comerciantes de outros tempos poriam pé em terra para se porem em contacto com os povos que viviam nas suas imediações.

E' pois muito natural que a foz do rio Cávado com os *Cavalos de Fão* já servissem, nesses tempos recuados, de porto seguro e até preferido aos navegadores orientais, que aqui viriam procurar as riquezas abundantes do nosso solo.

E' a partir do século II antes de Cristo, que apparecem vários escritores a falar detalhadamente do território que hoje se chama Portugal, dos seus habitantes dos seus costumes, sua religião etc..

O seu conhecimento destas paragens longínquas adveio-lhes quer de viagens marítimas que por aqui elles próprios fizeram, quer também de notícias fornecidas pelos marinheiros e commerciantes.

Segundo elles, o Ocidente da Península era então habitado por várias tribus de povos, que nem sempre viviam em paz uns com os outros.

No Algarve habitaram os *Conios*; entre o Tejo e o Douro os *Lusitanos*, que, segundo Estrabão, constituíam a nação mais poderosa da Ibéria; ao norte do Douro os *Brácaros*, etc.. Entre o Cávado e o Lima ficaram os *Gróvios*, descendentes dos celtas, povos nortenhos que no séc. V A. C. desceram da Gália até à Península (1).

São estes, os *Gróvios*, portanto os povos que habitaram em épocas recuadas o nosso monte *Crasto*.

Eram povos fortes, ageis e robustos, qualidades estas próprias dos montanhesees.

Viviam em geral no alto de montes escarpados e de difícil accesso. Para melhor se defenderem dos assaltos de inimigos, contornavam-nos por fossos muralhas (2) ou aterros, dispostos numa, duas ou mais linhas de fortificações, interrompidas aqui e acolá, onde as condições de terreno, por altas penedias ou declive rápido o permitiam.

Em espaço, mais ou menos vasto, comprehendido entre estas linhas, encontravam-se as casas, que eram

(1) Pompónio Mela fazia chegar os *Gróvios* ao rio Douro, sendo o seu território atravessado pelos rios Ave, Cávado, Neiva, Lima e Minho.

(2) No alto do monte *Crasto* ainda hoje se distinguem perfeitamente duas linhas de muralhas desses remotissimos tempos.



circulares (como os nossos moínhos de vento) ou quadrangulares, feitas de pedras soltas, e cobertas de colmo, ou de barro ou madeira, ou ainda, já mais tarde, no tempo dos romanos, de telhas largas e de rebordo, unidas por outras curvas iguais às nossas de fabrico manual.

Esta cobertura fixava-se por uma coluna sôbre uma pedra, enterrada no centro da casa.

Algumas tinham também, à porta, um pequeno alpendre.

O pavimento era o solo natural ou barro batido, ou tijolo.

Estavam, em geral, separadas umas das outras por estreitíssimas ruas que iam dar a pequenas praças mal empedradas.

Havia tôda a conveniência em escolher tais lugares para habitar. Por um lado, porque naquêles tempos eram contínuas as lutas quer entre tribus diferentes quer mesmo entre povoações visinhas. Servia-lhes de pretexto a mínima coisa. Por outro, porque as armas eram já bastante mortíferas — punhais, espadas, lanças, fundas, dardos, pedras, etc. — ao passo que era muito simples a armadura de protecção: um pequeno escudo de couro que se manobrava ágilmente com o braço esquerdo.

Os cumes dos montes mais altos e íngremes onde o inimigo mal podia subir, guarnecidos por algumas fortificações eram pois para aquêles povos a melhor defeza.

Mais tarde, sob o domínio romano, devido a várias causas, especialmente à paz que todos gozavam e aos progressos da nova civilização, começaram os povos a deixar de viver no cimo dos montes e foram-se fixando pouco a pouco na planície. E' a êsses lugares antigamente habitados e mais ou menos fortificados — provavelmente já existentes antes da invasão dos Celtas, no século VI antes de Cristo — que o nosso povo chama — *Crasto, Crastinho, crastelo, crestim, castelo, castejo, castelinho*, ou quando mais extensos, *cividade, citânia, cidadelhe, etc.* — palavras de origem latina que significam «*lugar fortificado*».

Infelizmente o nosso povo desconhece por completo a razão e o sentido de tais nomes. Assim os recebera de seus avós e assim os transmitirão a seus netos. O tempo que desfez nêsses lugares as próprias

ruínas, apagou também da memória dos homens a sua gloriosa história. Apenas colheu àcerca de tais lugares algumas lendas, ora de mouras encantadas, muito belas, de cabelos loiros e compridos, ora de tesouros aí escondidos há centenas de anos, que farão ricos e felizes a quem tiver a sorte e a ousadia de os desencantar.

O monte *Crasto* de S. Bartolomeu do Mar é também um desses lugares. A sua posição, a sua altura, o contôrno de suas linhas, o escarpado de suas encostas, tornaram-no muito naturalmente um lugar assaz predilecto para os povos que por aqui habitavam. Depois, a proximidade do mar e de dois rios — o Neiva e o Cávado — a fertilidade do terreno, a amenidade do clima — garantia duma vida fácil — deviam concorrer também para o seu estabelecimento definitivo ali.

Junto dêle para o lado sul o monte do *castelinho*, e a povoação castreja do monte de S. Lourenço; para o norte, também muito perto, o monte do *crastinho*, o da *cividade* de S. Paio de Antas e o de *Castelo de Neiva*.

Ainda hoje lá se encontram os restos das muralhas, sinais de aterros, muitas pedras de casas antigas, etc.; e mais se encontraria, se aquêles a quem a fortuna ou estudos bafejaram ou o tempo não escasseia, tivessem a louvável iniciativa de concorrer para que aí se fizessem as necesssárias escavações (1).

Quanto aos habitantes dêste *Crasto*, certamente da tribo dos *Gróvios*, é de supor que deviam ter os mesmos costumes dos restantes povos que habitavam então as regiões de entre o Tejo e o Minho. Ora êstes, segundo o testemunho dos autores antigos, eram muito frugais na comida e na bebida.

Bebiam apenas água, cerveja e leite de cabra. O vinho deixavam-no para os festins. O pão era feito de farinha de landes de carvalho — árvore muito abundante nestas regiões — trituradas com um calhau contra uma pedra fixa, ou moídas já no tempo dos romanos à mão em pequenas mós de (*molae manua-*

(1) Além das ruínas de casas e de muralhas no monte *Crasto*, encontram-se também no *Castelhino* alicerces, bem manifestos ainda, de muralha circular e no de S. Lourenço os fundamentos de três muralhas. Por aqui se vê que tôda a corda de montes que orlam o Oceano, foram habitáculo de povos antigos. A utilidade dessa gente abunda nas cercanias.

riae), que ainda hoje se encontram pelos montes destas redondezas (1).

Os da beira-mar, e portanto os dêste *Craсто*, alimentavam-se também, como os seus antepassados da idade da Pedra, de peixes e de mariscos. Cultivavam em abundância o trigo, a cevada, a vinha, a oliveira e a figueira. Criavam numerosos rebanhos. Nos banquetes sentavam-se em bancos de pedra, segundo a idade e a condição e passavam a comida de mão em mão. Bebiam por vasos de madeira. Os vestidos dos homens eram pretos, de lã de cabra e os das mulheres eram de côr. Usavam cabelos compridos (2). Vestiam, sobretudo os montanhesees, uma túnica grosseira (*sagum*) que descia até ao joelhos (3). Na guerra usavam, além desta túnica um escudo de couro de dois pés de diâmetro; cobriam por vezes com um capete de couro ou prendiam os cabelos com uma fita (4).

Como a guerra era contínua, a lavoura era quasi só feita pelas mulheres. Eram excelentes guerreiros, tanto a pé como a cavallo.

Não lhes faltavam a coragem nem a valentia, nem a agilidade. Dormiam no chão. Adoravam o sol, a lua, os astros, os montes, os rios, as árvores e vários ídolos. Sacrificavam-lhes muitas vezes os prisioneiros e animais em cujas vísceras procuravam advinhar o futuro. Queimavam os cadáveres dos seus e, juntamente com as cinzas que guardavam também, ou em vasos ou em sepulturas cavadas na rocha, amuletos, ornatos, jóias, vasos e armas que na vida haviam pertencido à pessoa do morto. Os seus costumes foram-se porém modificando ao contacto com novos povos e mais adiantadas civilizações. Os romanos viriam trazer-lhes com a paz e a cultura, uma nova luz e uma nova era, que nunca até ali conseguiram lobrigar.

(1) Apareceram algumas no monte de S. Lourenço e no monte de Castelo de Neiva.

(2) No século XVIII ainda os homens usavam cabelos compridos que atavam na nuca.

(3) Reminiscência desses tempos longínquos é a interessante e antiquada indumentária do sargaceiro em que a branquêta recorda o *sagum* e o chapéu de oleado e o capacete de então.

(4) Vide acima nota (2).



## CAPÍTULO IV

### Sob o domínio Estrangeiro

A península Ibérica pelas suas riquezas e posição geográfica, atraiu, desde muito cedo os olhares e as cobiças dos povos orientais. O nosso território foi por diversas vezes talado por ondas de povos estranhos, que por aqui ficavam, mais ou menos tempo, terminando em geral por se confundirem com as próprias populações nativas.

Havia, a princípio, duras lutas entre os invasores e os indígenas, arrasavam-se cidades; destruíam-se fortificações passavam-se a fio de espada, sem distincção de idade nem de sexo, milhares de pessoas.

Depois reconhecia-se o domínio do mais forte, restituía-se a paz, esqueciam-se as lutas, criava-se a mútua união e concórdia entre todos. Por fim, acabava tóda a distincção entre conquistadores e conquistados e formava-se um só povo. Com uma nova invasão, portanto, vinha uma nova época, um novo progresso, novas maneiras de vida, novos costumes, novos utensílios, novas religiões, numa palavra, uma nova civilização.

Ao passo que vinham chegando novos povos, o grau da cultura dos habitantes do nosso território ia progredindo sensivelmente. Ela, devia, por certo, no dizer de Mendes Correia, apresentar aos seus olhos um aspecto desolador, de manifesto atraso e pobreza, próprio de gente bárbara e inculta, quási da mesma maneira como o que aconteceria, um dia mais tarde, entre os portugueses dos séc. XV e XVI e os negros da África e do Novo-Mundo.

Foi ao contacto constante com os povos invasores, que os antigos habitantes destas terras, se foram civilizando acompanhando, embora tardiamente, as novas formas da civilização.

## Os Romanos

De todos os invasores, os mais importantes e mais célebres, os que mais influência tiveram nos antigos habitantes dos crastos de entre Lima e Cávado, foram, sem dúvida, os *romanos* ou seja o povo de Itália, cuja capital era Roma.

Eram os romanos povo forte e aguerrido, extraordinariamente culto e ambicioso.

Sonhando apenas na constituição de um vasto império, foram alargando, pouco a pouco, em guerras contínuas, os limites do seu acanhado país.

Uma vez senhores de toda a Itália, pensaram em estender o seu domínio pelo Oriente e pelo Ocidente, pela Gália e pela África. A Espanha também lhes atraía os olhares.

Dominavam-na então, mais com o carácter commercial que político, os *Cartagineses*, povo poderoso do norte da África, cuja capital era Cartago.

Ambos fortes e aguerridos, igualmente ambiciosos, não tardaram a entrar em luta aberta — a que os historiadores chamam guerras púnicas — que só acabou com o aniquilamento completo dos *Cartagineses* e a destruição por Cipião o Africano da sua capital, Cartago. No fim do século III antes de Cristo, depois de várias lutas, já os romanos se tinham estabelecido definitivamente em toda a costa oriental da Espanha e expulsando dela os *Cartagineses*.

Ocupado o litoral, procuravam logo os romanos conquistar toda a Península e subjugar os seus habitantes.

Começou então uma luta feroz e sangüinolenta, sem tréguas, com os povos indígenas do Ocidente da Península, distinguindo-se entre todos pela sua bravura indômita e pela sua constância pertinaz, os *Lusitanos*, cujo chefe principal fôra Viriato, um pastor da Serra da Estrêla.

Sempre insubmissos e ciosos da sua independência, alcandorados e defendidos nos seus castros, habituados às guerras de saque e à pilhagem, não deixaram em paz, durante muitos anos, os soldados romanos e souberam, como nenhum outro povo, infligir-lhes as maiores e mais humilhantes derrotas.

Vendo em perigo a sua independência, não esperaram que os novos vizinhos — os romanos — os atacassem. Êles mesmos lhes levaram ao seio das províncias já ocupadas a guerra. Muitas vezes derrotados e mais vezes ainda vencedores, conseguiram penetrar até ao interior da actual Espanha, e até mesmo até ao norte da África, pondo em sério perigo o domínio romano na Península.

No ano 150 antes de Cristo o general romano Galba, reconhecendo ser inútil pretender subjugá-los pela força das armas, tentou subjugá-los pela astúcia e traição. Sob a promessa de lhes dar terras, atraiu os Lusitanos à planície, desarmou-os e separou-os em grupos. Obtido isto, cercou-os com suas tropas e massacrrou-os a quasi todos.

Juraram os indómítos Lusitanos vingar-se e, passados apenas três anos, mal refeitos do desastre, investem de novo, ainda com mais fúria, contra os exércitos romanos. E' então que aparece a comandá-los o bravo Viriato, um dos foragidos do massacre de Galba.

A luta recomeça mais tremenda ainda. Tinha Viriato qualidades extraordinárias que desde logo o impuseram aos seus compatriotas como o mais destemido e valoroso comandante. Era admirável na sua astúcia e estratégia. Ora perseguia os romanos em correrias rápidas, ora os atraía a emboscadas ou a locais perigosos e pouco favoráveis à luta ordenada. Inflige-lhes tremendas derrotas e chega mesmo a aprisionar o próprio comandante romano Vetílio, depois de lhe haver dizimado uns 5.000 soldados. Cheio de prestígio, consegue revoltar contra os romanos os celtiberos, e agrupa sob a sua bandeira várias tribus insubmissas das montanhas da Península.

Por fim cansado e atacado por vários lados por forças muito superiores, vê-se obrigado a entabular com os inimigos negociações de paz.

E quando, mais tarde, pretendia pegar novamente em armas contra os romanos, é morto à traição em 138, enquanto dormia na sua tenda, por três dos seus amigos, comprados pelo general romano Cipião.

E' só então que começa a penetração romana nas terras montanhosas do Ocidente da Península.

Também os Gróvios ou sejam os povos destas redondezas se envolveram certamente nestas lutas titânicas e defenderam à custa de muito sangue e de



inúmeros sacrifícios, ao lado de Viriato, a independência de sua pátria e a paz dos seus castros inacessíveis. Devido às suas montanhas e à astúcia de Viriato, que manteve sempre longe da Pátria a guerra, esta região foi das últimas a ser talada e dominada pelos romanos.

Depois da morte de Viriato, os Lusitanos e com eles os Gróvios, não desistiram ainda da luta. Sem um chefe prestigioso que os agrupasse, correram a refugiar-se nos seus castros e aí, bem entricheirados, continuaram a luta embora efêmeramente contra os romanos. Foi necessário desalojá-los, uns após outros, desses lugares. Couberam a Décimo Júnio Bruto os livros desta última façanha. Avança do Tejo em direcção ao norte, destrói várias cidades, atravessa o Douro, subjuga o Gróvios e ultrapassa pela primeira vez na história de Roma o rio Lima. Ao chegarem às margens do Lima, os soldados de Décimo Júnio Bruto, recusaram-se a atravessar o rio com receio de que a sua beleza lhes fizesse esquecer a sua Pátria querida. Foi preciso que o seu chefe o atravessasse primeiro para mostrar aos soldados que a passagem do formoso rio não tirava a lembrança de Roma.

Este e outros episódios ou lenda fizeram dar ao Lima o nome fabuloso de *Letes*, ou rio do esquecimento <sup>(1)</sup>:

*«Junto do Lima, claro e fresco rio  
Que Letes se chamou antigamente.»*

No dizer do poeta Diogo Bernardes. Deu-se isto no ano 137 antes de Cristo.

Os Lusitanos e com eles os Gróvios, os Galaicos e outros povos, ficaram então finalmente vencidos mas não subjogados.

As revoltas continuaram ainda ininterruptamente, embora duma maneira desordenada, e por isso mais fáceis de jugular. Assim no ano 99 e depois em 93 o Senado Romano, vê-se forçado a enviar à Península dois novos generais — Dolabela e Públio Crasso que, para acabarem de vez com tantas revoltas, obrigaram

(1) Assim lhe chama Pompónio Melo.

êstes povos a abandonarem definitivamente os seus castros e a fixarem-se na planície. As suas casas foram destruídas e as muralhas de suas fortalezas arrazadas.

Esta medida não dera porém os frutos desejados. A idéia da independência e da separação mantinha-se sempre bem viva na mente dos povos ibéricos, a despeito de tôdas as violências e perseguições.

Faltava-lhes apenas um chefe como Viriato que os agrupasse e os levasse à vitória.

Encontraram-no ainda, e por êle se entusiasmaram valorosamente, na pessoa de um oficial romano que, tendo fugido de Roma, aqui se refugiára. Era Sertório.

E' sob as suas ordens que desde o ano 80 — até 72 se travaram novos combates e se cobrem novamente de glória as hostes lusitanas.

Nêste ano Sertório fôra assassinado por um seu official — Pérpena.

A luta no noroeste da Península ainda continuou, ora com vantagens, ora com infortúnios e só veio a acabar definitivamente no ano 25 antes do nascimento de Cristo, com a última vinda de César Augusto à Península, ano em que foi fundada a cidade romana de Braga, ou seja *Bracara Augusta*, em homenagem ao Pacificador.

Era a paz que vinha descendo sôbre o mundo, como prenúncio auspicioso da vinda, do Rei da Paz, da Justiça e do Amor de que o mundo nunca estivera tão desejoso e necessitado como então, de Nosso Senhor Jesus Cristo.

## As vias de comunicação

As tropas de ocupação precisavam, muitas vezes, de se deslocar dum lugar para outro, o mais depressa possível, em caso de revolta dos indígenas ou de ataque de bárbaros em terras longínquas.

Além disso o Imperador tinha necessidade, de expedir, de vez em quando, de Roma as suas ordens e leis e fazê-las chegar, em poucos dias, a todos os pontos do seu vasto império.



Depois, a Itália estava sulcada de ótimas estradas, que eram a admiração de nacionais e estrangeiros, e a aluvião de colonos, de comerciantes e empregados públicos por aqui espalhados, exigiam naturalmente que aqui, lhes fôsse dado usufruir as mesmas comodidades que na sua Pátria distante. Daí o cobrirem os romanos a Península Ibérica duma extensa rêde de estradas, que através dos vales e pela encosta dos montes, ligavam entre si e com Roma na mais curta distância, as capitais das diversas províncias.

Elas concorreriam também admiravelmente para a transformação de costumes bárbaros das populações nativas e da sua progressiva civilização, precisamente como hoje acontece com as nossas estradas que atravessam os lugares mais sertanejos.

A sua solidez, a sua perfeição, as comodidades de que se revestiam, ainda hoje nos causam espanto e ultrapassam realmente a de muitas das nossas terras.

Nem tôdas tinham a mesma importância e, por conseguinte, a mesma perfeição. Umas, as principais e melhores ligavam Roma com as capitais das províncias e dos «*Conventus Juridicus*». Eram as *vias militares*.

Outras, as secundárias, ligavam os lugares de menos importância com a capital da província ou do «*Convento Jurídico*». Eram as *vias vicinais*.

Outras, enfim, serpeavam pelos campos, pelas vilas e casais. Eram as *agrárias*.

As vias militares tinham pelo menos 2,26 de largura nas rectas e o dôbro nas curvas. Eram calcetadas em tôda a sua extensão por pequenas lousas de pedra dura e, dos lados, tinham um passeio plano para os viandantes. De mil em mil passos, tinham um marco miliário, — coluna cilíndrica de pedra, aproximadamente de 2,50 de altura, — com o nome do Imperador, sob cujo governo fica levantado, e com a indicação da distância do ponto de sua partida. Nos passeios, de espaço a espaço, havia dois ou três pequenos degraus, ou até mesmo um simples cubo de pedra, para comodidade de quem montava ou se apeava.

De onde em onde, havia lugares próprios para se mudarem de cavalos ou muares, empregadas no serviço postal do Imperador — *mutationes* —; albergarias para se passarem as noites — *mansiones*; estações — *statio-*

nes — ou até pequenas cidades onde se podia descansar por alguns dias, depois de uma viagem fatigante.

Havia ainda tabernas e albergues para comodidades dos passageiros.

Nos pontos estratégicos, por exemplo no cruzamento de estradas, nos desfiladeiros ou junto das maiores cidades, havia os «*castra stiva*», onde refugiavam os fugitivos.

Os rios foram transpostos por sólidas pontes de cantaria de um ou mais arcos, muitas das quais ainda hoje existem, bem como marcos miliários e troços de estradas a que o povo chama «*pontes dos mouros*», «*pedras de letras*» e «*calçada da moura ou dos mouros*».

Só de Braga — a *Bracara Augusta* partiam cinco vias militares: 4 terrestres e uma marítima, segundo o itinerário de Antonino. Uma ligava Braga a Lisboa; duas a Astorga e duas a Lugo.

A marítima, segundo o P.<sup>o</sup> D. Jerónimo Contador de Argote, ligava a Braga a Astorga por Fão, então chamada — «*Aguas Celenas*», Grandimiro e Lugo na Galiza. Quem seguisse esta via tinha de se utilizar de alguma embarcação na maior parte do percurso.

Iria por terra desde Braga até ao rio *Celano*, no local que hoje se chama Vilar de Frades.

Aqui entrava num barco e seguia, rio abaixo, até Fão, onde provavelmente se meteria ao mar. Seguiria depois sempre junto à costa até Grandimiro, onde desembarcava.

Daqui, novamente por terra, seguia até Lugo e Astorga <sup>(1)</sup>.

O Itinerário de Antonino diz que esta via seguia «*per ora marítima*».

Queria com isto dizer que, desde Fão até à Galiza, seguia sempre por terra, junto ao mar? Parece-nos que não, pois, desde Esposende até Caminha, não há vestígio algum de qualquer via romana, nem se encontra qualquer reminiscência dela no onomástico ou nas tradições do povo.

Além disso não consta também que tenha sido encontrado até hoje, qualquer marco miliário nesta região.

(1) P.<sup>o</sup> D. Jerónimo Contador de Argote «*De antiquitatibus Conventus Bracarense-gustani*» fol. 204.

Era por esta via, sem dúvida a mais cómoda e livre do perigo dos salteadores, que os numerosos mercadores romanos enviavam as riquezas acumuladas em Braga, o ouro, a prata, o estanho, os cereais e outros produtos da terra.

Em Fão faziam-nas embarcar nas armadas imperiais e daí seguiam para Roma e outros pontos do Império.

Fão, era, pois, o porto marítimo de Braga, o emporio do Comércio do «*Conventus juridicus Bracarangustanus*».

E, segundo o já citado Contador de Argote, ali residiu por algum tempo o próprio Governador da Província.

O povo do Castro de S. Bartolomeu do Mar, tão vizinho de Fão, viu, certamente, muitas vezes, as naus romanas estacionarem junto à foz do Cávado ou seguir, já abarrotadas de mercadorias, mar fóra, de velas ao alto ou de remos em contínuo movimento a caminho do Norte.

E, deslumbrado com tantas riquezas e com os fulgores duma civilização nova, ia-se acomodando, pouco a pouco, aos novos costumes e hábitos dos seus dominadores, bem dignos de imitação.

## Organização Civil

Pacificada finalmente a Península, o primeiro cuidado dos romanos foi portanto transformar tódã a Península Ibérica numa vasta província romana, com os mesmos costumes, a mesma língua, o mesmo governo que em Roma.

Dividiram-na primeiramente em duas Províncias e mais tarde depois de haverem conquistado a Lusitânia em três e, finalmente no ano 216, depois de Cristo, no tempo de Caracala, em cinco.

O território ao norte do Douro, e portanto tódã a região entre a foz do Cávado e a do Neiva, ficaram a pertencer à província da *Galécia*.



## Agricultura e as vilas rurais

Conquistadas finalmente as terras e pacificada para sempre a sua população, começaram os romanos a fazer uma obra mais duradoira que as vitórias militares e cujos benefícios ainda hoje, em grande parte, usufruímos. Era a colonização dos povos desta Província.

Chamaram para cá colonos italianos, na sua maioria agricultores, e distribuíram por êles as terras incultas e as que pertenciam desde tempos remotos aos habitantes das citânias, que se opuzeram, de armas na mão, à conquista romana. Sôbre os outros lançaram pesados impostos.

Começou aqui a mais profunda e salutar transformação da vida social e até mesmo do aspecto da região de Entre Douro e Minho, com uma obra que immortaliza o povo romano e que concorreu extraordinariamente para a fixação do povo à terra e foi o germen das futuras paróquias — *As vilas rurais*.

Até ali, como já vimos, a população, sempre em guerra, vivia, de preferênciã, nos montes escarpados e apenas cultivava os cimos e as encostas dos montes, onde cresciam carvalhos e se semeava o centeio.

Os colonos italianos, pelo contrário, possuidores duma civilização adiantada, conhecendo novas sementes e novas formas de cultivar a terra, vinham revolucionar e transformar completamente os costumes e usos dêstes povos.

A' montanha, aos montes, aos castros, preferiram êles, comodamente, os vales amenos, onde corriam águas e se davam os cereais, ou as encostas soalheiras, abrigadas dos ventos e do frio, locais mais ou menos próximos das velhas citânias ou dos acampamentos militares. Era esta também uma maneira fácil de atrair ao vale as populações indígenas, sempre inquietas, que habitavam os montes.

A' casa redonda, tôscã e acanhada dos *Gróvios*, preferiram naturalmente, a ampla e cômoda casa romana, coberta de largas e pesadas telhas e dotada de tôdas as comodidades.

Em vez de cultivarem os altos, começaram a arrotear os vales abandonados e incultos, cobertos até ali de florestas e de extensos matagais.



A cada colono era dada uma porção de terreno para arrotear e cultivar, a qual andaria entre os 60 e os 500 hectares, pouco mais ou menos.

Este, seu legítimo senhor (*dominus*) fixava a sua residência no ponto mais elevado e ameno, donde mais facilmente dominasse e vigiasse tôda a sua casa à maneira das da Itália. Era o «*Palatium*» à semelhança do palácio imperial construído em Roma, sôbre a colina chamada — *Palatino*.

Ao redor estendia-se, certamente, um pequeno jardim e, aqui e acolá, não muito longe, levantavam-se as habitações (*casal*), bastante mais pobres, feitas de paus e canas, (uma espécie de barraca) para habitação e abrigo dos caseiros (*casarii*).

As propriedades cultivadas por cada caseiro eram delimitadas por marcos, chamadas em latim *casales* ou *casalia* para indicar tôdas as propriedades pertencentes a uma casa ou família.

As casas dos caseiros quando estivessem agrupadas, formavam aldeias (*vici*), donde veio a palavra *vizinho* (*vicini*) para indicar os que moram perto. Se as casas estivessem separadas umas das outras por campos, chamavam-se *locus*, *localis* e daí o nosso lugar.

O senhor ou — *dominus* — cultivava, na maioria dos casos, de conta própria, com o auxílio de alguns operários (*operæ*), sob a direcção de um feitor (*vili-cus*), uma parte da sua vasta propriedade. A outra, era cultivada pelos seus caseiros.

Como nem todos os terrenos eram igualmente produtivos, e nem todos aptos para tôdas as culturas, o senhor dividia-os igualmente pelos caseiros, de modo que cada um ficasse igualmente com uma parcela em cada terreno diferente. Eram as *larea* na Idade Média, e hoje, as nossas leiras.

Para os cereais, o milho alvo (*milium*), o painço (*panicum*), o centeio (*centenum*), o trigo (*triticum*), a aveia (*avena*) e a cevada (*cibata*), foram escolhidos os terrenos mais enxutos e planos, onde corresse perto um veio de água e o arado de pau deslizesse facilmente. A estes terrenos chamaram os romanos *ager* ou *agri* e aos que estavam junto dos rios ou regatos chamaram, mais tarde, *varzena* e *varza*. Ao terreno cultivado anualmente chamaram *restibilis* donde veio

a nossa palavra *restivo* para significar terreno de duas culturas no mesmo ano.

Perto das nascentes cultivava-se o linho (*linum*), com que faziam, depois de fiado e tecido em casa, os grossos panos de que se vestiam, o saço, a túnica a toga, ou mais tarde, com os bárbaros, as bragas. Esses terrenos eram conhecidos pelo nome de *linares*.

Nos sítios mais secos e abrigados plantavam as vides, em grupo, cada um na sua leira, ora encostadas a árvores, o que era mais comum — ora debruçadas em latadas altas e horizontais sobretudo no tempo dos Suevos e não à volta dos campos como hoje é costume. Eram as *vineae* e os *vinales* ou sejam as nossas vinhas.

Foram os romanos que trouxeram para a Europa a maior parte dos frutos que hoje apreciamos e saboreamos.

Os damascos vieram do Epiro.

Os pêssegos, da Pérsia.

Os limões, da Média.

As romãs, de Cartago.

As pêras, da Alexandria, da Numídia e da Grécia.

As ameixas, da Arménia, da Síria e de Damasco.

Os figos da Asía Menor.

As cerejas, do Ponto.

Nos largos, em frente das casas, ou nas encostas dos outeiros, em terras de bravio, plantavam os castanheiros. Eram os *Soutos*, a que na Idade Média, se chamou «*Sautos*».

Nesta grande propriedade, tudo era aproveitado. Nos vales fundos e abundantes em águas cultivavam as ervagens e nêles tinham também os seus retalhos os diversos casais. Eram os prados ou lameiros ou paúis, que alimentavam o gado sobretudo no estio.

Além das terras cultivadas, havia também como hoje em cada freguesia, dentro dos limites de cada vasta propriedade, e nos sítios menos favorecidos da natureza, terras incultas destinadas à produção de matos, de lenhas e de pastagens dos animais. Eram as «*terras bárbaras*», ou seja, os terrenos de bravio.

Se davam mato, chamavam-lhe *bustelos* e *bauzas* (as nossas bouças); se eram montanhosas e cobertas de árvores silvestres, «*saltus*».

Dêstes terrenos incultos, uns estavam divididos

em parcelas por cada casal, outros permaneciam indivisos e eram usufruídos em comum, por todos.

Esta extensa propriedade, com as suas leiras, os outeiros e os vales, com a casa do Senhor e dos caseiros à sua volta, chamava-se entre os romanos «*villa*». Cada vila tinha o seu nome próprio, tomado ora do seu senhor, ora da qualidade do terreno ou da natureza do clima ou da vizinhança dum rio, dum monte, duma fonte, ou até da indústria do lugar ou das árvores aí existentes.

Foi importantíssimo o papel destas *vilas* na organização civil da Nação. Era tal a sua constituição, eram tão fortes os laços que uniam entre si os seus habitantes, e tão natural ao feitio do povo latino a sua estrutura, que elas perduraram, através dos séculos, sob o domínio germânico, até aos nossos dias, embora muito modificadas. Foram elas que deram origem às nossas paróquias, logo no alvorecer da nossa independência, as quais, em grande número, são apenas a sua natural evolução, obtida sobretudo com o auxílio poderoso do Cristianismo. As grandes, com rendimentos suficientes para se bastarem a si e, por isso mesmo, mais progressivas, deram muitas das actuais paróquias; as pequenas, sem possibilidade de progresso, ou formaram outrora pequenas paróquias, hoje desaparecidas, ou foram integradas nas paróquias vizinhas, constituindo um dos seus *lugares*.

Ainda hoje, apesar de tantas vicissitudes por que já passaram, subsistem na toponímia das nossas freguesias que tiveram tal origem, recordações bem vivas destas admiráveis vilas romanas, suas antecessoras.

Assim, há entre nós algumas freguesias com o nome de *Vila*, *Vila-Chã*, *Vila Cova*, etc., tôdas junto de Castros ou Citânias e o lugar de Cima de Vila, em Gemezes. Outras, que hoje usam um nome, às vezes exquisito, tiveram também outrora o nome de *Vila*, que depois, por várias circunstâncias, perderam ou substituíram.

Lá aparece ainda, quâsi sempre o lugar do Paço, como em Gandra e Gemezes, reminiscência bem clara do *Palatium* senhorial, que ali devia ter existido. Aparecem igualmente as *cortinhas*, as *agras*, *ágrelas*, ou *agrelas*, derivação de *ager*, as *várzeas* ou *barges*, derivativos de *varzena*.

Com as suas múltiplas leiras algumas das quais



são hoje pertença imemorial de famílias antiquíssimas, os *linhares* junto às fontes, as *bouças* e as *boucinhas*.

A actual freguesia de S. Bartolomeu do Mar, se bem que o seu nome o indique, passou também, certamente já sob o domínio romano ou, pelos menos, sob o domínio dos Suevos, pela forma de *Vila*.

O seu território devia ter sido propriedade de qualquer Senhor influence que aqui residiu, cercado de criados e caseiros.

Nem admira. A beleza do sítio, a fertilidade da terra e a amenidade do clima, a proximidade do Castro, do mar e da foz do rio, deviam ter atraído muito cedo as atenções de algum rico romano, habituado às comodidades da Roma imperial.

A comprová-lo aí está o seu antigo nome por que ela era conhecida — *Vila de Atam* — nome germânico ou godo de qualquer homem que a fundou na ocasião da invasão dos bárbaros ou a recebeu, por expropriação das mãos do seu legítimo dono romano. Nem lhe faltam também, na toponímia, reminiscências apagadas dos nomes das suas terras e lugares.

Assim, há ainda a *Agra da Centieira* (hoje do *Padrão*), ainda hoje dividida em inúmeras *leiras*, há o *Ágrelo*, a *Cortinha*, a *Cova de Linhares*, o *Prado* e o *Lameiro*, a *Bouça* e a *Boucinha*, etc..

Também ela, pela sua importância, mereceu ser elevada, mais tarde, entre os séculos 11-13, à categoria de paróquia, embora nem sempre conservasse o mesmo nome.

## A Religião

O homem é essencialmente religioso e, por isso, não admira que em tôda a parte onde se encontre, manifeste, de algum modo, a sua crença na Divindade.

Dispersos pela terra e escravizados pelas paixões, depressa se esqueceram os homens da Revelação primitiva e, em vez de adorarem o único e verdadeiro Deus, cuja existência a mesma voz dos Céus e das criaturas a todo o momento lha comprova, começaram a prestar culto a seres imaginários, aos astros, aos animais, às plantas, aos rios e às fontes, enfim a tudo o que lhes parecia ter influência na vida humana.



Os habitantes da Galécia e, portanto, desta região, também tinham os ídolos, a que prestavam culto. Cada tribo tinha o seu protector. O deus dos Gróvios chamava-se — *Crougintoudadigoe*. Além dêste havia ainda outras falsas divindades a que prestavam culto os povos destas regiões, como por exemplo a deusa *Nábia*, protectora das águas, etc., etc.

Com a sujeição da Península aos romanos augmentou consideravelmente o número dos deuses pagãos. Os romanos politeístas também, tinham igualmente os seus falsos deuses, quasi em número ilimitado, embora envolvidos em fabulosa mitologia.

Ao fixarem-se nestas regiões não renunciaram às suas crenças e superstições. Introduziram portanto aqui o culto aos seus ídolos e adaptaram à sua mitologia os existentes aqui.

Por tôda a parte da Lusitânia, e, até em muitos pontos de Entre Douro e Lima, se tem encontrado vestígios dêsse culto, sobretudo em lápides votivas, e, em aras — ou pequenos altares duma só pedra em forma de columna de quatro faces, com uma cavidade na parte superior —, nas quais nos apparecem inscritos os nomes de algum falso deus e do homem que lha ergueu em cumprimento de algum voto.

Adoravam como o pai de todos os deuses, a Júpiter o deus que causava o trovão e despedia o raio. Marte era o deus da guerra; Vesta a deusa do lar; Céres a deusa das colheitas; Diana da caça; Mercúrio dos pastores, dos commerciantes e dos ladrões; Neptuno das águas. Além dêstes que pertenciam ao número dos deuses superiores, tinham ainda na sua ridícula mitologia, deuses campestres, marinhos e domésticos, encarregados uns da protecção dos campos, outros dos viandantes, outros das casas, das fontes, dos rios e dos mares. A todos sacrificavam e ofereciam dons. Daqui um sem número de superstições que de tal modo se enraizaram no ânimo dos habitantes que ainda hoje, apesar de terem passado tantos séculos, apesar de tanto progresso da civilização e de tanta prègação do Evangelho se vêem espalhadas e teimosamente praticadas por muitos dos nossos cristãos. Assim, as superstições ainda hoje ligadas às fontes, às encruzilhadas dos caminhos, aos penedos, às aves agoirentas, aos sonhos e a certos objectos, são outras tantas infelizes relíquias dêstes tempos de paganismo,

em que apenas reinavam as mais sórdidas paixões humanas.

Foi ainda no tempo dos romanos, que chegou à Península e a estas regiões a boa nova do Evangelho. O Cristianismo foi prégado na Península certamente logo no primeiro século e parece certo que tenham vindo cá os Apóstolos S. Tiago Maior e S. Paulo. Era uma nova luz, divina, mais esplendorosa que a da civilização romana, mais útil e necessária que a de qualquer outro progresso, que começava a raiar por entre as sombras da morte em que viviam supultados os povos da Península.

A religião cristã, única verdadeira, tendo por autor o mesmo Deus, começou a espalhar-se rapidamente, apesar de tôdas as oposições dos governantes, apesar de tôdas as perseguições movidas contra os seus fiéis, apesar mesmo de ela impor os maiores sacrifícios e a mais absoluta renúncia a tudo o que era pagão e sórdido. No século II, depois de Cristo, já estava muito espalhada na Península Hispânica e aqui, pelo menos, no sécula III. E' destes tempos que data o martírio de S. Pedro em Rates, de Santa Marinha em Orense, de Santa Quitéria em Felgueiras, Santo Ovídio e S. Vítor em Braga, S. Teófilo, S. Saturnino e Santa Revocata em Viana do Castelo, etc..

Com a paz dada à Igreja em 313 pelo Imperador Constantino o Cristianismo espalhou-se ainda mais rapidamente, mesmo duma maneira maravilhosa.

Já não havia perigo em confessar em público, cada um a sua fé em Cristo e empréga-la em qualquer lugar.

Começaram portanto os cristãos a edificar igrejas e a quebrar as estátuas dos ídolos e a destruir os seus templos. Na maioria dos casos era precisamente sobre estes, que os cristãos edificavam os seus templos, para desta maneira repararem as ofensas ali feitas a Deus e mostrarem melhor o triunfo da Verdade e da Justiça sobre a iniquidade ali representada.

A princípio, a prègação começava ordinariamente pelas cidades mais importantes, à frente das quais era colocado um Bispo. Junto dèste estavam, regra geral, sacerdotes ou presbíteros, que saíam a prègar e baptizar às povoações dos arredores. Depois foi-se estendendo, pouco a pouco, às povoações rurais mais

distantes, aos castros ainda existentes e às vilas de fundação romana. Aos habitantes destas povoações chamavam os da cidade *pagani*, da palavra *pagus*, povoação, aldeia. E como êstes, por vários motivos, se conservaram até mais tarde aferrados às suas falsas crenças, começaram os cristãos a chamar aos que o não eram, *pagani* ou *pagãos*.

A' medida que ia aumentando o número dos convertidos, o Bispo ia colocando, aqui e acolá, nos lugares mais afastados e nas povoações ou vilas mais importantes e centrais, um sacerdote, que atendesse mais eficazmente às suas necessidades espirituais. Aí se construía um templo sob a invocação de algum santo ou anjo, que ficava a ser o *padroeiro* do lugar e mais tarde, da nova paróquia.

Assim concorreu a Igreja para que as vilas romanas e outras povoações viessem, no decurso dos tempos, a converter-se em paróquias, que deviam ter aparecido, embora em número muito limitado, ainda nos fins da dominação romana.

Também aqui, em S. Bartolomeu, junto ao vasto Oceano, chegou um dia a boa nova do Evangelho. Nem devemos supôr que fôsse esta região das últimas a receber os apóstolos benditos do Cristianismo. A sua proximidade das vias de comunicação e dum pôrto importante, qual era o da foz do rio Cávado ou — *Aquae Cellenae* — devia ter feito chegar até aqui, ainda bem cedo, as primeiras notícias da morte de um Deus pelos homens e da nova religião, tôda feita de paz e de amor.

E se Braga foi, certamente, das primeiras cidades da Península a ser evangelizada, o Castro desta freguesia ou já a sua continuadora — a vila romana —, pela ligação que com ela mantinha devia com certeza receber, não muito depois as belezas incomparáveis da religião de N. S. Jesus Cristo. E assim, ao culto pagão até ali triunfante, e prestado no alto do Castro a uma divindade mitológica, sobrepuzaram os seus habitantes o culto do verdadeiro e único Deus, a quem elevaram o seu modesto templo, na planície onde, mais cedo ou mais tarde, vieram também venerar o apóstolo S. Bartolomeu, que escolheram para seu padroeiro.



## CAPÍTULO V

### Os Bárbaros

#### **Vândalos — Alanos — Suevos — Visigodos**

Nos princípios do século V o império romano chegou ao seu termo. Multidões sem número de povos bárbaros atacaram-no furiosa e constantemente por todos os lados; e o povo romano vencedor de tantas batalhas e herói em tantos transes difíceis, entregue agora ao luxo e à moleza de costumes, sentia-se impotente para os aniquilar ou, ao menos, para os conter no seu avanço devastador.

Em Roma não se entendiam os governantes e os generais. As guerras civis seguiam-se umas às outras, e os imperadores eram substituídos e mortos dum instante para outro. Ia acabar no Império a longa paz até aí gozada.

Por sua vez, as guerras e destruições provocadas pelos povos invasores, iam pôr termo ao progresso da civilização romana e destruir-lhe o que ela tinha de mais belo, os seus monumentos e obras de arte. Era uma nova época da História que começava.

A Galiza, ou antes a província da Galécia, também não escapou à invasão.

Mais uma vez foi teatro de guerras sangrentas e invadida por povos estranhos. Ao contrário, porém, do que havia acontecido nas antigas invasões, em que os invasores eram mais cultos que os invadidos, agora os invasores são bárbaros, incultos e inimigos de toda a civilização. São os povos de aqui, romanos e romanizados, que os vão instruir e sujeitar às suas próprias leis e costumes.

Em 409, Gerônimo, general romano encarregado de defender os Pirineus, traíndo o Imperador, chamou para a Espanha os bárbaros do norte, Vândalos, Alanos e Suevos, seguidos, pouco depois, pelos Visi-



godos. Entraram como uma tremenda onda devastadora, deixando após de si apenas a fome, a peste e a desordem à mistura com o sangue dos vencidos. Saqueavam, matavam e destruíam. Nada lhes resistia.

Idácio, bispo de Chaves, deixou-nos desses tempos calamitosos a mais tétrica descrição. Os templos eram destruídos, as obras de arte arrazadas e os cristãos perseguidos. Dos bispos, uns eram mortos, outros presos, outros fugiam, outros, enfim, mais audazes, permaneciam com os seus fiéis, à frente de suas Dioceses.

Em 411 chegaram à Galiza e pouco depois à região de entre Lima e Cávado, os primeiros bárbaros. Eram os Suevos e os Vândalos. Estes, porém, foram logo expulsos pelos Suevos, que aqui se fixaram e permaneceram para sempre, fundando um Estado independente com a capital em Braga.

Este reino suevo tinha por limites, ao sul, o rio Douro, ao nascente, uma linha que ia deste rio até Santander e ao norte e ao poente, o Oceano.

Eram os suevos, como os outros invasores, um povo bárbaro e pagão, oriundo das terras que hoje se chamam Alemanha e habituado a viver em lugares não fortificados. Povo essencialmente guerreiro, desprezava a agricultura para se entregar à pilhagem; habituado a mudar, como vagabundo, de lugar a cada passo, desconhecia o direito e a organização civil e económica. Fixavam-se a princípio nas vilas romanas, como seus legítimos senhores e obrigam os seus proprietários a repartir com êles dos seus bens, dos seus haveres e dos frutos de suas terras. Daqui partiam a atacar os habitantes das cidades e das citânias e castros antigos. Houve resistência da parte destes, e, no fim, pilhagens, devastações e morticínios sem número.

Segundo Alberto Sampaio, (Revista de Guimarães, vol. V. pág. 58) não se deram essas lutas e pilhagens militares nesta nossa região, mas apenas no centro da Galiza. Todavia, embora os povos daqui, oprimidos como estavam, pelos impostos e injustiças do fisco romano, tivessem aceitado menos mal o jugo dos novos invasores, não deixaram, contudo, de sofrer horripelmente ao verem as suas casas invadidas e saqueadas, as suas propriedades arrebatadas, as suas igrejas destruídas e a sua fé perseguida. E realmente

perseguíram, a princípio, como os demais bárbaros, os bispos, os sacerdotes, e os cristãos mais influentes e fervorosos. Muitos fugiam diante do invasor. E' deste número o célebre historiador Paulo Orósio, sacerdote muito culto de Braga, que em 413 ou 414 chegava a Hipôna, cidade da Africa do Norte e se acolhia à protecção de S.<sup>to</sup> Agostinho. — A paz só voltou à Galiza quando as cidades e citâneas se submeteram ao jugo do invasor. Todavia, era ainda recortada de tempos a tempos, de novas guerras, quando os suevos, desejosos de alargar os limites do seu reino, atacaram ao sul e a leste os visigodos, senhores de quasi tôda a Espanha e bárbaros como elles, embora arianos.

A devastação recomeçou, porém, em 456, ano em que os visigodos, sob o comando do rei Teodorico entraram na Galiza e destruíram parcialmente as cidades de Astorga e Braga. Segundo refere o já citado Idácio na sua «Crónica», as igrejas de Braga foram então saqueadas e convertidas em estábulos, os altares foram destruídos e os sacerdotes presos e maltratados.

Poucos anos mais tarde, em 464, o rei suevo Remismundo casava com a filha do rei dos Visigodos e deixava o paganismo para abraçar a religião da sua esposa, o arianismo, seita herética que muito fez sofrer a Santa Igreja e que não admitia a Divindade de Nosso Senhor Jesus Cristo.

O exemplo de Remismundo foi seguido por todos os suevos, que se converteram em massa à mesma heresia.

Os arianos eram intransigentes para com os católicos. E' pois, de supor que, a partir desta data se tenham os suevos servido de todos os meios, para obrigar os católicos destas regiões a abraçar como elles o arianismo. Eram, na verdade, tempos de dura provação os que então passaram os povos da Galécia.

Um dia, porém, voltou a raiar para este povo a paz e a prosperidade antiga. Os suevos, ao contacto com a civilização romana, foram adoçando os seus costumes e amoldando-se à língua e às leis dos vencidos.

Os bispos com o auxílio dos sacerdotes, únicos detentores da ciência, iam operando a pouco a sua conversão para a verdadeira fé, ao mesmo tempo que fortaleciam na mesma fé os cristãos. Distinguiram-se

pelo seu zêlo, já nos meados do séc. VI, o Arcebispo de Braga Eleutério e o bispo de Coimbra Lucrécio.

Foi nesta altura que a Divina Providência veio em auxílio dos Suevos e lhes enviou um apóstolo, S. Martinho de Dume. Era um sacerdote extraordinariamente culto, oriundo da Panónia. Impellido pelo zêlo de converter os suevos, deixou a sua Pátria e dirigiu-se à Galiza, onde desembarcou num dos seus portos. O primeiro a ser convertido por êle, foi o próprio rei Theodomiro, que então residia em Braga e havia obtido pouco antes, a cura de seu filho Miro por intercessão de S. Martinho de Tours.

Depois disto, foi-lhe fácil converter ao catolicismo todo o povo. Fundou um convento em Dume, nas proximidades de Braga, o qual, pouco depois, era elevado à dignidade de Sé Catedral de que foi êle próprio o primeiro bispo.

— O reinado dos suevos acabou para sempre no ano de 585, quando Leovegildo, rei dos visigodos, ariano fanático e pai de S. Hermenegildo, que êle próprio mandou martirizar, aproveitando-se duma dissensão entre os suevos, entrou na Galiza, derrotou o rei Andeca e incorporou o seu reino no dos Visigodos, com a capital em Toledo. O seu filho e sucessor, Recáredo veio depois a converter-se ao catolicismo com todo o seu povo, devido sobretudo às instâncias do tio materno S. Leandro, bispo de Sevilha.

Desde então, tôda Península, ficou a professar de novo a Fé Católica e começou a gozar duma nova época de prosperidade à sombra bemdita da Santa Igreja e dos inúmeros conventos que se iam levantando por tôda a parte. O povo deixou para sempre os seus castros e citânias e veio viver para as vilas e vilares, acabando assim, pouco a pouco, o regíme das vilas romanas e surgindo insensivelmente as paróquias.

As vilas romanas, passando para as mãos dos novos senhores, na maioria suevos ou visigodos ou seus descendentes, começaram a ser denominadas pelos apelidos dêstes, romanizados é certo, muitos dos quais ainda hoje perduram, embora deformados, nos nomes das freguesias.

*Atam*, nome que a princípio coube a S. Bartolomeu do Mar, é, como já foi dito, um nome germânico de homem, certamente daquêle que a possuiu e transmitiu aos seus descendentes nos tempos da invasão.



## Mouros

Depois de um período de paz e prosperidade, voltaram as lutas a ensangüentar a nossa terra.

Os Muçulmanos, a que vulgarmente chamamos Árabes ou Mouros, vieram da África atacar os Visigodos da Península, a quem venceram em 711 na célebre batalha de Guadalete.

Em 716 já a Península estava conquistada até ao norte da Galiza.

A' semelhança dos Vândalos, foram os Mouros causa de horrorosos sofrimentos para as terras conquistadas: «igrejas destruídas, muralhas assoladas, a população em grande número trucidada; por tôda a parte a ruína, o incêndio e a morte, na ânsia feroz de subjugar tôda a veleidade de resistência <sup>(1)</sup>, principalmente nas terras onde os habitantes opunham resistência aos invasores.

## Religião

Então como hoje a religião dos Mouros era o islamismo ou maometismo, fundada por Maomet, cuja doutrina está tôda contida no Alcorão.

Inimigos da religião cristã muito fizeram sofrer os filhos da Igreja.

A diocese de Braga, a que pertencia esta região, sofreu muito, principalmente, quando, por 716, Abdalaziz tomou as cidades do Pôrto e Braga e chegou ao Norte da Galiza.

As destruições provocadas pelos Mouros deram-se sobretudo nas cidades e centros principais, donde muitos cristãos se retiraram para as Astúrias, abandonando tudo ao invasor.

Com esta violenta perseguição muitos cristãos foram martirizados como S. Paio em Córdova, etc..

Nas povoações rurais, o éxodo dos cristãos não foi tão grande como nos grandes centros.

O éxodo das povoações rurais, quando se dava,

(1) Fortunato de Almeida — *Hist. de Portugal*, Vol. I, pág. 112.

era apenas transitório — abandonavam as terras por ocasião das freqüentes incursões do inimigo, mas voltavam a ocupá-las, logo que passavam as hordas destruidoras.

O cristianismo sob o domínio dos cristãos, era praticado, protegido e propagado, mas, quando vinham as incursões dos Mouros, tinha os seus revezes. Nesta região não devia ser muito intenso por falta de população, de tranqüilidade e de clero.

O Bispo da igreja de Braga, desde 750, pouco mais ou menos, até 1070, residiu, com raras excepções, em Lugo, por, tanto a cidade como a Sé de Braga estarem arruinadas, e precisarem de ser restauradas, o que, depois de várias tentativas, se conseguiu em 1070 com o Bispo D. Pedro.

No entanto, nesta região havia cristãos fervorosos como mostra uma lápide últimamente encontrada na igreja de Castelo de Neiva e que se preocupavam com a sua igreja, promovendo até a sua sacração e tendo o cuidado de gravar na pedra a notícia de tal acontecimento, conservando a sua data e o nome do bispo sagrante (1).

A invasão muçulmana, embora algumas freguesias rurais se mantivessem, fez desaparecer quasi por completo a organização eclesiástica pre-existente.

No tempo da reconquista cristã, luta de séculos (IX — XI) entre mouros e cristãos na Península, foi, por isso, necessário proceder a nova organização e à restauração dos templos e mosteiros destruídos, e construção doutros novos.

## Organização Administrativa

Os Árabes ou Mouros pouca influência exerceram ao norte do Douro. Ainda assim as suas freqüentes correrias contra os descendentes dos guerreiros de Pelágio, lançaram a desorganização nas vilas norte-nhas.

Não consta que, ao menos no norte da Península,

(1) A inscrição diz: Em nome do Senhor o Bispo D. Nausto sagrou a igreja de Santiago Apóstolo em... da era 900 — (Ano 862).

estabelecessem uma organização administrativa própria. Parece que mantiveram a divisão administrativa dos romanos na qual a cidade de Braga era a capital da Galiza, chegando os limites desta província até às margens do rio Douro.

As terras do concelho de Esposende pertenciam à província de que Braga era a capital.

Esta cidade foi destruída pelos mouros no ano de 716, tendo Abdelazis, filho de Muça, avassalado toda a Galiza e tomado as cidades do Pôrto, Braga, Tui, etc. (1).

Em 739, a cidade de Braga foi reconquistada por D. Afonso I, genro de Pelágio, que libertou a Galiza expulsando os invasores mouros para além do rio Douro.

Os Árabes procuraram reconquistar o terreno perdido. Fizeram irrupções através do Minho; travaram-se, por vezes, batalhas sangrentas, mas nunca mais se demoraram senão a breve tempo de uma expedição militar.

O território do nosso concelho passou por tôdas as vicissitudes políticas e sociais a que esteve sujeita a Galiza.

A permanência dos Mouros ao Norte do Douro foi de curta duração, pois esta região tomada por 716, foi reconquistada por Afonso I (739-757). Daí em diante apenas houve correrias ou incursões dos Mouros.

Não admira, portanto, que sejam poucos os vestígios que êles deixaram na nossa terra.

Há, é certo, lendas de mouras encantadas, de tesouros escondidos, etc..

Mas a tradição popular attribui aos Mouros, tudo o que é antigo e, por isso, nem sempre podemos à face dela acreditar na passagem ou permanência dos Mouros em determinada terra, porque, muitas vezes, os factos e lendas que lhes são attribuídas remontam a tempos anteriores — romanos ou pre-romanos.

Estão neste caso as lendas em voga na nossa freguesia sobre os Mouros que habitaram no Monte-Castro e no de S. Lourenço e da Moura encantada que, a nascente do monte Castro, e perto do paúl das

(1) Mons. Ferreira — *Fastos Episcopais da Igreja Primscial de Braga*, Vol. I, pág. 142.



feiticeiras, aparecia todos os dias, pelo meio-dia, sôbre um enorme penedo que aí existia e que, por êsse motivo, vulgarmente era chamado — *Penedo da Moura* (1), em forma de uma cobra grande e horrenda, com uma concha reluzente na cabeça.

Quem a visse, ficaria logo arrepiado e transido, mas seria feliz para sempre, se a desencantasse.

O próprio nome de Monte Castro basta para nos provar que não se trata de Mouros mas sim de habitantes anteriores aos Romanos, porque os Castros eram as povoações fortificadas, situadas nos montes, onde moravam os habitantes da nossa terra, quando os Romanos a invadiram e conquistaram.

Nesta altura perguntará o leitor: qual seria a origem das lendas de mouras encantadas e de tesouros escondidos? São antiquíssimas essas lendas.

Os Mouros cultivavam em alta escala a ourivesaria e possuíam e usavam grandes tesouros em jóias.

As recíprocas refregas com cristãos faziam com que, muitas vezes, na precipitação da fuga, por motivo de repentinos assaltos, se escondessem e aos seus tesouros em sítios ermos e recônditos.

E' de crer que alguns tesouros ficassem escondidos e ignorados para sempre.

Daí, mais tarde, a ânsia de os encontrar.

Na opinião de António Caetano do Amaral, também nos ficou dos Mouros o costume, muito vulgar no Minho, de apanhar do chão, soprar e beijar o pão quando cai.

## Agricultura

Os Mouros, depois da invasão da Península, conservaram, em geral, os limites e os nomes das antigas propriedades. No norte não repartiram terras, não assentaram colónias, não edificaram cidades, nem denominaram lugares (2).

(1) Êste rochedo, respeitado pelas velhas gerações e aproveitado para demarcar esta freguesia das de Marinhas e Vila-Chã em 1718, foi vandálicamente destruído por uns pedreiros em 1938.

(2) Mons. Ferreira, *Fastos*, Vol. I, pág. 146.

Foram elles que trouxeram a cultura do feijão, segundo uns, e, segundo outros, ela é oriunda da América. Dos mesmos nos ficou o linho mourisco pouco cultivado nesta freguesia.

Dos Mouros ficou-nos também o uso de poços e noras para regar as terras, engenhos, que elles, por seu turno, teriam importado do Egipto, onde já existiam no tempo dos Faraós.

### Agricultura

Os Mouros trouxeram a cultura do feijão, segundo uns, e, segundo outros, ela é oriunda da América. Dos mesmos nos ficou o linho mourisco pouco cultivado nesta freguesia.

Dos Mouros ficou-nos também o uso de poços e noras para regar as terras, engenhos, que elles, por seu turno, teriam importado do Egipto, onde já existiam no tempo dos Faraós.

## CAPÍTULO VI

### S. Bartolomeu do Mar na Idade Média

#### Organização social, militar, política e judicial

a) Nos primeiros séculos da nossa Monarquia, a sociedade encontrava-se dividida em três classes bem distintas — clero, nobreza e povo.

O clero, que era a classe mais ilustrada e influente, prestou ao Reino os mais relevantes serviços tanto no campo religioso como no social e até político e militar.

Basta atender ao que os nossos Prelados, o clero secular e as ordens religiosas fizeram, na luta contra Sarracenos e Castelhanos, pela Independência da nossa querida Pátria, e à sua acção maravilhosa na instrução e educação do povo, na agricultura e na indústria para nos convenceremos de que a Igreja é merecedora da eterna gratidão dos Portugueses.

Não é, por isso, de estranhar que os nossos Reis confiassem a membros do clero alguns dos principais cargos nem que concedessem à Igreja muitos bens e mercês.

O clero teve sempre grande influência na vida social e religiosa da Nação, mas o seu poderio político diminuiu muito com o absolutismo.

A nobreza (também conhecida por *vassallos de El-Rei*) era uma classe privilegiada que desempenhava os principais cargos públicos e gozava de muitas honras e mercês.

O Rei recompensava os serviços da nobreza concedendo-lhes diversas regalias e mercês: — isenção de tributos e de trabalhos civis, honras e *préstamos*, de que adiante falaremos.

Com a tendência dos nossos Monarcas para o absolutismo os privilégios e poder da nobreza dimi-



núíram muito e os antigos títulos foram substituídos pelos de duque, marquês, conde, visconde e barão.

O povo formava a grande massa da população, e dividia-se em duas categorias principais: herdutores (*herdutores*) e malados.

Herdutores eram habitantes das freguesias, proprietários de casais. A sua condição era muito semelhante à dos nossos proprietários rurais.

Os mais abastados eram obrigados a prestar serviço militar a cavalo e chamavam-se cavaleiros vilãos (*cavallarii*), para os distinguir dos cavaleiros nobres, e os menos abastados prestavam serviço militar a pé, donde lhes veio o nome de peões (*pedones, pedites*).

Os primeiros gozavam de mais privilégios que os segundos, que estavam obrigados ao pagamento da *jugada*, contribuição por cada *jugo* ou junta de bois.

Por malados designavam-se os indivíduos de condição inferior, que não tinham propriedades e habitavam casa alheia ou cultivavam terras de outrem.

Podem incluir-se nesta categoria os escravos ou mouros cativos; os servos da gleba, isto é, aquêles que, embora não fôsem escravos, estavam indissolúvelmente ligados às propriedades, mudando com elas de senhor por herança, doação, venda, etc.; os colonos livres, às vezes também conhecidos por cabaneiros (*cabanarii*) e solarengos, que cultivam propriedades alheias, como caseiros, mas podendo abandoná-las, quando quisessem; os criados, etc..

As classes trabalhadoras organizaram-se, formando as *Corporações de artes e ofícios*.

Com o decorrer do tempo, deu-se uma certa igualdade nas classes populares, cuja influência foi aumentando até fazer ouvir a sua voz nas Côrtes e a intervir nos negócios públicos mais importantes.

b) O serviço militar na Idade Média reveste tantas modalidades que é difícil fazer uma síntese.

O exército era formado por cavalaria nobre e vilã e infantaria.

A primeira era formada pelos nobres que, segundo os seus haveres, eram obrigados a servir só com a própria lança ou a se fazerem acompanhar dum certo número de vassallos próprios.

Como retribuição, recebiam do Rei uma determinada quantia (*fidalgos acóntiados*) ou o usufruto de

casais reguengos, a que se chamou *préstamo*, *prestimónio* (fidalgos *prestameiros*).

A cavalaria vilã, ou da ordenança, era formada pelos *herdadores* abastados, que tinham bens suficientes para sustentar cavalos.

A infantaria compunha-se dos restantes homens válidos das classes populares.

O serviço militar estava, em geral, ligado directamente à propriedade e só indirectamente ao indivíduo que a representava. O clero e as suas propriedades estavam isentos do serviço militar.

Havia várias formas de serviço militar: *apelido* — mobilização de fôrças para defesa regional; *fossado* — mobilização de fôrças para uma incursão, devastação e colheita de frutos em território inimigo; *hoste* — convocação de fôrças para a batalha; *anúduva* — construção e reparação de fortificações; *vela* — vigilância noturna das fortificações; *cobertura* — defesa dos pontos estratégicos, etc..

c) Na idade média o Reino foi dividido em diversas circunscrições territoriais: terras, almoxarifados, julgados, correições ou comarcas, concelhos, coutos, honras, etc..

Os juizes proferiam as sentenças, que eram anunciadas pelo *pregoeiro* (*pregonarius*) e executadas pelo *meirinho*.

As penas variavam conforme a natureza e gravidade dos delitos e podiam ser corporais — açoutes, flagelação, exposição, trabalhos forçados, mutilação, morte, etc. — e pecuniárias.

Os crimes castigados com pena de morte eram, em geral, quatro — homicídio (*homicidium*, *homizio*), rapto violento e violação de mulher (*rauxum*, *rouso*), furto e arrombamento (*furtum*) e meter ou tentar meter excrementos, principalmente humanos, na bôca de alguém (*stercus* ou *merda in bucca* ou *in os*).

As penas de morte eram executadas na fôrça, e a exposição, açoutes, flagelação e mutilação do criminoso eram executadas, ordinariamente, no pelourinho.

As penas pecuniárias (*multas*, *calumnias*, *caomias*, *coimas*, *vozes*) consistiam numa indemnização ao queixoso e num imposto pago ao Estado, mas, ordinariamente, não isentavam o réu de sofrer a pena corporal que merecia.

A partir do século XIV, começaram a aparecer as

*correições e comarcas* que eram governadas por um corregedor.

O concelho tinha como símbolos o sêlo e a picota ou pelourinho.

A população de S. Bartolomeu do Mar era constituída pelo povo, devendo predominar os malados.

Esta freguesia fazia parte da Terra e Julgado de Neiva, do Almoxarifado e Correição de Viana do Castelo e da Comarca ou Província de Entre-Douro-e-Minho.

Situada nos limites do terceiro Condado de Neiva não estava isenta dos impostos fiscaes e militares pois era obrigada ao *fossado* e à *anúduva*, (às reparações do Castelo de Neiva) e não era *Terra Privilegiada*.

## Organização económica, administrativa e fiscal

a) Nas lutas da reconquista os cristãos apoderavam-se de tudo (*pressuria*): propriedades, alfaías, gados e instrumentos, e até dos cultivadores, que eram considerados inseparáveis da terra e por êles cultivada (*servos da gleba*).

Em certos casos, porém, reconheciam a posse das terras aos antigos donos, principalmente se fôsem cristãos e moçárabes.

As terras conquistadas ao inimigo pertenciam ao Rei, que as distribuía pela Igreja e pela nobreza, reservando a maior parte para a Coroa.

Podemos, por conseguinte, considerar a propriedade particular dividida em quatro categorias: bens da Coroa, bens da Igreja, bens da nobreza e bens da classe popular.

Além da propriedade particular, havia terras incultas destinadas a logradouro comum — *baldios* ou *maninhos*.

Os casais agrícolas com as suas habitações, tanto senhoriais — palácio, castelo, mosteiro — como dos cultivadores, umas vezes espalhados pelo campo, outras reunidos em aglomerados, deram origem a muitas actuais povoações.

Cultivavam-se os legumes ainda em uso, o linho



e os cereais — trigo, centeio, aveia, cevada e milho alvo, agora quasi completamente substituido pelo milho americano.

Abundava a vinha, o castanheiro, oliveira e arvores frutíferas.

A industria era rudimentar, mas a de tecelagem de pano de linho (*bragal*) e de lã estava bastante espalhada.

Primitivamente não havia commerciantes intermediários. As compras e vendas eram feitas directamente por troca entre o consumidor e o produtor.

As transacções realizavam-se no *mercado* ou *açougue*, também chamado *fanga*, quando destinado à venda de cereais.

Para facilitar a troca de productos, principiaram a realizar-se as *feiras*, muitas vezes em dias de festa e romaria, nos adros e até dentro das próprias igrejas, abuso a que as *Constituições* procuraram pôr termo.

A feira mais antiga que se conhece em Portugal é a de Ponte do Lima e data de 1125.

Os Reis procuraram promover as feiras, concedendo isenção de tributos aos moradores do local e imunidades aos feirantes, e defendendo o livre trânsito de pessoas e mercadorias.

b) Os rendimentos do Estado eram formados principalmente pelos rendimentos dos bens da Coroa e pelos impostos directos e indirectos.

Os serviços militares foram, em grande parte, convertidos em impostos pecuniários ou em géneros como *fossado*, *fossadeira*, <sup>(1)</sup> *ánua* ou *anúduva*.

As multas applicadas aos crimes (*calumnias*, *caomias*) eram também uma grande fonte de receita.

Para cobrança dos impostos tinham os Monarcas os seus representantes — *almojarifes*, *mo domos* (*maiordomi*) <sup>(2)</sup>, encarregados de superintender na cobrança dos direitos e na administração da fazenda real, podendo fazer e julgar execuções fiscaes.

Em S. Bartolomeu do Mar, segundo as inquirições,

(1) Nesta freguesia estava convertido numa medida (taleiga) de trigo pago pela medida velha (Inq. de D. Afonso II, 1220).

(2) Ao mordomo davam os moradores desta freguesia duas regueifas de pão meado (trigo e milho).

havia 8 *casais de Ordens*. Não citam *casais de herdeiros*, mas era natural que existissem alguns.

Estes 8 *casais de Ordens* passaram depois a ser *casais emprazados*. No século XVIII contavam-se alguns *casais* desta categoria, além de algumas propriedades igualmente emprazadas, mas os prazos foram todos remidos e os *casais* e propriedades ficaram livres de encargos.

Os habitantes de S. Bartolomeu do Mar pagavam as 4 multas judiciais (*vozes* ou *calumnias*) além de outros impostos.

### Inquirições de S. Bartolomeu do Mar

D. Afonso II mandou, em 1220, comissões ou alçadas *inquirir* nas diversas terras a legitimidade das propriedades, dos direitos senhoriais e dos padroados das igrejas e mosteiros para saber quais os pertencentes à igreja e nobreza.

Em cada freguesia chamavam as pessoas mais idosas e categóricas para deporem sob juramento.

Para comodidade, dividiram os depoimentos em quatro secções — *Reguengos* ou bens da Coroa, *Foros* e *dávivas*, *foros* e contribuições, *Padroados*, direito de nomear os párocos e receber parte dos rendimentos do benefício eclesiástico, e *bens das Ordens*, *casais* e direitos pertencentes à Igreja.

Em 1258, D. Afonso III mandou fazer novas *inquirições*, sendo convidados a depor o Juiz da Terra, o abade e os habitantes de cada freguesia, e, em 1290, D. Diniz mandou fazer terceiras *inquirições*.

a) *Inquirições de D. Afonso II.*

Terra de Neiva.

### S. Bartolomeu da vila de Atam

Soeiro Mendes, abade, Pedro Vermuiz, Martinho Pais, Pedro Esteves, Domingos Peres, Estêvão Mendes, Nuno Soares e Pedro Mendes disseram, sob juramento, que o Rei não tem aí nenhum reguengo, nem é padroeiro.

Igualmente disseram que dão desta freguesia por imposto de fossadeiras (1) uma taleiga (2) de trigo pela taleiga velha e que há sete casais de mosteiros dos quais dão ao Rei sete galinhas e dois carneiros, tendo ainda cada um dêsses de dar mais um cordeiro e um leitão, se os tiverem, e um sextário (3) de trigo pela taleiga velha.

Devem dar duas regueifas meadas de trigo e nullo ao mordomo sendo uma delas da medida antiga. Que pagam as quatro multas (4).

Por todos estes foros pagam de renda 15 morabitos e cada um uma galinha e dois carneiros.

E o hospital (Ordem dos Hospitalários) tem agora um casal que foi de Paio Artole e costumava pagar foro igual aos casais atrás mencionados e agora nada paga.

Disseram também que esta igreja tem terras cultivadas (5) e pertence ao Mosteiro do Divino Salvador de Palme.

Que o hospital tem um casal, S. Paio meio casal, Braga um casal, S. Romão três casais, Palme três casais, igreja de Castro (6) meio casal e Banho (7) um quarto de casal.

(1) *Fossadeira* era um tributo real, pago, para as despesas respectivas, por quem, tendo obrigação de ir anualmente ao *fossado* (mobilização de fôrças para uma incursão, devastação e colheita de frutos em território inimigo), de facto não ia.

(2) Medida de capacidade que valia de 1 a 4 alqueires, conforme as terras.

(3) Sexta parte da taleiga.

(4) Estas multas estão expressamente mencionadas nas primeiras freguesias do Julgado de Neiva e eram impostas aos réus dos quatro crimes seguintes: — roubo (*furtum*), rapto ou violação de mulher honesta (*rauso, rouso*), escrementos na bôca — e homicídio.

Estas penas pecuniárias (*multas, calumnias, caomias, coimas, vozes*) consistiam numa indemnização ao queixoso que, ordinariamente, tinha de sofrer também a pena temporal que merecia e num imposto pago ao Estado.

(5) O texto original diz — *ista ecclesia habet senarias*. Em — *Diplomas Particulares* — da Universidade de Coimbra dos séc. XI a XIII encontra-se esta explicação: — *Senara* (ou *Senaria*) — Seara. Serviço ou trabalho agrícola prestado na terra do senhor (o mesmo que «geira»).

Tem, portanto, um duplo sentido — terra destinada à cultura de cereais ou serviço a prestar nessa terra. A nossa tradução aproxima-se do primeiro sentido que parece ser o que o contexto das Inquirições exige.

(6) Mosteiro de S. Martinho de Castro (Ponte da Barca) que em 1718 e 1763 tinha vários prazos nesta freguesia.

(7) Mosteiro da freguesia de Banho que foi extinta e incorporada na de Vila-Cova, concelho de Barcelos.



## Inquirições de D. Afonso III Julgado de Neiva — Na paróquia de S. Bartolomeu da vila de Aton

Martinho Mendes, Prelado, João Peres, Juiz, Soeiro Peres, Estêvão Peres, Domingos Soares, Domingos Pais, Pedro Peres e Domingos Nuno disseram, sob juramento, sobre os Santos Evangelhos, que o Rei não é padroeiro e dão lhe anualmente XV maravedis dos quais cedem dois à igreja, ficando, por isso, os paroquianos a pagar XIII maravedis, dois carneiros e cada fogo uma galinha; que vão ao Castelo <sup>(1)</sup> e que pagam aos Casteleiros <sup>(2)</sup> quatro ovos de cada fogo e as quatro multas acima mencionadas <sup>(3)</sup>, se incorrem nelas.

Uma herdade que foi de Pachacho costumava dar renda ao Rei e agora possuem-na seus netos e o Mosteiro de Banho e não dão renda ao Rei.

## Inquirições de D. Diniz — (Livro de Inquirições de Além-Douro fls. 95) 1290

«Na freguesia de S. Bertholameu da vila Atam não há honras.

Seja tôda livre e entre aí o mordomo do Rei».

(1) Esta obrigação de reparar as fortalezas é a chamada *ánua* ou *ánú-duva*. Quando o trabalho corporal não era preciso para as obras militares, a *ánú-duva* convertia-se em imposto pecuniário em beneficio do Castelo.

Era o chamado *direito castelático*.

Também os habitantes desta freguesia eram obrigados a reparar o Castelo de Neiva, tão importante na Idade Média, onde residiam as justiças da Terra e depois o Julgado de Neiva, chamada em 1220 *Sancto Jacobo de juxta Castellum*, sobre um morro da cota 192, sobranceiro ao rio Neiva. (Cf. Costa Veiga, *Hist. Mil. Port.*, I, pág. 62).

Segundo Alexandre Herculano, foi um dos primeiros castelos a pronunciarem-se a favor de D. Afonso Henriques. Depois da morte de D. Fernando tendo-se declarado a favor de D. Beatriz, foi tomado por D. Nuno Alvares Pereira, em 13 de Abril de 1385. Abandonado depois, foi caindo em ruínas, mas ainda em 1710 se conheçam as entradas. Hoje nada mais resta do que vestígios de antigas muralhas.

(2) Casteleiro, castelão ou alcaide era o que governava um castelo e, às vezes, o território adjacente, com direito a receber alguns impostos.

(3) Cfr. — Nota 4 das Inquirições de 1220.

Destas Inquirições deduz-se que esta freguesia não era *couto* nem tinha *honras*, isto é, não era terra privilegiada por não pertencer à nobreza e, por isso, os seus habitantes estavam obrigados a todos os encargos para com o Rei, quer militares — *hoste e fossado* —, quer fiscaes, — *fôro e peita*.

## Origem histórica da freguesia e igreja de S. Bartolomeu do Mar

A história primitiva e verdadeira desta freguesia perde-se na escuridão cerrada da noite longínqua dos tempos.

Pelos achados arqueológicos sabemos que ela foi habitada no *Eneolítico* (princípio da idade do bronze, uns 2.500 anos antes de Cristo) e que aqui havia uma povoação dos *Gróvios*, com séde no alto do monte *Castro*.

Mais tarde foi uma *vila* da província romana da Galiza, que se não deve confundir com a actual Galiza Espanhola, porque aquela abrangia tôdas as terras ao norte do rio Douro.

Sob o ponto de vista judicial pertencia à circumscrição do convento bracarense (*conventus bracaraugustanus*), com séde em Braga.

E' sabido que os Romanos dividiram as terras em grandes propriedades rurais chamadas *villae* ou *fundi*, que recebiam nomes derivados dos respectivos proprietários ou senhores.

Esta freguesia, como o seu antigo nome o indica, passou também, certamente já sob o domínio romano ou, pelo menos, sob o dos suevos, pela forma de *Vila*.

O seu território devia ter sido propriedade de qualquer Senhor influente que aqui residiu, cercado de criados e caseiros. A comprová-lo está o antigo nome por que ela era conhecida — *Vila de Atam* — nome germânico ou godo de qualquer homem que a fundou na ocasião da invasão dos bárdaros ou a recebeu por expropriação, das mãos do seu legítimo dono romano.

As *vilas* romanas, passando para as mãos dos novos senhores, na maioria suevos, visigodos ou seus descendentes, começaram a ser denominadas pelos

apelidos dêstes, romanizados é certo, muitos dos quais ainda hoje perduram, embora deformados, nos nomes das freguesias.

Atam, nome que a princípio coube a S. Bartolomeu do mar, é, como já foi dito, um nome germânico de homem, certamente daquêle que, no tempo da invasão, a possuiu e transmitiu aos seus descendentes.

Os Suevos e Visigodos (godos de origem germânica) conservaram os limites e os nomes das antigas propriedades.

Durante o domínio dos Árabes ou Mouros houve poucas mudanças nos nomes das terras.

Os exércitos cristãos, na luta secular da reconquista (séc. IX — XI), ao mesmo tempo que expulsavam os Mouros, apoderavam-se de todos os seus bens por êstes tomados aos antepassados dos cristãos, (*pre-suria*), que ficavam a pertencer ao Rei.

Êste, porém, para recompensar o auxílio recebido nas lutas pela reconquista, dividia as terras das antigas e extensas vilas romanas e distribuia-as pela Igreja e nobreza, reservando uma parte para a Coroa e outra para o povo.

Esta fragmentação do território deu origem à maior parte das povoações que, dos tempos medievais chegaram até nós.

Para cuidar da vida religiosa dos seus habitantes, foi preciso erigir templos, onde ainda não existiam, e confiá-los a sacerdotes.

Dêste modo as povoações rurais, só por si ou juntamente com outras pequenas povoações vizinhas, passaram a ser verdadeiras paróquias com abade próprio, igreja e vida religiosa independentes.

Os templos, que, conforme a importância das terras, eram igrejas amplas e ricas, ou pequenas e pobres, capelas ou modestas ermidas, eram construídas pelos governantes, mosteiros já existentes (como a desta freguesia pelo Mosteiro de Palme), ricos proprietários ou pelo povo.

A' volta dos templos reservava-se um pequeno recinto, correspondente ao actual adro, que era destinado a cemitério e a logradouro dos clérigos, uns 12 passos para o primeiro e uns 72 para o segundo (*XII pasales*



*pro corpora sepeliendo et LXXII pro tolerantia fratrum*) (1).

Com o tempo êste terreno aumentou muito com novas doações e deu origem aos nossos passais, assim chamados por se medirem a passos (*passales*).

Nêstes levantavam-se ordinariamente edifícios destinados às habitações dos sacerdotes encarregados das freguesias, os quais pelas leis da Igreja e Constituições diocesanas eram obrigados a residir nos seus benefícios.

Foi por êste motivo que a êsses edifícios se deu o nome de residências.

Com a criação das freguesias rurais tiveram os fiéis de prover à sustentação dos ministros do culto e à conservação dos templos mediante a fundação de patrimónios e passais e o pagamento de primícias (*primitiae* ou *primeiros frutos*) e dízimos (*decimae oblationes*, *décima parte dos frutos colhidos*), além de outras ofertas que ficavam a constituir os direitos paroquiais.

Assim se formaram quasi tôdas as freguesias actuais, que, no geral, remontam aos primeiros tempos da Monarquia, sendo muitas delas do tempo da reconquista (séc. IX-XI) e algumas até anteriores, como S. Martinho de Dume.

Após a reconquista, foi ainda o Cristianismo que lançou as bases da nova organização social com a formação das freguesias, passando a igreja a ser o centro de unidade de todos os seus habitantes.

O sacerdote, como pai espiritual (*padre-pater*) dois fiéis, contribuiu imenso, pela sua virtude e instrução, para o bem espiritual e temporal da sociedade, tratando os fiéis como filhos de Deus e da Igreja (*filií ecclesiae*), razão porque à paróquia se passou a chamar *freguesia*, ou seja a congregação dos fregueses (*feligreses-filií ecclesiae*) (2).

Como foi dito no Capítulo III, os primeiros habitantes desta freguesia viveram no monte *Castro* e, daí, mais tarde, vieram para a planície até que, no decurso

(1) *Diplomata et Chartae*, n.º 63.

(2) Fortunato de Almeida — *Hist. da Igreja em Portugal*, vol. I.

P.º Miguel de Oliveira — *Hist. Ecclesiástica de Portugal e As Paróquias Rurais* — na Revista de Guimarães número comemorativo dos Centenários, pág. 19-32.

do tempo, devido a várias circunstâncias, se foi formando a povoação actual.

Para cuidar da vida religiosa dos seus habitantes construíram a igreja que dedicaram ao Apóstolo S. Bartolomeu.

Com pároco próprio, igreja e vida religiosa independentes, passou a ser verdadeira paróquia.

Apesar de não aparecer documento da sua erecção canónica, parece-nos poder garantir, sem receio de errar, que esta freguesia remonta, pelo menos, aos princípios do século XIII.

Diz-se nas Inquirições de 1220 que ela pertencia ao Mosteiro de Palme (*et ista ecclesia est sua*), que tinha oito casais e como pároco Soeiro Mendes.

O *Catálogo de tôdas as Igrejas, Comendas e Mosteiros* existentes em Portugal em 1320-21 diz que estava anexa ao Mosteiro de Palme e o *Dicionário Geográfico*, do P.<sup>o</sup> Luiz Cardoso diz que o referido Mosteiro tinha sôbre ela o direito de *padroado* (1).

Como êste direito era concedido àqueles que fundavam ou dotavam igrejas ou mosteiros, é natural que o Mosteiro de Palme, que data de 1028 (2), adquirisse o direito de padroado sôbre a freguesia de S. Bartolomeu por ter sido êle que a fundou entre os anos 1028 e 1220.

Esta freguesia, com vida religiosa independente, deve remontar, portanto, aos princípios da nacionalidade.

A sua igreja deve ter sido construída depois de meados do século XI por ser nesta altura que principiou o Apóstolo S. Bartolomeu a ser tomado como titular e padroeiro de igrejas e freguesias porque, no

(1) *Patrono* é a pessoa que funda ou edifica uma igreja e lhe dá a respectiva dotação.

*Padroado* é o direito de apresentar um clérigo para determinados benefícios eclesiásticos. Geralmente as pessoas que fundavam e dotavam benefícios ficavam com o direito do padroado.

Em virtude dêste direito, apresentavam clérigos para as igrejas.

(2) Frei Leão de S.<sup>to</sup> Tomaz - *Crónica Beneditina Lusitana*, Tomo II, cap. V, pág. 235.

Ocidente, o seu culto só se divulgou depois que o imperador Otão II, no ano 1000, trasladou as relíquias dêste Apóstolo de Benavente para a Ilha do Tibre, em Roma.

Não merecem crédito os documentos que se referiam a igrejas consagradas anteriormente a S. Bartolomeu (1).

(1) Les Saints Patrons d'églises entre Minho et Mondego jusqu' a la fin du XI siècle, por Pierre David — Revista Portuguesa de História, II, pág. 244 — 1942.



## CAPÍTULO VII

# S. Bartolomeu do Mar e a Ordem de S. Bento

### I - Influência das ordens Religiosas

Quando Portugal se tornou independente, já no território portugualense existiam muitos mosteiros que, em grande parte, passaram então a adoptar a regra de S. Bento, devido, talvez ao facto de o Concílio de Coiança, em 1050, a ter recomendado no Capítulo II.

O grande prestígio que a regra beneditina alcançou neste tempo fêz com que se multiplicassem não só os mosteiros da Ordem de S. Bento, própria mente dita, mas também os de outras Congregações que adoptaram a mesma regra, como a de Cluni e a de Cister, ou de S. Bernardo.

Além das ordens Beneditinas, muitas outras floresceram em Portugal, como as dos Cónegos Regrantes de S.<sup>o</sup> Agostinho, dos Franciscanos, Dominicanos, etc..

O clero secular e os Religiosos exerceram enorme influência na vida intelectual, social e económica da Nação, para já não falar da sua maravilhosa acção religiosa e moral <sup>(1)</sup>.

Nos primeiros séculos da Monarquia, em que os Portugueses andavam envolvidos em lutas quasi constantes contra Sarracenos e Castelhanos, eram poucas as pessoas seculares que sabiam ler e escrever.

O clero e os Religiosos eram as pessoas mais cultas dêsse tempo, sendo, por isso, escolhidos para desempenhar os lugares de maior responsabilidade, como chanceleres, juizes, notários, médicos, etc..

As poucas escolas existentes encontravam-se nas

---

(1) Fortunato de Almeida, História da Igreja em Portugal, I, pág. 540 e seg..

catedrais e mosteiros. Dentre êstes notabilizaram-se pelo grau de cultura que atingiram, o de S.<sup>ta</sup> Cruz de Coimbra, dos Cónegos Regrantes de S.<sup>to</sup> Agostinho, e o de Alcobaça, dos monges de Cister.

No Minho tornou-se também célebre o mosteiro beneditino de Tibães.

Era igualmente o clero que prestava assistência aos enfermos, leprosos, viajantes e peregrinos, para o que fundava e sustentava, ou, pelo menos, dirigia, a maior parte dos hospitais, leprosarias ou gafarias, e albergarias, chegando muitos clérigos a ser vítimas da sua dedicação, principalmente em anos de peste.

Com as guerras quási contínuas dos primeiros séculos, os campos estavam, em grande parte, ermos e as povoações destruídas.

Para recompensarem os serviços recebidos e com o fim de cultivarem e povoarem estas terras abandonadas, os Reis distribuíram-nas abundantemente pelo clero secular e ordens Religiosas, que, ao lado do mosteiro, promoviam os trabalhos agrícolas por conta própria ou, mediante um fôro ou pensão, doavam essas terras a colonos e cultivadores.

Muitas povoações actuais tiveram origem nas habitações formadas por êstes colonos em terras pertencentes às ordens Religiosas, que, além disso, lhes prestavam assistência religiosa e moral e os defendiam dos inimigos.

De tôdas as ordens foi a de S. Bento a que mais se notabilizou na cultura das terras, tanto em Portugal como no estrangeiro.

Foi também esta ordem a que deu mais artistas, como pintores, escultores, entalhadores, ourives, e até engenheiros e architectos, que dirigiam não apenas as obras dos mosteiros mas também castelos, praças, estradas, pontes, etc..

O Minho ficou devendo imenso ao clero secular e às Ordens Religiosas, principalmente à de S. Bento.

Uma prova da influênciã exercida no nosso meio por esta ordem, cuja casa mãe era o mosteiro de Tibães, temo-la na devoção popular aos Santos da mesma, como S. Bento e S.<sup>to</sup> Amaro, e nas magníficas igrejas e mosteiros rodeados de cêrcas e matas formosíssimas e hoje, em grande parte, em ruínas.

## II — Origem e anexação da freguesia

As Inquirições de 1220 dizem que a Igreja de S. Bartolomeu pertencia ao mosteiro do Divino Salvador de Palme (*et est sua ista ecclesia*).

O pároco era da apresentação <sup>(1)</sup> do D. Abade do mesmo Mosteiro, que tinha direito de *padroado* sôbre esta freguesia.

O Catálogo das Igrejas de Portugal <sup>(2)</sup> de 1320-1321, ao falar das igrejas da Terra do Mestre-Escolado, apresenta a freguesia de S. Bartolomeu como anexa ao mencionado mosteiro: «*As igrejas (ou freguesias) de Payvães e a de S. Bartholomeu e a capellania de Palme é tudo anexo ao mosteiro de Palme*».

Como *perpétuamente* anexa a êsse mosteiro a trazem igualmente o censual de D. Diogo de Sousa, de 1520, e o de D. Frei Baltazar Limpo, 1551, bem como o livro 10.º de Mostras, fls. 157, de 11 de Maio de 1585, e as Colectas do Seminário de S. Pedro, de 1566 e anos seguintes <sup>(3)</sup>.

Faltam, porém, os documentos da erecção e anexação canónicas desta freguesia pela autoridade eclesiástica. E' possível terem desaparecido juntamente com o arquivo do mosteiro, mas o censual de D. Frei

(1) P.º L. Cardoso, Dicionário Geográfico, vol. 42, fls. 83, n.º 163.

(2) Fortunato de Almeida, História da Igreja em Portugal, II, pág. 609 e seg. traz o «Catálogo de tôdas as Igrejas, Comendas e Mosteiros que havia nos Reinos de Portugal e Algarves, pelos anos de 1320-21. A freguesia de S. Bartolomeu vem a pág. 628.

(3) O Censual de D. Diogo de Sousa, organizado antes de Julho de 1520, traz a taxa que todos os benefícios tinham de pagar na chancelaria de Braga. Faz parte do Livro N.º 304 (numeração antiga) do Arquivo Distrital de Braga.

O Censual de D. Frei Baltazar Limpo, de 1551, é o livro N.º 296 (numeração antiga) do mesmo Arquivo. Esta freguesia vem a fôlhas 82, v.º do primeiro e a fls. 26, v.º e 40 do segundo.

Há no mesmo Arquivo um catálogo ou censual de todos os benefícios de Portugal. Chama-se «*Papeis das Igrejas*», N.º 16 e faz parte da Secção de Conventos.

De S. Bartolomeu, a fls. 13, diz o mesmo que os já citados.

Vem a propósito dizer que o Censual de D. Frei Baltazar Limpo, ao contrário dos outros, traz S. Bartolomeu na Terra do Arcediagado de Neiva (fls. 26, v.º) e chega até a corrigir o Censual de D. Diogo de Sousa por êste a trazer na Terra do Mestre-Escolado (fls. 40).



Baltasar Limpo, a fls. 25, v.º, já, em 1551, se queixava da falta de documentos sôbre a anexação.

O mosteiro de Palme teve em S. Bartolomeu, desde tempos imemoriais, um grandioso edificio destinado a casa de férias, onde os Religiosos do mesmo mosteiro passavam a época balnear.

Dêsse edificio situado junto da igreja paroquial, destinava-se a parte nascente a casa de residência do pároco e a restante à habitação dos Religiosos de Palme e à arrecadação das rendas das muitas propriedades que o mosteiro aqui tinha.

De 1834 a 1919 êste edificio foi destinado exclusivamente a residência paroquial.

Nêste ano foi vendido em hasta pública na Inspeção de Finanças de Braga, quando da desamortização dos bens eclesiásticos (em 6 de Junho de 1919).

Vários dicionários enciclopédicos, copiando uns dos outros, dizem ter havido nesta freguesia um convento beneditino independente, que em 1550 se uniu ao mosteiro de Palme (1) da mesma Ordem.

(1) O mosteiro de Palme foi fundado em 1028 por Lovezendo, cavaleiro fidalgo que se recolheu a estas terras depois de haver seguido as milícias durante alguns anos.

(Crónica Beneditina Lusitana, Tomo II, cap. V., pág. 235).

Esta afirmação não corresponde à verdade.

Nesta freguesia nunca houve convento porque dêle não há vestígios nem aparece referência alguma a êle no Catálogo das Igrejas, Comendas e Mosteiros de 1320, nem no Censual de D. Diogo de Sousa, de 1520.

Também o não mencionam os cronistas da Ordem nem Viterbo a enumerar os conventos existentes em 1514.

Além disso se tal convento aqui houvesse existido, seria mais racional anexar a igreja de S. Bartolomeu a êste do que ao de Palme, como de facto o foi, consoante acima vimos.

Esta afirmação errônea deve provir da confusão da casa de férias do mosteiro de Palme com um convento da mesma Ordem propriamente dito.

## CAPÍTULO VIII

### Igreja Paroquial, Cruzeiro e Cemitério

Pela sua importância e simbolismo, a igreja paroquial é digna de menção especial entre todos os edifícios da nossa terra.

Esta freguesia e a sua primitiva igreja perdem-se nas densas brumas do passado, onde não é possível divisá-las com nitidez, porque não há acta da erecção canónica da freguesia.

Tôda a freguesia, uma vez criada, tinha de erigir, dentro de dois anos e dois dias, um Oratório ou Salteiro, que era o templo provisório onde o sacerdote rezava os salmos, celebrava missa e administrava os sacramentos até se construir o templo definitivo (1).

Tal obrigação prova-nos que esta freguesia devia ter igreja matriz privativa e dedicada ao apóstolo S. Bartolomeu, pelo menos desde os princípios do século XIII, porque as Inquisições de 1220 e 1258 falam de *S. Bartolomeu da vila de Atam* como de uma freguesia com existência legal e canónica, cuja igreja possuía terras cultivadas.

Corre na tradição oral desta freguesia que a imagem velha de S. Bartolomeu (a nova foi adquirida em 1912) apareceu na praia, num rochedo ainda hoje conhecido por *Pedra do Santo*. Imediatamente ao seu aparecimento construiu-se nos campos de *Sob Ramalho*, junto dos fieiros (dunas), uma capela onde foi recolhida a imagem. Mais tarde, num inverno rigoroso, o mar agitado invadiu os campos e destruiu a capela, motivo por que se procedeu à sua reconstrução, mais próximo das casas e afastado do mar, isto é, no local onde se encontra ainda a igreja velha.

Quanto ao aparecimento da imagem no mar, nada podemos dizer, mas, a ser verdade, teria de ser

---

(1) Mons. Pinheiro Marques, *Terras de Algodres*, pág. 258.

anterior ao século XVI (época da introdução do protestantismo na Inglaterra e ocasião do aparecimento de muitas imagens religiosas no nosso litoral), porque no século XIII já esta freguesia era dedicada ao apóstolo S. Bartolomeu.

Porém, anteriormente ao século XVI, não parece provável, porque a imagem não denota tal antiguidade. Seria muita sorte aparecer a imagem de S. Bartolomeu numa freguesia que já o tinha por padroeiro!

Não é admissível que a primitiva igreja paroquial desta freguesia fôsse a problemática capela de *Sob Ramalho*.

Segundo o Concílio de Toledo de 693, Cânon V, e o Código Visigótico, livro V, lei 5.<sup>a</sup> a igreja onde houvesse dez servos (*mancípia*) devia ter um sacerdote sôbre si (1).

Segundo as inquirições, em 1220 era pároco desta freguesia Soeiro Mendes e, em 1258, Martinho Mendes.

Tudo indica que a parte habitada então correspondia apòximadamente à actual, porque não tem apparecido vestígios de habitações nas proximidades do mar e porque o registo paroquial, desde os primórdios (1651) mencionava expressamente os lugares de Cima e de Baixo que ficavam a nascente e poente da estrada velha. Ora, se pároco e paroquianos viviam desviados do mar, que necessidade havia em os obrigar ir tão longe cumprir os seus deveres religiosos?

Com que direito podiam obrigar pároco e paroquianos a deslocarem-se ao ponto mais afastado das habitações para dar cumprimento aos preceitos religiosos e construir um templo num local onde não havia materiais de construção e para o qual era difícil o transporte dos mesmos, onde os terrenos eram impróprios, por úmidos, e para onde os caminhos eram alagadiços e desabrigados, se havia excelentes terrenos próximo das habitações?

A ser isso verdade, que faziam os párocos que não cuidavam de si nem dos paroquianos?

As Inquirições de 1220 dizem que a igreja desta freguesia possuía terras cultivadas e pertencia ao Mosteiro Beneditino de Palme (*et est sua ista ecclesia*). Ora não é admissível que, tendo o mosteiro de Palme

(1) Gama Barros, Hist. da Adm. Públ. em Portugal, vol. I, pág. 244.



aqui uma casa onde recolhia as suas rendas e onde os seus religiosos passavam uma parte do ano, fôsse construir a igreja em lugar afastado e de difícil acesso aos religiosos e ao povo, quando bem perto possuía terrenos excelentes para construções.

Se existiu algum oratório ou ermida nos campos de *Sob Ramalho*, junto à praia, em tempos afastados, naturalmente seria construído para comodidade dos numerosos romeiros que, desde tempos imemoriais e das mais longínquas paragens, afluíam aqui em cumprimento dos seus votos (promessas) a S. Bartolomeu que à parte religiosa tinham aliado o *banho santo*, que, nêsse dia, valia por sete.

Com a capela junto ao mar, mais facilmente os romeiros cumpririam os dois números da promessa ou voto: a romaria na capela e o *banho santo* no mar. Não parece inadmissível esta opinião, porque, em 1926, embora na freguesia houvesse dois templos, constituiu-se uma Comissão, composta, em grande parte, por banhistas, para, na praia de banho, se construir uma capela dedicada a S. Bartolomeu.

Fizeram-se alguns preparativos e escolheu-se o local, mas, por falta de ambiente e motivos de ordem superior, desistiram de tal intento e venderam a pedra que lá estava cortada para tal fim (1).

Julgamos estar demonstrado que a primitiva igreja desta freguesia nunca foi em *Sob Ramalho* e que, se lá existiu, em remotas eras, algum templo, tratava-se apenas de um oratório ou ermida.

Pelo livro dos Prazos desta freguesia à igreja do Divino Salvador de Pedregais, de 1718, sabemos que, nêsse ano, a igreja paroquial desta freguesia estava no mesmo sítio onde se encontra hoje a igreja velha. Com efeito, ao nascente e norte dela, encontrava-se a casa e lugar do Soares, ao norte dêste o caminho «por onde corria a Via-Sacra da igreja» e, bem próxima, estava, como hoje, a fonte das 4 bicas.

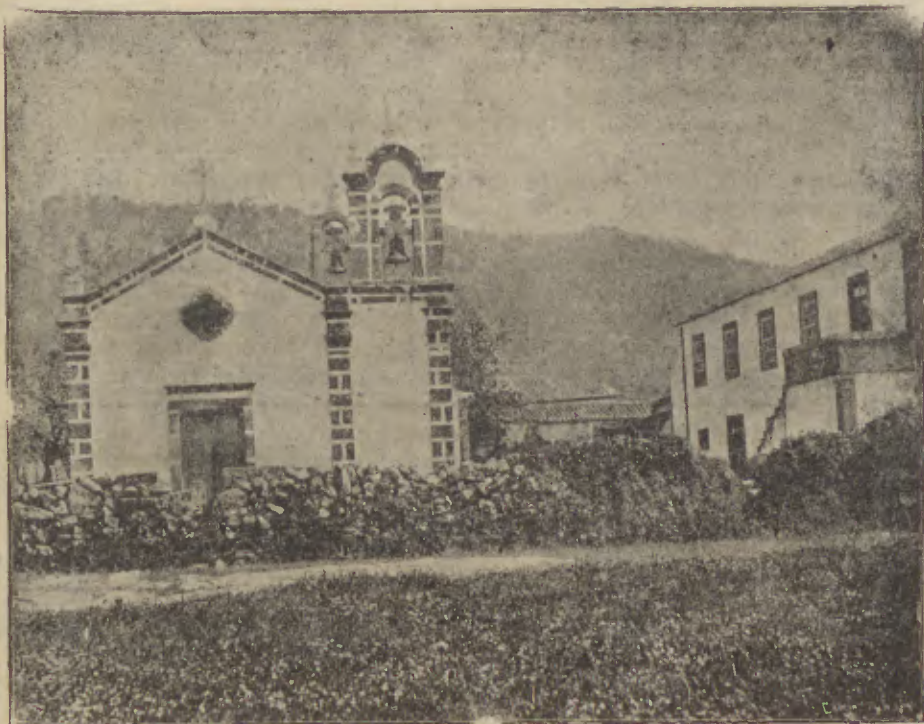
O aparecimento de valiosas e artísticas pedras na parte sul da capela-mor da igreja velha e de um nicho nos muros do adro, levam-nos à conclusão de que a

(1) Com ela se destruiu a casa que o Estado comprou para alojamento da Guarda-Fiscal.

primitiva igreja paroquial se encontrava ali e que, em data desconhecida, nêsse mesmo sítio se reconstruiu a igreja velha, que serviu de paroquial até 1909.

### Igreja velha

Actualmente está em ruínas. Encontra-se ao norte da casa que foi do mosteiro de Palme e depois residência paroquial, no centro de um adro fechado por paredes, com duas entradas e seus fôjos. Na sua fachada larga e baixa ergue-se uma pequena mas interessante rosácea por cima da porta principal e, ao lado direito, ergue-se um torreãozinho para um sino, tendo encostado a êste uma pequena sineira feita em 1895, ano em começou a haver dois sinos na igreja.



Igreja velha de S. Bartolomeu do Mar

A sua velha silharia, despida de qualquer rebôco, vai resistindo às intempéries, até que um dia tudo desabe e venha a terra, se antes não fôr restaurada, obra que se impõe.

Media, na capela-mor, 5<sup>m</sup>,80×4<sup>m</sup>,20 e na nave ou corpo da igreja 11<sup>m</sup>,20×5<sup>m</sup>,40.

Tinha boa tribuna onde se encontravam as imagens de S. Bartolomeu e de S. Sebastião.

Além do altar do S. S. na capela-mor, tinha na nave 3 altares: dois do lado norte, que eram o da Senhora dos Milagres (mais tarde Senhora do Rosário), onde se encontravam as imagens de Nossa Senhora de Nazaré e de Santa Quitéria, e o do Senhor dos Passos onde estava a imagem da Senhora das Dores, e um do lado sul, dedicado ao S. Coração de Jesus, onde estava também a imagem de Santo António.

### Igreja nova

A igreja velha tornara-se, há muito, insuficiente para comportar a multidão dos fiéis. Desde 894 que o presbítero Manuel Joaquim Rodrigues Lima, natural desta freguesia, vinha pugnando pela construção de uma igreja espaçosa e que satisfizesse às exigências do futuro. Nomeado pároco desta freguesia foi esta uma das suas principais preocupações, com o que dispendeu as suas energias e entusiasmo.

No ano de 1906, coadjuvado pelos paroquianos, à frente dos quais se encontrava Manuel Ferreira Vaz Saleiro, dá princípio a obra tam santa e necessária e, no dia 23 de Agosto desse ano, com grande solenidade e concurso do povo, é benzida e colocada no canto sul da capela-mor a primeira pedra.

A igreja alta, elegante, de certa imponência, de boas dimensões e proporções, bem situada, airosa, cuja decência e primoroso asseio denuncia zelo paroquial e piedade nos fiéis, estava concluída em 1912.

Gastaram-se na sua construção, com pedreiros, carpinteiros e caiadores, 2,691.000 réis. O povo da freguesia, além das ofertas em dinheiro, contribuiu gratuitamente com madeiras e trabalhos manuais e de carro. Estava realizada a maior aspiração do P.<sup>o</sup> Manuel Joaquim Rodrigues Lima e dos seus paroquianos,



que era dotar a sua freguesia de uma nova igreja, porque a outra era velha e acanhada.

Esta igreja tem a configuração de antiga — capela-mor e uma nave — medindo na capela-mor  $11^m,40 \times 5^m,80$  e na nave ou corpo da igreja  $21^m \times 8^m,20$ , tendo apròximadamente 33 metros no comprimento total.

Tem bôa tribuna, onde estão as imagens de N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> do Rosário e de S. Sebastião, e cinco altares: o do S. S., Sagrado Coração de Jesus, Senhor dos Passos, Senhora de Lourdes (com uma gruta) e de S. Bartolomeu (1).

A imagem nova de S. Bartolomeu foi ben-zida e exposta ao culto em 24-8-1912.

A igreja é notável pelo seu aspecto airoso e asseio exemplar. Está situada ao sul da freguesia e à margem da E. N. 1-1.<sup>a</sup>, perto do cemitério, no terreno onde outrora se iniciou a construção de uma escola primária, à memó-ria do filho desta terra, o estadista Rodrigues

Sampaio, cujas obras não passaram dos alicerces, por se ter acordado em construí-la na vila de Esposende. Abandonado o terreno pela desistência da construção da escola primária, nesta freguesia, a Junta da Paróquia, em 11-2-1894, pediu ao Governo de Sua Magestade a cedência do referido terreno para lá se construir a futura igreja matriz. Sua Ex.<sup>a</sup> o Snr. Ministro das



Actual igreja de S. Bartolomeu do Mar

(1) Da igreja velha passaram para a nova tôdas as imagens que ainda se conservam e são veneradas.

Obras Públicas houve por bem deferir esta petição em 15-8-1894.

Depois de 8 anos de trabalho intenso e muitos sacrifícios, numa festa que ficará para sempre memorável, esta freguesia viveu um dia de glória, talvez o maior da sua história secular, com a bênção e inauguração da nova igreja, no último domingo de Maio de 1914, por ocasião da festa de Nossa Senhora de Lourdes.

Estava satisfeita uma das maiores aspirações do pároco e povo, que, assim, legam aos vindouros uma prova bem eloqüente da sua fé e do seu patriotismo — a sua nova igreja.

O titular desta igreja paroquial é o Apóstolo S. Bartolomeu (1).

Este povo não se deixa vencer em generosidade, fervor e bairrismo.

Construída a igreja e adornada de tal forma que leva as palmas às de várias mais ricas e populosas, no dia 1 de Novembro de 1943 é enriquecida com três novos sinos, adquiridos por subscrição entre o povo da freguesia e que custaram, além da entrega dos velhos, a quantia de 15:271\$50.

Não descansa esta boa gente nos sacrifícios e amor pela casa de Deus e pelo engrandecimento da sua pitoresca freguesia.

Decorrido o pequeno intervalo de sete meses após a aquisição dos sinos, mais um melhoramento aparece na nossa igreja: no dia 28 de Maio de 1944, com a maior solenidade, é inaugurado na torre um relógio

(1) *Titular de uma igreja diz-se aquêlê sob cujo nome ou título foi fundada a igreja Titular do altar, aquêlê santo, em cuja honra se consagrou o altar a Deus. Código de Direito Canónico, Cânones 1168, 1187 e 1201.*

*Padroeiro é o santo escolhido pelo povo cristão, em Assembleia Geral, com a aprovação do clero do lugar, do bispo e confirmação da Santa Sé, para seu protector junto de Deus.*

*Código, Cânón 1278.*

*Orago ou oráculo é o santo ao qual está dedicado o templo Geralmente, só por tradição se conhece o titular ou orago. E' raro haver documento.*

*Ao titular, padroeiro ou orago compete o lugar de honra na igreja, que é no centro do altar, havendo nicho; não havendo, será ao lado do Evangelho.*

que custou 14:350\$00, quantia esta adquirida também por subscrição aberta entre o povo tão generoso desta terra.

## Cruzeiros

Uma cruz basta para dizer na história quem é Portugal.

E' de séculos a tradição dos cruzeiros, que se tornaram vulgares desde a Idade-Média.

O cruzeiro é companheiro e sentinela a cuja sombra piedosa se refugiam os vivos e os mortos.

Aponta-nos o caminho da Verdade, da imolação redentora e da glória imortal, que se conquista sofrendo e amando.

E' de pedra e parece que reza, porque está nêle a lembrança de Jesus.

Quando um povo quiere fazer penitência, vai fazê-la, em derredor do cruzeiro da sua terra. E, quando uma aldeia entra em festa, vai ao cruzeiro e cobre-o de flores.

*Quem os veja não se esqueça  
De lhes tirar o chapéu!  
Lembram Cristo à nossa espera...  
Cruzeiros da nossa terra  
Marcos miliários do céu.*

(P.<sup>o</sup> Moreira das Neves).

Os Portugueses, piedosos como são, tiveram sempre grande veneração e amor pelos cruzeiros e espalharam-nos profusamente de norte a sul do país.

Não contentes com isso, nos tempos áureos da dilatação da Fé e do Império, levaram-nos consigo para as terras de Além-Mar.

O cruzeiro é a nossa assinatura em cruz, é o padrão que deixamos na África, na Índia e no Brasil como símbolo da nossa Fé, do nosso heroísmo e da nossa soberania.



## Cruzeiro paroquial

Este cruzeiro existiu desde tempos antigos, mas não esteve sempre no lugar, onde hoje se encontra.

Primitivamente estava situado perto da igreja em recinto próprio, fechado e bem zelado.

E' simples mas denota antiguidade. Encima a sua coluna lisa um capitel coríntio.

Até 1934 a êle se dirigiam tôdas as procissões.

A mudança do culto para a nova igreja e o novo itinerário das procissões determinaram a sua mudança do primitivo local para onde se encontra actualmente, ao norte da freguesia e à margem da E. N. 1-1.<sup>a</sup>, no ano de 1914.

O actual itinerário das procissões que desde 1934 se dirigem à praia e a distância a que se encontra da igreja paroquial impõem a sua necessária e urgente mudança para local mais adequado e próximo da igreja.

Áfim de mostrar o respeito e veneração que os nossos antepassados consagravam ao cruzeiro, transcrevemos a determinação do visitador José Joaquim Pereira Guedes, Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo e Reitor da igreja de S. Pedro da Veiga (Chaves) na visita pastoral que o mesmo fêz a esta freguesia no dia 29 de Maio de 1825. «Sendo informado e requerido em auto de visitação a devassa, a que procedi nesta freguesia de S. Bartolomeu do Mar, que o recinto público do Cruzeiro, para as procissões desta igreja, se acha usurpado à freguesia por António Martins Soares que o traz lavrado e tapado, vedando-o de al maneira à livre comodidade do Rev.<sup>o</sup> Pároco, clero e povo quando ali queiram dirigir tôdas as procissões, mesmo as dos clamôres: convencido da violência que neste injusto procedimento o sobredito António Martins Soares lhes faz, o julgo incurso nas penas impostas em Direito aos usurpadores dos bens da Igreja, suas regalias e prerogativas; portanto o admoesto e lhe assino pelas três canónicas admoestações, depois da publicação desta mesma capitulação, deixe livre e desembaraçado o trânsito e ingresso público do recinto do Cruzeiro para a freguesia, sob pena de seis mil réis que lhe será agravado conforme o Direito.

E outrosim determino que o Juiz do Subsino, sob

pena de seis mil réis para a Sé e Meirinho, no primeiro domingo subsequente, no fim da missa paroquial, com todos os moradores da freguesia e Cruz alçada que lhe deverá acompanhar o Rev.º Pároco, vão ao dito local em tôda a roda do Cruzeiro paroquial para salvar o direito em que a freguesia se acha de aii dirigir as suas procissões, fazendo demolir a parede em frente que veda a entrada do tal recinto e, recolhida a Cruz paroquial à igreja, o mesmo juiz imediatamente fará logo, pelos moradores todos, remover aquela pedra da parede demolida para alicerçar a parede extrema, que marca e divide o tal recinto pela parte do poente; condenando êle, juiz de subsino, todo o que faltar, em cem réis para despesas da igreja; e, no domingo seguinte, debaixo das sobreditas penas, fará concorrer os freguezes para concluir a mencionada parede da parte do poente obrigando a cada um dos lavradores a trazer um ou dois carros de pedra que precisa fôr para completar a indicada parede, sob pena de 200 réis a cada um dos lavradores repugnantes: ficando tôda a frente livre e desembaraçada de pedras e aplanada para entrarem com as procissões comodamente no tal recinto que serão os juizes obrigados a trazer e conservar sempre limpo como adro da sua igreja, sob pena de mil réis que pagarão os omissos de sua bolsa nas futuras visitas».

Publiquei ao povo estando junto para a missa conventual, no dia 2 de Junho de 1825 e por verdade me assino. Em S. Bartolomeu do Mar.

Era ut supra. O Vigário Manuel Gonçalves Faria e Costa. (Capítulo de Visitas, fls. 27 e v.º).

O recinto a que se refere a determinação do Visitador, com a mudança do Cruzeiro em 1914, passou a ser exclusivamente logradouro público destinado a corar e secar as roupas lavadas nas águas da fonte próxima.

## Cemitério

A palavra cemitério vem da língua grega e quiere dizer — lugar de descanso, «*dormitório*», o que prova a crença da ressurreição e da imortalidade. E' também

chamado «*Campo Santo*», quer dizer santificado pela bênção da Igreja.

Um dos costumes que o povo cristão recebeu com grande consolação, foi o dos enterramentos dos cadáveres dentro das igrejas.

A igreja era na verdade a casa mãe que guardava os mortos e onde se reuniam os vivos. A colocação do cadáver na igreja, perto do tabernáculo onde está Jesus, junto dos altares e das imagens dos santos da sua maior devoção, dava-lhe a ideia da situação da alma no céu, junto de Deus e dos seus santos, na posse da bemaventurança eterna.

A lembrança dos defuntos era mais contínua, a oração mais proveitosa e a união mais íntima e sentida, pois a separar uns dos outros estavam apenas o soalho ou as frias lajes do templo.

Demais, o ser enterrado na igreja era uma honra que outrora só era concedida às pessoas de representação e depois somente aos católicos de boa fé e bons costumes que morriam no Senhor.

Aos outros não se permitia sepultura eclesiástica.

Não admira pois que este costume agradável, no meio das tristezas amargas que acompanham a morte das pessoas queridas, se tornasse geral e gánhasse raízes fortes no coração amoroso do povo crente.

Por tôda a parte se enterrava nas igrejas e nem o poder eclesiástico nem o civil contrariaram o costume que ganhára foros de lei.

Ainda hoje se reconhece que o pavimento da igreja velha fôta destinado a servir de Cemitério aos defuntos desta freguesia.

Na capela-mór havia uma sepultura, tôda de pedra, com tampa móvel, ou campa, que era destinada ao pároco da freguesia. O corpo da igreja velha estava dividido em rectangulos, formados por guias de pedra, com tampa, de madeira, chamada taburno, que tornavam o pavimento da igreja menos limpo e menos cómodo.

O povo achava bem, mas ia-se reconhecendo que este costume agradável à sensibilidade trazia consigo graves inconvenientes de ordem higiénica principalmente nas igrejas pequenas e mal arejadas, a que era preciso pôr cõbro.

Além disso, de vez em quando, vinham as pestes. O número de cadáveres aumentava necessária e ex-



traordinariamente e o pavimento das igrejas não chegava para sepultar a todos.

Afim de remediar êste mal as sepulturas eram revolvidas antes do tempo e os cadáveres quasi profanados, porque se encontravam ainda em atrazada decomposição, exalavam mau cheiro, que tanto originava novas doenças como dava à peste um incremento maior. Nalgumas terras, o aumento progressivo da população também exigia naturalmente um lugar mais amplo para a sepultura dos defuntos.

As pessoas mais ilustradas viam bem esta necessidade, com as suas vantagens manifestas, mas o povo continuava na sua maneira de vêr.

Exigia-lho a sensibilidade intensa do seu coração. Estavam habituados a levantar-se na igreja, a chegar junto da pia da água benta a colher uma mão-cheia de água e a ir deitá-la com uma lágrima e uma prece à cabeceira da sepultura dos seus queridos defuntos.

Per tais motivos poucos eram os cemitérios em Portugal em 1832.

Entre nós o 1.º Concílio Bracarense, celebrado em 561, proferiu um cânon notável (c. 18), proibindo os enterros nos templos.

Todavia, até ao século XIX, na maior parte das freguesias, os enterros eram nas igrejas ou adros.

Mas o país foi assaltado pela epidemia do Cólera-Morbus e a insuficiência de covais obrigou a benzer terrenos fóra das igrejas, nos adros, que outrora foram o cemitério comum da grande massa do povo cristão, para sepultura dos defuntos.

Com o fim manifesto de atender à saúde pública e de remediar o mal, que podia repetir-se, o govêrno aproveitou a ocasião para publicar os decretos de 21 de Setembro e de 8 de Outubro de 1835 e de 3 de Janeiro de 1837, seguído da carta de lei de 27 de Abril do mesmo anno, proibindo os enterramentos nas igrejas e ordenando a construção de cemitérios. A-pesar-da bem escolhida oportunidade, o povo não concordou e as leis não se cumpriram logo.

Só em 1838, vencida a rotina se começaram a construir os cemitérios paroquiais, mas muito vagarosamente e como que à sobreposse. A opposição foi tenaz.

Para a vencer, eficazmente, tomou-se uma resolução transitória. Os cadáveres seriam sepultados, junto e em frente da igreja.

E' de notar que nos relatórios e memórias publicadas, há, por vezes, um intuito perverso e venenoso, que revela mais sectarismo contra a Religião que cuidado pela saúde pública. Daí a mágoa causada pela proibição de sepultar nas igrejas e a opposição às medidas governamentais, obrigando à construção dos cemitérios.

Esta foi tal que o govêrno se viu na necessidade de pedir o auxílio da Igreja para execução desta medida; pelas portarias régias de 4-5-1844 e 16-4-1846.

Destas ordens governamentais infere-se a agitação que reinava entre o povo e de que resultou a Revolução de 1846, denominada da *Patuleia* ou da *Maria da Fonte*, manobrada por elementos políticos, que exploraram a ignorância do povo.

O govêrno foi instando pelo cumprimento daquelas leis e a 24-1-1872 foi publicada nova portaria instando pela construção dos cemitérios.

Nesta freguesia fizeram os enterros no adro de 1882 até 1886. A primeira pessoa a enterrar-se no adro foi João Martins Cepa (da casa do grilo).

E o povo, com o rosário numa das mãos e a água benta na outra continuou a ir chorar e rezar junto das sepulturas dos seus mortos. E' assim a piedade cristã do nosso povo.

Ficou pois o cemitério no Adro, mas esta situação não podia durar. O fim dos adros era outro. Mal se podiam adaptar a cemitérios. Geralmente, eram pequenos, mal vedados e, por sua natureza, deviam estar sempre abertos.

Tornava-se necessária a construção do cemitério, lugar sagrado, benzido, bem fechado, onde os cadáveres dos queridos mortos podessem descansar à espera da ressurreição final.

Serviu o adro do cemitério até 1886 sendo as últimas pessoas a sepultar-se aí Ana Alves (Faxina) e Aniceto Martins Cepa.

Nêste ano, à custa da freguesia, construiu-se o actual cemitério, para o que a Junta de Paróquia contraíu um empréstimo que acabou de amortizar em 1902, por meio de derramas lançadas sôbre a freguesia.

Construído ao sul da freguesia, nos terrenos de *Agrelo*, mede  $26^m \times 17^m$ , isto é,  $442^m^2$ . Na gravura V, à direita, vê-se o cemitério. A primeira pessoa que nêle foi sepultada chamava-se Antónia Martins de Abreu.

## CAPÍTULO IX

### Residência e Rendimentos Paroquiais

A primitiva residência dos párocos desta freguesia era a parte nascente da grande casa que junto à igreja aqui tinham os Religiosos Benedictinos do Mosteiro de Palme e que se vê na gravura I, à direita.

Com a extinção das Ordens Religiosas, em 1834, foi destinado todo o edifício para residência do pároco, embora só fôsse habitada por um porque, os outros sendo naturais daqui, preferiram viver nas suas casas.

Como a residência não tinha quintal ou chão de horta, em 1812, António José Viana — doou à igreja desta freguesia, para ser usufruído pelos párocos, um campo contíguo à residência, chamado depois—Campo do Passal. A escritura desta doação foi arquivada no Mosteiro de Palme.

No dia 2 de Janeiro de 1835, Francisco Martins Carneiro, com a conivência das autoridades, usurpou-o à igreja e, por processos ilícitos, converteu-o em propriedade sua (1).

Mais um acontecimento triste ia ferir os sentimentos cristãos dêste povo.

No dia 6 de Junho de 1919 foi vendida, em hasta pública, na Inspeção de Finanças de Braga, a residência paroquial da freguesia, juntamente com a maior parte das do concelho de Esposende.

O nosso povo, sempre bom e generosa, vendo que o seu pároco era obrigado a viver em casas arrendadas, mais uma vez mostrou que se não poupava a sacrifícios pela causa de Deus, e, em 1926, construiu a actual residência muito perto da igreja como se vê na gravura V.

---

(1) Livro de Usos e Costumes, de 1715, fls. 11, 12 e 13.



## Rendimento Paroquial

Por carência de documentos não foi possível conhecer o rendimento paroquial desta freguesia anteriormente a 1566.

Devia ser muito diminuto atenta a sua pequena população que em 1706 era de 52 vizinhos e em 1758 de 30 fogos.

Sendo uma das anexas do Mosteiro de Palme aparece-nos conjuntamente com êste no = Catálogo das Igrejas de Portugal — *Lotação de tôdas as igrejas, Comendas e Mosteiros de Portugal — Igrejas das terras de Aguiar de Neiva — 1320-1321* que diz «As igrejas de Paivães e a de S. Bartolomeu e a capelania de Palme é tudo anexo ao Mosteiro de Palme».

Em 1566 o rendimento paroquial era o seguinte *salário de 4 mil reis e o pee de altar e as ofertas de Sam Bertolomeu e do pombal sendo fora a fabriqua* (1).

Em 1706 rendia oito mil reis ao todo setenta e dois mil reis com as ofertas da grande e antiga romagem a S. Bartolomeu (2).

No ano de 1758 tinha 15:000 reis de cõgrua, além do pé do altar (3).

O livro de *Usos e Costumes*, organizado em 1715, vigorou até 1921, ano em que se reformou o actual pelo que se está regendo a freguesia.

Como dissemos as ofertas a S. Bartolomeu, por ocasião da romaria, faziam parte da cõgrua paroquial e assim foi até 1868.

Nêste ano a Junta de Paróquia reclamou-as para a fábrica da igreja no que foi atendida como se vê no documento seguinte: «Acórdão proferido em sessão de 17 de Junho de 1868 no requerimento de recurso de António Francisco da Tõrre Cardoso e outros da freguesia de S. Bartolomeu do Mar contra o pároco da mesma freguesia por êle querer guardar em si as esmoladas ofertadas para a veneração de S. Bartolomeu e

(1) Livro de *Mostras* n.º 10, fls. 157 no Arquivo Provincial de Braga.

(2) *Corografia Portuguesa* do P.º António Carvalho, 1706.

(3) *Dicionário Geográfico*, do P.º Luiz Cardoso, livro 42, fls. 83, n.º 163.

pedindo para que elas sejam entregues à administração da Junta da Paróquia».

Acórdão do Conselho do Distrito: Suposto por costume antigo, atestado pelas Constituições Diocesanas, pertenciam aos párocos as esmolas e ofertas menores depositadas nas igrejas e ermidas quando estas não tivessem necessidade de serem fabricadas; contudo, considerando que a lei fêz arbitrar a todos os párocos a precisa cônica para a sua conveniente sustentação; considerando que eles, portanto não têm hoje direito a exigir nem a arrecadar mais do que os proventos de cada uma das fontes de receita expressamente votadas no respectivo arbitramento. E atendendo a que não se demonstra que as oferendas em questão foram compreendidas no dito arbitramento nem que elas, sendo pouco importantes, sobram ainda assim da *fábrica da igreja e da veneração do Santo*, por tudo isto damos provimento a êste recurso mandando que à Junta de Paróquia seja entregue a administração das ditas esmolas como pertencentes, hoje, a quem tem a seu cargo a dita *fábrica*.

Assim continuou a administração das ofertas a S. Bartolomeu até ao ano de 1935 em que passou para a Corporação Fabriqueira Paroquial.

## CAPÍTULO X

### Párocos e clero de S. Bartolomeu do Mar

#### O pároco

Há em cada paróquia um homem que não tem família, mas que pertence à família de todo o mundo, que se invoca como testemunha, como conselheiro, ou como agente em todos os actos mais solenes da vida civil: sem o qual ninguém pode nascer nem morrer, que toma conta do homem no seio materno, e não o larga senão na campa; que benze ou consagra o berço, o toro nupcial; o leito da morte e a tumba; um homem que as criancinhas se afazem a amar, respeitar e temer; aos pés do qual os cristãos vão derramar as suas mais íntimas confidências, as suas mais secretas lágrimas; um homem que é por officio o consôlo de tôdas as dôres da alma e do corpo; o medianoiro forçado da riqueza e da indigência; que vê o pobre e o rico vir alternadamente bater à sua porta; o rico, para liberalizar a esmola; o pobre, para a receber sem rubor; que, não sendo exclusivo de grau algum social pertence igualmente a tôdas as classes, às classes inferiores por sua vida pobre, e muitas vezes pela humildade do seu nascimento; e às altas classes, pela educação, pelo saber, e pela nobreza de sentimentos, que uma religião tôda de amor inspira e manda; um homem, finalmente, que sabe tudo, e cuja palavra cai do alto sôbre as intelligências e os corações com a autoridade duma missão divina, e com o império duma fé sem réplica. Este homem é o pároco.

*Lamartine.*



## Párocos de S. Bartolomeu do Mar

Foram vários os nomes dados aos párocos no decorrer dos tempos. Nas Inquirições de 1220 o nome mais comum é o de *abade* (abbas) e nas de 1258 é *prelado* (prelatus), mas também se encontram párocos com os nomes de *prior*, nas freguesias onde havia conventos beneditinos, capelão, clérigo, etc..

— Quando uma freguesia estava anexa a outra ou dependia de algum convento que tinha direito a paróquia-la, o seu pároco costumava chamar-se *vigário* (vicarius), isto é, delegado que fazia as vezes do verdadeiro pároco, que era o da igreja ou convento de que dependia esta freguesia.

O pároco de S. Bartolomeu do Mar chamava-se *vigário* por ser apresentado pelo D. Abade do Mosteiro beneditino de Palme, embora apareça nas Inquirições de 1220 com o nome de *Abade* e nas de 1258 com o de *prelado*.

Daí em diante passa a ter sempre o nome de *Vigário* que se conservou, pelo menos, até 1865, ocasião em que os párocos, por serem oriundos da freguesia, começaram a ser conhecidos e tratados pelo nome pessoal ou de família e não pelo seu título.

No ano de 1918, sendo nomeado pároco um sacerdote extranho à freguesia, o povo começou a tratá-lo com o título de *Reitor* o que ainda faz hoje e que é sancionado pelo Sinodo Diocesano de Braga (1919 — pág. XXI).

Conhece-se desde o ano 1651 a lista dos párocos desta freguesia.

Até esse ano apenas conhecemos os mencionados nas Inquirições Afonsinas e no Livro de *Mostras* n.º 10, do Arquivo Provincial de Braga.

### Séc. XIII

Soeiro Mendes	1220
Martinho Mendes	1258

### Séc. XVI

E' ilegível o nome do pároco provido nesta freguesia por D. Frei Bartolomeu dos Mártires em

26-6-1566. Cfr. Livro de *Mostras* n.º 10, fls. 157 do Arquivo Provincial de Braga.

### Séc. XVII

Vigário — Francisco Martins	1651-1658
» Bento Correia	1658-1684
» Matias Fernandes Carneiro	1684-2698
Encomendado — Francisco Martins de Abreu	1698-1699
Vigário — Miguel Rodrigues	1699-1707

### Séc. XVIII

Vigário -- Francisco Martins de Abreu	1707-1719
Encomendado — João Pacheco	1719-1720
Vigário — Teodósio de Almeida	1720-1729
» Francisco António Xavier	1729-1754
» Domingos Francisco da Rosa	1754-1756
» João Dias Cardoso	1757 (1)
» Manuel Gonçalves Macau	1780-1794
» João Francisco Martins Moreira Tórres	1795-1802

### Séc. XIX

Vigário — Miguel Francisco Alegre	1803-1804
» José Felgueiras	1804-1810
» Manuel Gonçalves de Faria e Costa	1810-1829
» Francisco António Cardoso	1829-1861 (2)
Encomendado — José Rodrigues Areias	1861-1865 (3)
» João Martins Soares	1865-1881 (4)

(1) Por extravio do Registo paroquial de 1760-1780, ignora-se o termo da sua paroquialidade e dos seus sucessores até 1780.

(2) Pertencia à casa do *Chasco* pelo que ficou a ser conhecido pelo = *Vigário do Chasco*. = Vivendo numa época tormentosa notabilizou-se pelo seu zelo, piedade e como acérrimo defensor dos direitos da Igreja e da sua disciplina.

(3) Oriundo da casa do «*Mócho*» de Marinhas foi o último pároco a habitar a antiga residência paroquial e a ser tratado pelo título de *Vigário*.

(4) Natural desta freguesia, pertencia à casa do Soares. No seu tempo foi publicado o acórdão da Junta Geral do Distrito de Braga determinando que as ofertas a S. Bartolomeu deixassem de fazer parte da Cónrva paroquial e passassem para a Administração da Junta de Paróquia.

Encomendado —	António Martins dos Santos Vilas Boas	1882-1895 (1)
»	José Pereira da Costa Lima	1895-1902 (2)
»	Manuel Joaquim Rodrigues Lima	1903-1917 (3)
»	Manuel Martins Alves Couto	1918 (4)
»	Joaquim Gonçalves Gomes Beirão	1918-1924 (5)
»	António Dias Ferreira	1924-1935 (6)
»	Avelino dos Santos Ribeiro, pároco actual	1935 (7)

(1) Natural desta freguesia pertencia à família da Rendeira. Faleceu repentinamente na estrada.

(2) Sobrinho do anterior e igualmente da Casa da Rendeira. Daqui foi transferido para Belinho.

(3) Igualmente desta freguesia e primo do seu antecessor, depois de 1834, foi o pároco mais prestante e que mais trabalhou pelo engrandecimento da sua terra.

De de o início da sua vida sacerdotal, que foi modelar, pugnou pela construção de uma nova igreja e de um edificio escolar. A êle se deve a igreja actual com que engrandeceu a sua terra. No camp<sup>o</sup> da instrução muito fez tamhém, pois, antes de ingressar na vida paroquial, lecionava tôdas as disciplinas de Instrução Primária.

A uma vida tão operosa e abnegada succederam, bem depressa, as contrariedades. A falta de saúde e um conflito com a Junta da freguesia por causa da festa de S. Bartolomeu determinaram o seu pedido de renúncia à paroquialidade e a anexação da freguesia à de Vila-Chã, desde 30 de Agosto até 8 de Dezembro de 1917.

(4) Era natural de Forjães. Depois de 1865 foi o primeiro pároco a ser tratado pelo titulo de — *Reitor*. — O titulo de *Vigário* já havia caído em desuso.

A sua acção paroquial foi intensa mas curta porque, ao cabo de 8 meses, foi transferido para Adáufe (Br. ga).

(5) Natural da freguesia de Fragoso, concelho de Barcelos, exerceu uma acção paroquial das mais importantes desta freguesia.

A sua actividade multiforme, o seu zelo pelo arranjo e decôro da igreja, a reforma do livro de *Usos e Costumes*, e o seu apostolado intenso muito contribuíram para o levantamento da freguesia e para o notabilizar como pároco à altura da época. Depois de seis anos passados aqui, foi transferido para a sua terra natal.

(6) Nasceu em S. Paio de Antas. Bondoso, popular e apostólico deixou o seu nome ligado a várias obras entre as quais se destacam a nova residência paroquial e a Missão Religiosa de 1934. Daqui foi transferido para S. Paio de Antas.

(7) E' natural da freguesia de S.ª Marinha de Forjães. Activo e incansável tem se distinguido no decôro da igreja provendo-a de muitas alfaias, de um rico e artistico sacrário, da luz eléctrica, de novos sinos, relógio na torre e traz em projecto a realização de diversos e importantes melhoramentos na igreja.



## Clero de S. Bartolomeu do Mar

Apesar de ser freguesia pouco populosa teve sempre um número razoável de sacerdotes destacando-se, de entre tódas, as casas da Rendeira, Soares e Chasco. Chegaram ao nosso conhecimento os seguintes :

### Séc. XVII e XVIII

- P.<sup>o</sup> José Martins Rasco.  
 P.<sup>o</sup> Francisco Martins de Abreu.  
 P.<sup>o</sup> João Dias Cardoso.  
 P.<sup>o</sup> Manuel Martins dos Santos.  
 P.<sup>o</sup> Manuel Martins Soares.

### Séc. XIX

- P.<sup>o</sup> António Alves da Costa († 1848) <sup>(1)</sup>  
 P.<sup>o</sup> João Baptista Martins Soares († 1849)  
 P.<sup>o</sup> Francisco António Cardoso († 1861)  
 P.<sup>o</sup> José Martins dos Santos Vilas-Boas († 1870)  
 P.<sup>o</sup> João Martins Soares († 1882)  
 P.<sup>o</sup> António Martins dos Santos Vilas-Boas († 1895)

### Séc. XX

- P.<sup>o</sup> Francisco Rodrigues Neiva († 1926) <sup>(2)</sup>  
 P.<sup>o</sup> José Pereira da Costa Lima († 1936)  
 P.<sup>o</sup> Manuel Joaquim Rodrigues Lima († 1943) <sup>(3)</sup>  
 P.<sup>o</sup> Domingos Marques da Silva <sup>(4)</sup>  
 P.<sup>o</sup> Manuel Martins Cepa <sup>(5)</sup>

<sup>(1)</sup> Era padrinho de Rodrigues Sampaio e seu companheiro nas lutas liberais. Este, e 100 anos mais tarde o seu bis-sobrinho José Pereira da Costa Lima, foram abades de Belinho. Pertenciam à casa da Rendeira.

<sup>(2)</sup> Era sobrinho de Rodrigues Sampaio e foi abade de Santa Leocádia de Gerez do Lima, Viana do Castelo.

<sup>(3)</sup> Foi o pároco de mais espírito sacerdotal que, desde longa data, teve esta freguesia.

Foi a *alma mater* da nova igreja e um benemérito da sua terra que parouquiu durante 15 anos.

<sup>(4)</sup> Ordenado de presbítero em 1905 é actualmente reitor de S. Cláudio de Curvos, deste concelho.

<sup>(5)</sup> Nascido no lugar do Feital, desta freguesia, em 21-11-1890, foi ordenado de presbítero em 21-9-1913, capelão em S. Paio de Antas desde 1914 a 1918, pároco de Gemezes de 1918 a 1922, prefeito do Curso de Preparatórios no Seminário de Braga nos anos de 1922-1924, e, depois do respectivo exame por provas públicas, recebeu a instituição canónica no beneficio paroquial de Alvarães em 26-6-1924, conferida no Paço Arquiepiscopal de Braga pelo Ex.<sup>mo</sup> e Rev.<sup>mo</sup> Senhor Arcebispo Primaz D. Manuel Vieira de Matos, tomando posse do referido beneficio eclesiástico em 10-7-1924.

## CAPÍTULO XI

### Vida religiosa: santificação dos domingos, devoções, saudações

Não podemos deixar de referir neste capítulo, e com muita satisfação, o consolador estado religioso desta freguesia.

Fazendo-o, prestamos homenagem a todos os párocos e clero que, dum modo geral, tomaram a peito a sua altíssima missão.

Os habitantes de S. Bartolomeu do Mar são, geralmente, bons cristãos e não há casos de acatolicismo. Pode haver indiferentes; não há contudo, inimigos da Igreja.

E' gente de Fé e o padre é respeitado.

Quasi todos, ao levantar, se entregam nas mãos de Deus e oferecem as «obras do dia».

### Santificação dos domingos

Geralmente santificam o domingo ouvindo a Santa Missa, abstendo-se de trabalhos proibidos e assistindo, em grande número, às devoções da tarde (1).

O número de faltosos à Santa Missa será, quando muito, de 2<sup>o</sup>/10. O desleixo e indiferença, a falta de roupa e o capricho, por vezes, são as causas de se faltar à Missa (2).

(1) O namôro, a taberna e o foot-ball são os factores que mais gente afastam da igreja, de tarde.

(2) Era tal o respeito pelo dia do Senhor que não se apanhava sargaço nesse dia, como se vê do seguinte Indulto Apostólico que consta do Arquivo Paroquial «no dia 9 de Abril de 1805 obtiveram os moradores desta freguesia de S. Bartolomeu um Indulto Apostólico para poderem licitamente tirar sargaço aos Domingos e Dias Santos, exceptuados os dias das quatro festas do ano como são: dia de Páscoa da Ressurreição, dia do Espírito Santo, dia da Assunção de Nossa Senhora e dia do Nascimento de

Antigamente havia o costume de, terminados os actos do culto, ninguém se retirar da Igreja sem rezar uma estação ao S. Sacramento. Actualmente é notável o número de pessoas que continuam tão santo costume, mas os novos...

Deus permita que o movimento da Acção Católica entusiasme a Juventude por uma prática tão louvável.

### Devoção ao SS.<sup>mo</sup> Sacramento

Houve, desde sempre, nesta freguesia grande devoção ao SS.<sup>mo</sup> Sacramento. Não há memória, Deus louvado, de que pessoa alguma recusasse os últimos sacramentos. Ao contrário, de harmonia com a sua Fé, o nosso povo tem, quando doente, a preocupação de se preparar para a morte; é o primeiro a pedir para se confessar e comungar, ficando assim mais tranquilo e encarando o fim da vida com resignação. A morte repentina é encarada com verdadeiro horror, porque não dá tempo para regularizar a vida espiritual.

Quando toca o sino a «Senhor fora», há grande alvoroço de piedade e tôdas, ou quasi tôdas, as famílias acodem ao chamamento, mandando, ao menos, uma pessoa de cada casa, chegando-se a abandonar os trabalhos para acompanhar o «Senhor fora».

Todo o povo, os homens adiante e as mulheres atrás do SS.<sup>mo</sup>, canta o «Bendito» pelo caminho.

Este, em frente às casas por onde passa Nosso Senhor, está tapetado de flores e os portais abertos e, sendo de noite, põem-se luzes às janelas.

Com a maior pompa é levado Nosso Senhor aos enfermos, por desobriga, na quaresma.

E' a mais sincera, entusiasta e solene festa da freguesia — muito fôgo; os caminhos e estradas adornados com arcos e flores; o chão tapetado; entusiasmo indes-

---

Noosso Senhor Jesus Cristo, cujo Breve obtiveram também juntamente os moradores das freguesias das Marinhas e S. Pedro Fins de Belinho, concedido SS. Padre Pio VII, com o Beneplácito do Senhor D. Frei Caetano Brandão, Arcebispo e Senhor de Braga, para constar fiz este assento. Felgueiras, Vigário.



critível, uma verdadeira e admirável apoteose a Jesus Sacramentado.

Simplesmente admirável!

O número anual de comunhões nesta freguesia anda por 12.000.

Todos cumprem o preceito pascal, exceptuando um pequeno número, isto é, meio por cento, se tanto.

E' grande o número de comunhões nas primeiras sexta-feiras.

## Via-Sacra

Da devoção à Sagrada Paixão e Morte de N. S. Jesus Cristo fala bem alto o modo como nesta freguesia se popularizou o piedoso exercício da Via-Sacra.

Desde tempos imemoriais que, através da freguesia, se realizava nos domingos de quaresma o exercício da Via-Sacra que partia da igreja velha e terminava no Calvário.

Costume tão louvável, começou a decaír aí por 1910 e, com êle, a conservação das respectivas cruzes que tódas carecem de urgente reforma.

Esta devoção, reflexo da que a Idade-Média consagrava à Paixão do Senhor, atingiu tal importância que, para se identificarem prédios, como se vê nos prazos à Igreja de Pedregais, se faz referência à Via-Sacra em frases como estas: «...pelo sul... parte com o caminho *por onde corre a Via-Sacra e por donde vem a Via-Sacra da Igreja, etc.*»

A Via-Sacra saindo da igreja, passava ao Cruzeiro, Caminho da fonte, Criveiros, Terceleiros, Pedrouços (onde está hoje o Cruzeiro), estrada velha do Feital, nascente da Boucinha donde se dirigia ao Calvário e aí terminava.

Desde a igreja ao Calvário havia 14 cruzes de granito, grandes e bem trabalhadas, estando 11 no percurso e 3 no Calvário.

Actualmente faz-se a Via-Sacra, na igreja, em tódas as sextas-feiras do ano, ao fim da tarde.

## O Culto popular das almas do Purgatório

O nosso povo foi sempre muito devoto das almas do Purgatório.

Ainda hoje quando recebe um favor ou esmola diz: seja pelas almas das suas obrigações, etc.. Quando se vê aflito, recorre às almas do Purgatório.

*Falecimento*: Logo que morre alguém fazem-se os preparativos para os funerais dêste modo: 1.º amortalham o defunto; 2.º dão sinal nos sinos no mesmo dia, se fôr antes de pôr do sol, caso contrário só no dia seguinte; 3.º avisam-se as competentes entidades oficiais. Quando o sino dá sinal, é costume rezar um P. N. e A. M. pela alma da pessoa falecida.

*Mortalha* — Veste-se ao defunto o melhor que tiver. Nalguns caso leva as insígnias de alguma Confraria ou Ordem Religiosa. Se fôr homem fazem-lhe a barba.

*Caixão* — Usa-se o caixão de madeira de pinho não aplainada, forrado de pano e a urna de madeira pintada ou envernizada.

*Velar o cadáver* — De cada casa vai, ao menos, uma pessoa velar o cadáver, orar pela alma da pessoa falecida e consolar a família enlutada. Nesses dias de lágrimas, a família provada tem à sua disposição todos os amigos para todos os serviços que seja necessário fazer, mesmo no campo.

*Condução do cadáver à igreja e cemitério* — Expirado o prazo legal, à hora previamente combinada com o pároco, é o cadáver conduzido à igreja. Além do Pároco, acompanham o cadáver as Confrarias a que pertencia e bastantes pessoas, embora não seja já uma pessoa de cada casa como antes era costume.

*Ofícios* — Quando há meios para isso a família manda celebrar ofícios por alma do finado. Se fôr pobre, geralmente, tem Missa de corpo presente.

*Amentas ou reza ânua* — Antes da Missa dominical, o pároco reza as amentas conforme lhe tiverem pedido ou fôrem de uso e costume: Por alma de F... ou pelas obrigações de F... e reza-se um responsório.

*Missa das Almas* — Tôda a gente manda celebrar Missas pelos seus mortos. Mas, além disso, nas segundas-feiras há a «Missa das Almas» muito querida do povo que a ela assiste em grande número, e que é

celebrada com a «esmola da cesta» que se pede na Missa dos domingos.

Há toque especial de sino para esta Missa.

*Tocar às almas ou toque das almas* — Comovedor e simbólico é o toque do sino, no silêncio da noite (de inverno às 9, de verão às 10 horas) convidando os fiéis a orarem pelas almas do Purgatório e a que o povo chama «toque das almas».

Badaladas plangentes, lentas e carinhosas!

O povo toma-o como sinal de tomar o descanso, estando em casa, e de recolher, estando fora. E' tomado à pior parte o estar fora de casa, sem necessidade, depois de tocar às almas (1).

*Obradas* — No domingo imediato ao entêrro faz-se a obrada, rezando-se um responsório em nome das pessoas da família, parentes e amigos que, para tal fim, comparecerem (2).

O luto é observado rigorosamente (3).

*Aniversário* — Todos os anos se celebra o aniversário das almas com officio e missa cantada, sermão e procissão ao cemitério.

(1) Até ao século XVIII os Juizes dos Concelhos, a-fim-de manterem a ordem e conservarem a disciplina dos costumes, mandavam tanger o sino, que era sinal de recolher, às 9 horas da noite, de Outubro a Março, e às 10 de Abril a Setembro.

Depois de tanger o sino, tôda a gente era obrigada, mais ou menos, a recolher a casa e era prohibido o funcionamento das tabernas sob pena de multa.

Naqueles tempos não se toleravam ociosos. Todo o homem que não trabalhasse ou que não tivesse qualquer modo de vida ou officio, não vivesse com amo ou senhor, era preso, açoitado publicamente e desterrado para a Índia ou Brasil com o estigma de patife ou vadio. Já dizia a lei 24 de D. Afonso II (1211). — Proibimos que em nosso reino habite individuo nenhum sem bens de raiz ou que exerça algum mister de que possa subsistir ou, finalmente, sem ter senhor que possa ficar responsável por êle se cometer algum delicto. (Alexandre Herculano; F. de Almeida, vol. III, pág. 288, e Mons Pinheiro Marques — *Terras de Algodres*, pág. 166).

(2) O povo chama-lhe *obrada* e *obradório*. Os doridos mandavam ao pároco a oferta (*oblata, obrada*), geralmente num açafate, para êle rezar determinado número de respostas pela alma do defunto.

No fim da missa, parentes e amigos do morto mandam rezar ao pároco, cada um seu responso pela alma do falecido.

A êste acto dá-se também o nome de *obradório* (de *bradar*, rezar alto).

(3) Até aos fins do século XV, o luto não era vestir de preto, mas sim de burel branco. O primeiro luto de negro que se usou no Reino foi na morte de D. Filipa, tia de El-Rei D. Manuel I. (*Europa Port.*, I, cap. III, pág. 47).

Na China ainda hoje são brancos os vestidos de luto.



*Mês das almas* — Costuma ser concorridíssima a devoção das almas em Novembro. Dias há em que a igreja fica repleta. As comunhões, nêsse mês, são mais numerosas.

*Alminhas* — Um dos meios mais vulgares e que reveste as formas mais variadas na realização e na arte a favor das almas do Purgatório está nas alminhas. A quem passa nos caminhos a vista dos quadros das almas que penam no Purgatório lembram os que morreram e padecem a justiça do Senhor.

É de origem portuguesa tão louvável costume.

Foi o apostólico e piedoso Luiz Alvares de Andrade (séc. XVI), da cidade de Lisboa, que ardendo em zêlo pelo maior incremento da devoção para com as almas do Purgatório mandara pintar quadros alusivos ao Purgatório — a que o povo chama «alminhas» — e distribuí-los pelo continente e colónias. Esta devoção foi entusiasticamente secundada por esta freguesia, onde há muros e paredes que ostentam quadros dêsses.

Até há poucos anos havia quatro alminhas nesta freguesia: Capela dos Soares, grande e artístico oratório demolido em 1920 que deu o nome à Ágra da Capela; um pouco mais ao sul mas ainda no lugar do Soares há outras; à margem da Estrada Nacional há as da Rendeira e ao sul da freguesia, à margem da estrada velha havia as do Pedro que ficaram ao abandono. Hoje apenas há duas; — da casa do Soares e da Rendeira.

*Cruzeiros* — Nos pontos onde por desastre morre alguém, costumam erguer uma cruz de pedra ou madeira para convidar os passageiros a rezar pela alma de quem ali morreu.

*Reza à noite* — Na reza em comum, à noite depois da ceia, não deixam de rezar também pelos mortos. Reza-se em especial por alguns defuntos, como pai, mãe, irmãos, avós, tios, etc., e depois por tôdas as almas que padecem nas penas do Purgatório.

Quando se reza por alma de alguém costuma dizer-se: Por alma de F. que Nosso Senhor o lá tenha no Céu, que lá peça ao Senhor por nós.

*Respeito pelos mortos* — Perdura o louvável costume de, ao falar-se numa pessoa já falecida, acrescentar: «no céu esteja êle (ou ela)»; «esteja com Deus»; «Deus lhe perdô»; «Deus lhe fale na alma»; «que a

sua alma esteja com Deus»; «que Deus haja»; «que Deus tenha em descanso», etc..

*Procissão dos defuntos* — Além da procissão que nos domingos, em que as rubricas o permitem, se faz ao cemitério ou em volta da igreja e da procissão ao cemitério no dia 1 de Novembro, à tarde, há outra ao cemitério na segunda-feira imediata à conclusão do tríduo do Sagrado Coração de Jesus.

Quási todo o povo da freguesia assiste à missa, comunga e no fim vai em devota romagem ao cemitério.

Foi a primeira freguesia desta região, onde se estabeleceu êste costume a seguir à Missão Religiosa concluída em 30 de Abril de 1934.

## Toques de sino e oração da noite

Desde tempos remotos que na tôrre da igreja se ouve o toque das «Avè-Marias» ou «Trindades» de manhã cedo, ao meio-dia e ao cair da noite.

Apesar-de o antigo fervor ter arrefecido um pouco, ainda hoje, graças a Deus, a maior parte do povo se descobre e reza ao toque do sino.

Em quási tôdas as casas, antes da ceia ou depois das «Graças», se reza o têrço do rosário em família, mas infelizmente já aparecem casas em que se reza o têrço particularmente, cada um para si.

Depois da ceia, em quási tôdas as casas se costumam dar graças a Deus junto da mêsã ou da lareira.

Todos de pé (nalgumas casas sentados), em volta da mesa, na cozinha, e mãos erguidas, o chefe de família começa: «Infinitas graças e infinitos louvores Vos sejam dados meu Senhor Jesus Cristo pelas altas mercês que da Vossa liberal mão temos recebido. Seja tudo para Vosso santo serviço e salvação das nossas almas».

Seguem-se os P. N., A. M. e G. P. por várias intenções: «em honra de todos os santos e santas do Céu que estão no reino da glória para que roguem ao Senhor por nós; de S. Pedro e S. Paulo para nos abrirem as portas do Céu; de S. José para que nos dê uma Santa Morte; de Santo António para que nos guarde os nossos animais; de S. Sebastião para que

nos livre da peste, fome e guerra; de S. Bartolomeu para que seja nosso padroeiro no Céu como é na terra; de S. Bento para que nos livre dos males desconhecidos; pelos que andam sôbre as águas do mar para que o Senhor os leve a salvamento; em louvor dos Sagrados Corações de Jesus e Maria unidos nas nossas almas nos acompanhem e guiem; pelas almas do Purgatório em geral e pelas dos nossos parentes falecidos; em louvor do S. Sacramento para que nos não deixe ir dêste mundo sem o receber na sua divina graça e não nos mate em pecado mortal».

A acção de graças consta de 12 a 15 P. N., A. M e G. P. e costuma acabar por uma Salvé-Rainha em louvor de Nossa Senhora, para que nos alcance uma santa morte, a morte do justo.

## Oração da manhã

( Ao levantar )

Bendita seja a luz do dia;  
Bendito seja quem a cria,  
Bendito seja o Filho de Deus  
E da Virgem Maria.

## Oração da noite

( Ao deitar )

Encomendo-me a Jesus  
Aos Cravos e à Cruz  
Ao Sangue e ao Lado  
De Jesus Crucificado.

Jesus seja no meu peito  
Jesus seja na minha alminha,  
Nesta cama em que me deito

Com Deus me deito,  
Com Deus me levante,  
Com a graça de Deus,  
E do Divino Espírito Santo.



A Virgem Maria me cubra  
 Com o seu manto,  
 Se eu bem coberto fôr  
 Não terei mêdo, nem temor  
 De coisa nenhuma que má fôr.

Senhora, se eu dormir, acordai-me!  
 Se morrer, alumiai-me!  
 Com as vossas cinco tochas  
 Da Santíssima Trindade.

### Depois de deitar

Nesta cama me deito  
 Com esta manta me cubro;  
 Se a morte me perseguir,  
 Os Anjos do Céu me acudam.

### Devoção aos Anjos

Nesta cama me deitei,  
 Sete anjinhos nela achei;  
 Três aos pés, quatro à cabeceira,  
 A Virgem Senhora na dianteira;  
 Ela me disse: filho, dorme, repousa,  
 Não tomes mêdo de nenhuma coisa,  
 Que os Anjos a tôda a hora o Senhor adoram  
 E ditosa a alma que desperta e ora.

### Ao Anjo da Guarda

Anjo da minha guarda,  
 Semelhança do Senhor,  
 Para mim fôste creado,  
 Para meu amparador.

Peço-vos, ó Anjo bendito,  
 Pela vossa graça e poder,  
 Que dos laços do demónio,  
 Me ajudeis a defender.

## A S. Bartolomeu

S. Bartolomeu me disse  
 Que velasse e que dormisse  
 E que mêdo não tivesse  
 Nem da onda nem da sombra  
 Nem do bicho pesadêlo.

\*

Ó meu Deus, ó meu Senhor  
 Nêste mundo de aflição,  
 Que a minha alma se não perca,  
 Nem morra sem confissão;  
 Nêste mundo nos dai paz  
 E no outro a salvação,  
 Acto de contrição.

## Saüdações

Nestas terras vive-se continuamente com os olhos em Deus.

Basta recordar as tradicionais saüdações:

«Adeus», «Deus nos ajude», «Vamos com Deus», «Guardo-o (ou salve-o) Deus», «Venha com Deus», «o Senhor lhe dê bons dias, (boa tarde, boa noite)». A condição inseparável de qualquer propósito ou projecto é «Se Deus quiser»: «Até amanhã, se Deus quiser». A frase *se Deus quiser*, clareada de fé ardente e pura, anda de bôca em bôca.

E' o povo trabalhador, sôfrego de um amparo divino e inspirado na crença religiosa, quem mais repete essa frase-oração, frase símbolo de amor e ternura.

A resposta dos que, por qualquer motivo, não podem dar uma esmola a um pobre que a pede é: «Deus o favoreça». Os desejos dos velhinhos falando com as crianças: «Nosso Senhor te crie para bem»; a maneira de responder aos filhos, afilhados, sobri-

inhos, etc., quando êstes pedem a bênção: «Deus te abençõe e te faça um santo»; as expressões empregadas nos cumprimentos e despedidas: «Estimo muito vê-lo, Deus lhe dê saúde»; o conhecido inciso da maneira tradicional como principiam as cartas: «Nós ficamos bem, graças a Deus»; a exclamação freqüente, sobretudo em ocasiões de profunda tristeza ou grandes alegrias: «Louvado seja Deus para sempre»; o louvável e santo costume de quem entra ou passa: «Louvada seja Nosso Senhor Jesus Cristo»; a que responde «Para sempre seja louvado e sua Mãe Maria Santíssima»; o costume tão lindo de, nas ocasiões de trovoada, irromper no «Bendito . . .» são outras tantas manifestações da religiosidade dêste povo.

## Oração do dia de Natal

Caminhando vai José  
Caminhando vai Maria  
Quando a Belém chegaram,  
Era mais de noite que de dia.

Porteiros abri a porta  
Porteiros da portaria  
Eu não abro a minha porta  
A gente desconhecida  
Sentem-se aí Senhores  
Até que venha o dia.

Comam dessas ervas verdes  
Bebam dessas águas frias.  
Quando S. José foi pelo lume  
Oh! que tempo fazia!

Quando S. José veio com o lume  
Já a Virgem tinha o Menino.  
Tal era a sua pobreza,  
Que de panos carecia!



A Virgem deitou as mãos à cabeça  
Rasgou um véo que trazia  
Em três pedaços o fêz,  
Jesus Cristo envolvia.

Jesus Cristo vai andando  
Sua Mãe vai chorando  
Porque chora minha Mãe  
Porque chora Mãe minha!  
Não choro pelos meus panos  
Porque para mim panos havia;  
Choro por um Corpo Santo,  
Que na Cruz o pagaria.

Desceu um Anjo do céu à terra,  
Panos de ouro trazia.  
Tornou a subir ao Céu  
Cantando Avé-Maria!

Perguntou o Padre Eterno  
Como lá ficou Maria  
Maria ficou boa  
Numa lapinha recolhida  
Embora não seja nada  
Para o que Maria merecia.

Mandou fazer um Mosteiro  
Todo de pedra esquadria  
S. João arribava,  
S. Pedro retornava  
Entre almas e almedas  
Cinco mil Anjos estavam.

Na almenda primeira  
Estava a Virgem Maria  
Na almenda segunda  
Estava o Senhor S. Tiago  
Todos quatro atrás de Nosso Senhor  
Todos quatro ao seu mandado.

A primeira é êste mundo  
Onde nos traz enganados;  
A segunda é o Purgatório  
Onde se purga o pecado  
A terceira é o inferno  
Para onde vai o condenado  
A quarta é o céu  
Para onde vai o bom cristão.

Quem esta oração souber  
E três vezes a disser  
Tem a salvação certa  
Para a sua alma  
E para mais quem quizer.

## CAPÍTULO XII

### Confrarias e Associações de piedade

#### Acção Católica

O incremento dado à piedade pelas Confrarias, a admirável organização dos seus estatutos e os compromissos tomados pelos antigos moradores desta freguesia são o testemunho dos sentimentos religiosos dêste povo.

Por Deus todos os sacrifícios! Ninguém os excede na pompa das suas festas religiosas e no carinho pela sua igreja!

Os habitantes desta freguesia são, geralmente, bons cristãos e não há entre êste bom povo casos de sectarismo anti-religioso.

O Padre é respeitado e quâsi sempre querido — facto que abona a um tempo a elegância moral do povo e dos seus pastores espirituais.

Está perfeitamente montada a máquina da actividade paroquial com secções de A. C. e com associações cujo espírito se reflecte em tôdas as manifestações da vida social, como factor de ordem, disciplina e respeito.

Em tudo há disciplina, método e bom gôsto, graças aos seus Párcos.

O povo desta freguesia é gente de Fé.

Do livro — Capítulo de Visitas — (anos de 1802 e 1816) vê-se que houve, nesta freguesia, cinco confrarias: A do Subsino ou SS. Nome de Deus <sup>(1)</sup>, a da Senhora dos Milagres, de Santa Quitéria, Santo António e do SS.<sup>mo</sup> Sacramento. Actualmente só existe a última e das quatro primeiras não há memórias nem documentos.

---

(1) Esta (Subsino) acabou em 1834. O Liberalismo atacando simultaneamente as duas organizações da paróquia — Subsino e Fábrica — passou a maior parte das suas funções para as Juntas de Paróquia, deixando a Confraria do Subsino de dirigir e orientar a vida comum das paróquias.



## Confraria do SS.<sup>mo</sup> Sacramento

Esta confraria foi erecta no ano de 1785. A pág. 3 dos seus estatutos lê-se: ... tal foi o estímulo que moveu ao Rev.<sup>mo</sup> D. Abade do Mosteiro do Salvador de Palme, padroeiro desta igreja de S. Bartolomeu do Mar, e a vários devotos fregueses dela para collocarem na sua capela-mor um sacrário em que existisse perpétuamente o mesmo Angustíssimo Sacramento tendo os fiéis a consolação espiritual de O poderem visitar e receber assim no tempo de saúde, como nas suas enfermidades, quantas vezes o pedir a sua devoção sem o incómodo que até agora experimentavam de irem procurá-lo às igrejas das freguesias circunvizinhas...

Quando se collocou o Sacrário nesta igreja em 1785, o SS.<sup>mo</sup> Sacramento veio, com grande pompa e extraordinário júbilo, da igreja de Marinhos.

O Sagrado Viático vinha igualmente da igreja de Marinhos. Na petição para ter o SS.<sup>mo</sup> Sacramento nesta igreja, além de outras razões alegava-se esta: «em casos de necessidade vai-se buscar o Sagrado Viático à igreja de S. Miguel de Marinhos a qual por ficar em grande distância e ser mau caminho pode acontecer falecer alguns fregueses sem Ele».

Esta confraria chegou a um notável esplendor, mas desviando-se dos seus fins, chegou à decadência embora não morresse como as outras.

Pelos muitos sufrágios que tinha em favor dos irmãos falecidos, solenidades que realizava — festa anual e sermões quaresmais —, aniversários (em linguagem popular jubileus), missas cantadas e procissões em volta da igreja nos terceiros domingos de cada mês, occupou um lugar de relêvo.

Além de vários prédios e algum dinheiro mutuado a pequeno juro, tinha um sino no torreão da igreja, sino feito em 1780 e fundido em 1895 para, em troca, vir outro.

Os prédios passaram a mãos particulares (ainda hoje são conhecidos pelo nome de bouça do Senhor, etc.) não se sabe quando nem como.

Hoje vive exclusivamente do peditório, em géneros, que se faz pela freguesia, no S. Miguel, anuais e jóias de admissão de irmãos.

Em obediência às determinações do Ex.<sup>mo</sup> e Rev.<sup>mo</sup> Senhor Arcebispo Primaz D. António Bento Martins Júnior reformou e actualizou os seus estatutos em 1934.

### **Apostolado de Oração**

É principalmente a esta associação que a freguesia deve a sua reforma, por ser um prodigioso sustentáculo da piedade, e a que mais benefícios espirituais presta.

A freqüência dos Sacramentos, o incremento das obras de piedade, a reforma dos costumes e das famílias são obra do culto organizado ao Divino Coração de Jesus.

Foi fundado em 2-8-1891 e restaurado em 28-2-1936.

Está muito próspera. Tem 332 associados do 1.º, 320 do 2.º e 28 do 3.º.

### **Outras associações**

A Congregação de Doutrina Cristã estabeleceu-se aqui em 1915.

\*

A Conferência de S. Vicente de Paulo fundou-se nesta freguesia em 1918.

\*

O Centro da Agregação do SS.<sup>mo</sup> Sacramento, que está muito florescente e a que pertence quasi toda a freguesia, fundou-se em 26-9-1911.

\*

A Cruzada Eucaristica das crianças data de 15-11-1930. Tem 320 associados.

\*

A Pia União dos Cruzados de Nossa Senhora

de Fátima principiou em Maio de 1934. Foi recebida com grande entusiasmo.

A Obra das Vocações e Seminários foi fundada em 1940.

### **Acção Católica**

No dia de Cristo-Rei, 25 de Outubro de 1936, dia da Acção Católica, de harmonia com as disposições das Bases da A. C., procedeu-se à organização dos núcleos dos organismos especializados da A. C. — Juventude Agrária Católica e Juventude Agrária Católica Feminina e Secções Pré-Juvenis que, desde há tempos, se iam formando e preparando para tão santa milícia.

Com os círculos de estudo, reuniões de piedade, de militantes e gerais, muito tem contribuído a A. C. para o levantamento moral e cultural da Juventude desta freguesia. Estão em organização Ligas dos homens e mulheres da A. C..

Adveniat Regnum Tuum !

\*

Com a graça de Deus está montada a máquina da actividade paroquial com associações de piedade e organismos da Acção Católica.



## CAPTÍULO XIII

### Romaria e Feira

#### Romaria

Entre as inúmeras romarias tradicionais, que o nosso povo não deixa morrer — figura a de S. Bartolomeu do Mar, a 24 de Agosto, que é uma das mais pitorescas, animadas e concorridas do Minho e que, pelo menos, há quatro séculos, se vem realizando, com maior ou menor brilho.



Velha imagem de S. Bartolomeu que a tradição diz ter aparecido na praia

A origem desta romaria perde-se nas densas brumas do passado, e a ela se referem, já, o Livro de Mostras n.º 10, a fls. 157, relativo ao ano de 1566, do Arquivo Provincial de Braga, e a Corografia Portuguesa do P.º António Carvalho da Costa, de 1706. E' notável a afluência dos forasteiros, principalmente dos concelhos de Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Ponte do Lima, Paredes de Coura, Viana do Castelo, Barcelos, Braga, Póvoa de Varzim, etc., os quais emprestam à festividade uma animação e brilho pouco vulgares.

O nosso povo invoca S. Bartolomeu como advogado contra o *mal da gota* (epilepsia) e contra o mêdo

nas crianças, levando estas ao seu templo, para que, no decorrer da vida, nunca sejam assustadas nem venham a sofrer do *mal da gota nem gaguejem*.

Romaria de grande nomeada, perdeu, já há bastantes anos, algumas características que a tornavam inconfundível.

Em tempos, uma grande parte dos romeiros, vinha a pé e as crianças em carros de bois devidamente enfeitados.

Os que vinham de carro, utilizavam, especialmente, os *cher-a-bancs* puxados por cavalos enfeitados e com coleiras de guisos e por aqui demonstravam os três dias.

Hoje as caminhetas e um ou outro automóvel trazem a maior parte dos romeiros.

Por interessante, descrevemos o modo como se faz a romaria e se cumprem as promessas, na ocasião da festa:

— As crianças, quasi sempre acompanhadas dos pais, depois de orar, na igreja, e tomar nas suas mãos um frango



Fazendo romaria com o frango  
nas mãos

vivo, trazido de suas casas ou alugado, dão três voltas ao templo e, no fim, depois de ingressarem no mesmo, oferecem à comissão das festas o frango que, para esse fim, hajam trazido de casa. No final da festa, todos os frangos são vendidos em leilão, em benefício da mesma. Terminada a parte religiosa, vão ao mar tomar o *banho santo*, sem o qual a promessa não é considerada inteiramente cumprida. E' veneranda esta usança pelas velhas idades, embora se não saiba donde é oriunda <sup>(1)</sup>.

(1) A controvertida origem do *banho santo* perde-se na noite dos tempos. Da sua origem nada conseguimos respigar nas habituais fontes de informação.

J. Leite de Vasconcelos nas *Tradições Populares Portuguesas*, referin-

Venha donde vier, o que é certo é que êste *banho santo*, que se efectua na nossa praia por ocasião da romaria de S. Bartolomeu, vale por sete, segundo a convicção do povo, e tem por finalidade a cura do mêdo e evitar a gaguez nas crianças. E' a parte mais interessante da festa; inicia-se de madrugada e prolonga-se até altas horas do dia, sempre apreciado por inúmeros forasteiros.

Acabada a parte religiosa, tomado o *banho santo* e refeitos os estômagos, passam o resto do dia espalhando-se pela praia, estrada e adro, entregues aos divertimentos próprios das romarias e festas mais concorridas do norte do País. O número de crianças é elevadíssimo, o que torna a festa invulgar e característica.

Músicas, Zés Pereiras, alto-falantes, barracas de quinquilharias e de «comes e bebes», ornamentações, etc., dão ao recinto um ambiente de alegria.

Assim, perpetua esta freguesia as suas gloriosas e interessantes tradições, com raízes num passado longínquo.

★

★

★

Nos últimos tempos a romaria tem decaído do seu espírito religioso e de penitência, vindo num declive acentuado de irrelegiosidade e num crescente de immoralidade na praia que exigem medidas adquadas a pôr um dique a tanto desatino e insensatez de algunsromeiros e de muitos curiosos.

Aos habitantes da nossa freguesia, especialmente às Comissões da festa, impõe-se o dever de serem corajosos e decididos em acabar com os abusos na praia

do-se ao banho dêste dia, diz apenas o seguinte: No dia de S. Bartolomeu cada banho vale por sete. Nêsse dia o povo vai em romaria com música e dança ao mar, em honra do Santo, que, ao que parece, gosa o papel de uma verdadeira divindade marítima.

O' vida da minha vida  
O' lari, lô, lé, sou eu,  
Venho da Senhora Nova,  
Vou p'ra o S. Bartolomeu.

Esta vida é minha  
Êste pandeiro é meu;  
Êste bandinho de gente  
Vai p'ra o S. Bartolomeu.



e cristianizar a festa ao máximo, fazendo desaparecer os prejuízos e preconceitos que há contra ela.

Não censuramos os divertimentos legítimos mas sim a confusão do profano com o religioso no mesmo dia e no mesmo recinto e a desmoralização na praia que não havia noutros tempos bem próximos.

Não faz sentido misturar as orações a Deus e ao Santo na igreja com as imoralidades da praia.

## Feira

A feira anual, aqui realizada por ocasião da romaria de S. Bartolomeu, conta já vários séculos. A Corografia Portuguesa do P.<sup>o</sup> António Carvalho da Costa diz que esta feira, no século XVII, já era antiga e durava três dias. Ainda hoje é conhecida pelo nome de *feira do linho*, certamente por ter começado por êle ou por ser o artigo nela predominante. É típica, no género, e uma das poucas que se fazem no norte de Portugal, em que aparece o linho em estrigas, espadelado, etc., e a que não faltam as donas de casa, levadas pelo interêsse em adquirir o rico e fino linho exposto à venda.

Mais tarde, adicionaram à feira do linho a de utensílios agrícolas, como crivos, carros, eixos, ancinhos, escadas, alguns artigos de ferro, etc..

Nesta altura, perguntará o leitor: — Quando e como principiou esta feira? A' primeira parte da pergunta, nada podemos dizer, por falta de documentos que a isso nos habilitem. A' segunda parte, talvez se possa responder, sem receio de errar, que, sendo a cultura do linho feita, aqui, em larga escala, como o demonstra a toponímia da grande e fértil agra de *Linhares*, e estando o linho já pronto e espadelado por ocasião da romaria, era natural que o povo se aproveitasse da vinda de centenas deromeiros, para vender o linho excedente, e, assim, tivesse origem a feira.

Seja ou não esta a origem da feira, é mister dar-lhe vida, amparando-a com subsídios, para haver um entusiasmo cada vez maior; dar prémios às portadoras de linho melhor preparado, para fomentar o amor pela terra e incutir, nesta boa e humilde gente do campo, o gosto pela cultura do linho, hoje tam abandonada.

No recinto da feira, onde se effectuam valiosas transacções e se vêem lindos e aparatosos trabalhos, há variadíssimas atracções, tais como: barracas de tiro ao alvo, roda dos cavalinhos, barracas de quinquilharias e «comes e bebes» e outras distracções.

A feira realiza-se a 22 de Agôsto, mas as diversões continuam até ao fim da festa, isto é, até ao dia 24. Primitivamente durava três dias — 22, 23 e 24 de Agôsto —, decorrendo paralela à romaria; era em outros lugares e muito mais concorrida que hoje. Desde tempos imemoriais até à mudança para o local de hoje, estava distribuída por vários lugares. A feira dos carros, ancinhos, escadas, etc., estendia-se pela encosta do monte da Carreira-Cova, a nascente da estrada e ao norte do marco da freguesia, o que fazia com que grande parte fôsse já em Belinho. A do linho era junta à dos carros, mas na estrada; primeiro, na estrada velha, e, depois na municipal.

Estas feiras occupavam a distância que vai do Kilóm.º 49,9 até ao Kilóm.º 50 da E. N. 1-1.ª.

A dos crivos era nos campos ainda hoje chamados «criveiros», próximos da demolida capela das «Alminhas», do Soares. Ao pé de Terceleiros, havia o alpendre dos mercadores. No caminho ao sul da antiga residência paroquial e da Casa do Campo, havia a feira dos alhos e cereais; no terreno situado entre a igreja velha e a residência, havia a dos ourives, e, no eirado da Casa do Campo, as barracas de «comes e bebes».

Há memória de fornos para «assados» no lugar dos Criveiros e Carreira-Cova, mas anteriores à mudança dos «comes e bebes» para a Casa do Campo.

Como se vê, a feira estendia-se por uma parte notável da freguesia.

Quando, em 1886, foram suspensas as obras da escola à memória de Rodrigues Sampaio, e abandonado o terreno, o P.º Manuel Joaquim Rodrigues Lima, presidente da Junta de Paróquia, instalou toda a feira no local onde, até hoje, se tem conservado.

A falta de documentos e de tradição oral, não é possível averiguar-se desde quando a feira deixou de durar três dias, correndo paralela à romaria, e se fixou só no dia 22, e, a romaria, só nos dias 23 e 24 de Agôsto.

## CAPÍTULO XIV

### Registo Paroquial e Civil — População

#### Registo Paroquial

Pertence à Igreja a honra de ter sido ela que, em tôda a parte do mundo cristão, e especialmente em Portugal, criou e estabeleceu o registo de nascimentos, casamentos e óbitos, confiando-o aos párocos. Daí a designação — *Registo Paroquial*.

O arquivo paroquial bem montado e devidamente organizado é índice seguro da vida de uma paróquia e é, ao mesmo tempo, uma necessidade urgente para o seu regular andamento. Assim o pensou sempre a Igreja criando-o e conservando-o.

Este registo foi ordenado pelo Concílio de Trento, no século XVI, e decretado pela primeira vez por Pio IV em 1563.

Foi o Infante D. Henrique, Arcebispo de Braga (1533-1540), depois Cardinal-Rei, quem tornou obrigatório o registo paroquial na Arquidiocese de Braga em 1538 (1).

A exemplo do que, em 1536, seu irmão, o Cardinal-Infante D. Afonso, havia determinado para a sua diocese de Lisboa, D. Henrique pelas *Constituições Diocesanas* que publicou (Tit. I, const. VIII) tornou obrigatório o registo paroquial de baptismo e óbito, tornado depois extensivo aos casamentos e confirmações pelas *Constituições* de D. Frei Agostinho de Jesus.

Embora algumas freguesias, como a de S. João do Souto, do cidade de Braga, já tivessem nesta data o seu registo paroquial, a obrigatoriedade dêste registo para

---

(1) *Constituições do Arcebispo de Braga*, fls. III, v.º e IV.



as Dioceses de Lisboa e Braga foi uma notável ino-  
vação que precedeu de bastantes anos a legislação  
geral da Igreja.

Com effeito, o registo de casamentos e, em parte, e  
de baptismos só foi tornado obrigatório pelo Concílio  
Tridentino (sessão 14.<sup>a</sup>, cap. 1.<sup>o</sup> e 2.<sup>o</sup>) em 11 de No-  
vembro de 1563.

O de óbitos, porém, só começou a ser obrigatório  
com o *Ritual Romano* de Paulo V, em 17 de Junho  
de 1614 (1)

A maior parte das freguesias só começaram a ter  
registo nos fins do século XVI ou princípios do  
século XVII.

Os livros do registo paroquial desta freguesia  
actualmente existentes, principiam em 1614.

Nos livros dos *Capítulos de Visitas* encontram-se  
determinações rigorosas quanto ao exacto cumprimento  
desta grave obrigação paroquial.

A portaria do Rev.<sup>mo</sup> Vigário Capitular, de  
29-9-1838, recomendava aos párocos «o maior cuidado  
no arranjo e conservação dos respectivos livros dos  
assentos paroquiais, fazendo saber aos mesmos páro-  
cos que ficam responsáveis por qualquer falta, desca-  
minho, destruição ou irregularidade que nos ditos  
livros houver».

Actualmente as faltas, negligências e omissões no  
cumprimento desta obrigação paroquial são severa-  
mente punidas com as disposições do Regulamento do  
Registo Paroquial publicado na *Acção Católica*, bole-  
tim arquidiocesano, Ano XXVII, pág. 179, e com as  
do *Código de Direito Canónico*, Cânones, 2283 e 2406,  
§§ 1.<sup>o</sup> e 2.<sup>o</sup>.

O registo paroquial desta freguesia, desde os seus  
princípios até ao ano de 1760, encontra-se no Arquivo  
Provincial de Braga e os livros posteriores a essa data  
até 1911 na Conservatória do Registo Civil de Espo-  
sposende, tendo-se extraviado o de 1760 a 1780.

---

(1) P.<sup>a</sup> Avelino de Jesus da Costa — *Acção Católica*, Ano XXIV,  
pág. 480, e Ano XXVI, pág. 602.

## Registo Civil

Foi decretado em 16 de Maio de 1832, mas era confiado aos párocos para evitar canseiras e despesas ao povo. Ficou letra morta; ninguém se utilizou dêle (1). Por decreto de 28 de Novembro de 1878 foi o registo civil, para os não católicos, confiado aos Administradores do Concelho.

Por motivo de prévia declaração de não católicos poucos a êles recorriam.

Depois da proclamação da República foi o registo civil tornado obrigatório para todos os cidadãos por decreto do Governo Provisório de 18 de Março de 1911, que entrou em vigor em 1-4-1911, não podendo os párocos baptizar, casar ou encomendar os defuntos sem prévia apresentação do boletim comprovativo de se terem realizado os registos nas Conservatórias do Registo Civil.

Pelo decreto n.º 4.575, de 13 de Junho de 1918, são os párocos do Padroado no Oriente os encarregados do registo civil dos casamentos, lavrando dois termos, um para o registo civil e outro para o eclesiástico.

Pelo decreto do Governo da Ditadura, de Dezembro de 1932, foi abolida a precedência do registo civil quanto à administração do sacramento do baptismo.

A legislação actual quanto aos casamentos é a da Concordata assinada entre a Santa Sé e Portugal em 7 de Maio e ratificada em 1 de Junho de 1940, que no artigo 22.º diz: «O Estado Português reconhece efeitos civis aos casamentos celebrados em conformidade com as leis canónicas, desde que a acta do casamento seja transcrita nos competentes registos do Estado civil».

A interpretação e regulamentação dêste artigo foram publicadas no Decreto-Lei n.º 30.615, de 25 de Julho de 1940, em suplemento à I série do «Diário do Governo» do mesmo dia.

Para servir a nossa freguesia e a de Belinho foi nesta criado um pôsto do registo civil extinto últimamente, passando a nossa freguesia para Esposende.

(1) *Terras de Algodres* — Mons. Pinheiro Marques, pág. 144.

## População

E' o seguinte o movimento da população desta freguesia até nossos dias:

	Ano	Fogos	Habitantes
	1220	8 Casais <sup>(1)</sup>	
	1527	24 moradores	
	1706	52 vizinhos <sup>(2)</sup>	
	1758	30 fogos	
	1842	88 »	468
	1882	84 »	381 <sup>(3)</sup>
Censo de	1890	88 »	413
»	1900	84 »	455
»	1910	108 »	498
»	1920	115 »	538
»	1930	140 »	656
»	1940	169 »	728

(1) Este número é apenas o dos casais pertencentes às Ordens Religiosas. Além destes também devia haver casais de herdadeiros.

(2) Vizinhos eram os habitantes moradores no mesmo lugar ligados por deveres próprios de organização municipal, o que provavam por meio da respectiva carta ou documentação.

Havia os vizinhos arreigados e não arreigados, podendo aquêles possuir terras ou herdades e estes eram simples moradores sem fixação.

Eram os vizinhos arreigados que se exigiam nas paróquias para se responsabilizarem pelas despesas com o sacrário e outras com elle relacionadas. Correspondem aos fogos actuais, embora estes tenham mais amplitude.

(3) A aparente contradição entre os fogos e habitantes e entre alguns anos é proveniente de não ser adoptado sempre o mesmo critério, visto que uns incluíam os ausentes e menores de sete anos e outros não.



## CAPÍTULO XV

### Visitas Pastorais

Certamente esta freguesia foi visitada pastoralmente nos tempos passados com a mesma regularidade com que há sido nos actuais.

Embora o arquivo paroquial seja omisso nas visitas pastorais anteriores a 1904, sabemos que esta freguesia se aproveitou das graças da visita pastoral feita à freguesia de Belinho, em Agosto de 1793, por D. Frei Caetano Brandão.

Em carta que o Venerando Prelado escreveu à Rainha D. Maria I, no dia 30 de Agosto de 1793, e que é mencionada no livro — Memórias para a história da vida do Venerável Arcebispo de Braga, D. Frei Caetano Brandão, referindo-se a Belinho, diz:... achando o povo dêste lugar e dos circunvizinhos mui docil, devoto, freqüente na igreja e ouvindo as instruções eclesiásticas com um fervor edificantíssimo...

O livro — *Capítulos de Visitas* — narra somente as visitas feitas pelos Visitadores desde 1799 até 1855.

Não podendo averiguar datas e nomes de visitas mais antigas, apenas faremos referência às posteriores ao ano de 1904.

### Visita de 1904

O Ex.<sup>mo</sup> e Rev.<sup>mo</sup> Snr. D. Manuel Baptista da Cunha fêz a sua visita pastoral a esta freguesia onde foi recebido com transportes de alegria e grandes manifestações de estima, em 29 de Novembro de 1904.

Um dos resultados desta visita foi a construção da nova igreja por a existente se achar pequena. O povo pavimentou e regularizou o caminho do lugar de Baixo para que o Venerando Prelado pudesse ir no seu coche até à igreja. — Vide *Voz da Verdade*, vol. 12, páo. 445 de 8-12-1904.

## Visita de 1927

No dia 20 do mês de Novembro de 1927, pelas 3,30 da tarde, linda tarde de sol radiante e acariciador, o Ex.<sup>mo</sup> e Rev.<sup>mo</sup> Snr. Arcebispo Primaz D. Manuel Vieira de Matos visitou pastoralmente esta freguesia.

Bastante clero, autoridades, associações religiosas com suas bandeiras, muitas centenas de pessoas esperavam Sua Ex.<sup>cia</sup> Rev.<sup>ma</sup>.

A' chegada do Venerando Prelado repicaram os sinos, estrealjaram os foguetes e estrugiram as palmas. Foi uma apoteose. Arcos interessantes ornamentados com verdes e flores, muitas palmas, muitas flores, muitos vivas a que a multidão correspondia com entusiasmo.

A recepção foi entusiástica, imponente e piedosa.

No trajecto, com entusiasmo e piedade, entoaram-se vários cânticos.

Chegado à igreja e depois do cerimonial litúrgico o Senhor Arcebispo subiu ao púlpito, agradeceu a recepção com que tinha sido acolhido, louvou a freguesia por haver construído uma igreja nova, elogiou a ordem e limpeza que se notava em tudo e deu vários conselhos ao povo para que levem vida cada vez mais cristã e sejam bons, santos e apóstolos.

A igreja estava repleta. Confirmaram-se 250 fiéis (1). Vide *Ação Católica* — Boletim Arquidiocesano — Ano de 1928 — pág. 21.

## Visita de 1944

A nossa freguesia viveu um dos seus mais lindos dias em 29 de Agosto com a visita pastoral de Sua Ex.<sup>cia</sup> Rev.<sup>ma</sup> o Snr. Arcebispo Primaz D. António Bento Martins Júnior.

Eram 16 e vinte minutos quando Sua Ex.<sup>cia</sup> chegou ao limite sul desta freguesia.

O nosso povo, profundamente crente, recebeu tão

(1) No ano de 1673 foram confirmadas da vila de Esposende 126 pessoas desta freguesia pelo Senhor Arcebispo Primaz D. Veríssimo de Lencastre e em 9-6-1702, 32 pessoas desta freguesia pelo Senhor Arcebispo Primaz D. João de Sousa. Livro de — Confirmados desta freguesia — que está no Arquivo Provincial de Braga.

ilustre Visitante com carinho, piedade, entusiasmo e alegria. Recepção entusiástica, imponente e piedosa.

A' chegada de Sua Ex.<sup>cia</sup> Rev.<sup>ma</sup> repicaram os sinos, estrealjaram os foguetes e estrugiram as palmas. Foi uma apoteose. Muitas palmas, muitas flores e muitos vivas aos quais a multidão correspondia com entusiasmo.

O Senhor Arcebispo era aguardado pelas Confrarias, organismos da A. C., C. E. C., autoridades, muitas centenas de pessoas e os párocos de Antas, Belinho, Marinhas, Vila-Fria, Alvarães e o P.<sup>o</sup> Cândido Cardoso, de Marinhas.

Recebidos os primeiros cumprimentos o Senhor Arcebispo entrou na casa do falecido Manuel Silva, hoje pertença da sua virtuosa e dedicada espôsa, onde se paramentou.

— Revestidos os paramentos sagrados iniciou-se um grandioso cortejo que passou sob artísticos arcos e com o chão tapetado de flores formando interessantes e simbólicos desenhos.

No trajecto, com entusiasmo e piedade, entoaram-se vários cânticos.

A' porta principal da igreja duas crianças da C. E. C., em pequeninos mas lindos discursos, apresentam em nome de tôda a freguesia os cumprimentos de Boas-Vindas.

Suas interessantes saudações terminam por quentes vivas ao Senhor Arcebispo, ao Santo Padre, à Igreja Católica, a Cristo-Rei e à Acção Católica no que eram acompanhados por todo o povo.

Depois das costumadas cerimónias Sua Ex.<sup>cia</sup> Rev.<sup>ma</sup> subiu ao púlpito e, depois de agradecer tão carinhosa recepção, falou do Santo Crisma que ia ministrar.

Descendo do púlpito o Senhor Arcebispo deu a bênção papal e administrou o Santo Crisma a 302 pessoas.

Seguiu-se o exame das crianças da catequese que se apresentaram muito bem preparadas e, no fim, a visita ao Cemitério e a bênção do SS.<sup>mo</sup> Sacramento.

Visitou Sua Ex.<sup>cia</sup> Rev.<sup>ma</sup> depois, altares, alfaias e cartório paroquial que encontrou magnificamente cuidados, ressaltando, sabretudo, à vista, o rico e artístico sacrário e o adorno dos altares que mereceram de Sua Ex.<sup>cia</sup> Rev.<sup>ma</sup> os maiores elogios.



De novo, no altar-mor, o Senhor Arcebispo agradece o belo acolhimento que lhe prestaram, as palavras e atenções que lhe dispensaram e felicita o pároco e paroquianos pelo seu zêlo, sacrifício e dedicação.

Eram 20 e 30 minutos quando Sua Ex.<sup>cia</sup> Rev.<sup>ma</sup>, acompanhado do Senhor Arcipreste de Esposende e do seu Secretário, depois de dar o anel a beijar a centenas de pessoas que dêle se aproximavam, tomou o automóvel, que o devia levar a Esposende, entre entusiásticos vivas, debaixo de nuvens de flores, enquanto estrugiam as palmas e estralejavam os foguetes.

Grande foi êste dia para o povo da nossa terra, de fé sem reбуços e ardentíssima.

Honra lhe seja porque soube glorificar a Igreja e prestigiar a sua terra.

(Cfr. Diário do Minho n.º 7579 de 8-9-1944).

\*

Estes relatos confirmam o que dissemos no princípio dêste capítulo que o povo exulta com as visitas pastorais e que se não poupa a sacrificios para que o seu Prelado tenha uma recepção condigna.

Por tôda a parte o clero, povo, confrarias, autoridades, crianças, músicas, foguetes, aclamações, ornamentações a capricho, arcos triunfais, flores, multidões a comprimirem-se nos templos, ansiosas de ouvir o seu Prelado, tornam solene o dia Visita Pastoral.

## CAPÍTULO XVI

### António Rodrigues Sampaio

Nesta freguesia, modesta na sua disposição e vida, pobre na sua população, mas linda nas suas paisagens variadas, alegres e atraentes, cheia de verdura engastada de brancas casinhas, onde não há vestígio de



António Rodrigues Sampaio

nobreza, a não ser a do trabalho, nem de pessoas que se notabilizassem por qualquer outro motivo, nasceu o príncipe dos jornalistas portugueses, António Rodrigues Sampaio.

Humilde e pequeno no nascimento, como a sua pobre mas progressiva e ridente aldeia, lutou, trabalhou incessantemente, como as vagas cristalinas do mar que banha a sua terra, até tornar-se grande como elle.

Elevando-se da sua modesta posição de professor à categoria de ministro e presidente do conselho de ministros, tudo conquistou pela sua robusta intelligência, vigor da sua brilhante pena, ora escrevendo artigos suaves e humorosos como o mar azulino e bonançoso, ora enérgico, vigoroso e terrível, como o mesmo mar em dias de tempestade, tornando-se o maior panfletário de todos os tempos. Porém, sabendo conquistar a mais elevada posição social a que pode aspirar um homem de intelligência invulgar, não soube adquirir riqueza, porque aliava às qualidades superiores que o distinguíam, a de ser honrado e bondoso, muito especialmente para com os desprotegidos da sorte. Quando faleceu, em Sintra, em 13 de Setembro de 1882, estava tão pobre como nascera; é o máximo elogio que se lhe pode fazer como funcionário e como político.

O insigne estadista e príncipe dos jornalistas portuguezes — António Rodrigues Sampaio — nasceu em modestíssima casa do lugar de Baixo, desta freguesia, oriundo de bem medianos lavradores, aos 25 de Julho de 1806 (1).

Embora desajudado de bens de fortuna, mostrou-se pouco inclinado e disposto a continuar a vida de seus pais. Apesar dos sacrificios a que, com isso, eram votados, os seus pais facilitaram-lhe o advento aos estudos necessários em que, desde os primeiros passos, deu mostras de vigorosa intelligência e grande amor ao estudo a tal ponto que chegaram a insinuar-lhe para

(1) Cópia do assento de baptismo:

«António, filho legítimo de António Rodrigues Sam Payo e de Maria de Amorim desta freguesia de Sam Bartholomeu do Mar; neto paterno de Manoel Rodrigues e de Maria de Sam Payo da freguesia de Sam Thiago de Anha e materno de Lucas Martins Cepa e de Caetana de Amozim desta mesma; nasceu aos vinte e cinco do mês de Julho do ano de mil e oitocentos e seis e foi baptisado solemnemente por mim o Padre José Felgueiras vigário desta igreja aos vinte e sete do dito mês e ano supra e lhe puz os santos óleos; forão padrinhos António da Costa, clérigo *in minoribus* e Thereza solteira ambos filhos de Bernardo da Costa desta freguesia e por ser verdade fiz este assento em duplicado. Era ut supra.

O Vigrio José Felgueiras».



entrar na ordem dos Frades Capuchos de Viana, o que teria sucedido, com aprazimento dos pais, se êle se não opusesse, levado pelas idéias liberais que começavam a fermentar no seu espirito.

Estudou Português com o P.<sup>o</sup> Pedro Fernandes Pereira, de Belinho, e Latim com o P.<sup>o</sup> Lourenço, das Marinhas. Prosseguindo os seus estudos no Convento



Casa onde nasceu A. R. Sampaio

dos Religiosos Carmelitas, de Viana do Castelo, distinguíu-se tanto no estudo do latim que chegou a substituir o professor. Conhecia abundantemente Ovídio, Horácio, Virgílio, Cícero e todos os grandes latinistas. Não perdoava uma silabada no latim.

O estudo do latim, pelo qual se mostrou sempre apaixonado, serviu-lhe de muito, pois o adestrou no vigor do estilo e na concisão da linguagem.

Tomou Ordens Menores em 1821, organizando-se processo de Inquirição de Genere, nesta freguesia, na de S. Romão do Neiva e de Anha (terra dos avôs), desde 9 a 20 de Março de 1821. Este processo encontra-se no Arquivo Provincial, em Braga.

Seguidamente, prosseguiu, com os seus estudos em Viana e Braga, subindo então cinco vezes ao púlpito. Porém, não alcançou as ordens maiores, em razão, ao que se supõe, de não lhe ser concedida, quando a impetrou, dispensa de idade, fundando-se a recusa em suas inclinações políticas, de que não fazia mistério (1).

Desde estudante que se salientou como acérrimo defensor do liberalismo. No dia 1 de Novembro de 1828, veio a esta freguesia, à hora da missa, uma força de 21 soldados de infantaria, entra na igreja e prende o celebrante (2) e o acólito, António Rodrigues Sampaio. Lá foram entre a escolta, por terem manifestado publicamente as suas idéias liberais, o celebrante e o acólito, o primeiro, para a prisão eclesiástica de Braga, e o segundo, para o aljube do Porto, onde esteve até 1831.

No aljube, relacionou-se com o Dr. Ferreira Tinoco, advogado em Barcelos. Posto em liberdade, veio viver para Barcelos com o Dr. Tinoco, que ali tinha a sua banca. Não perdeu Sampaio o tempo que com elle ali conviveu, porque, acompanhando de perto os vastos conhecimentos jurídicos do seu amigo, com a sua muita intelligência e boa vontade os assenhoreou, o que, de futuro, lhe foi muito proveitoso em sua vida jornalística e política, em que dos mesmos deu bom testemunho, especialmente no ramo administrativo.

Desistindo de seguir a carreira eclesiástica, apre-

(1) Havendo na igreja parochial da freguesia das Marínhas, um officio de defuntos, para assistir ao qual fôra também convidado o minorista Rodrigues Sampaio, estabeleceu-se, enquanto se esperava a chegada do cadáver, acalorada discussão em que R. Sampaio mostrou idéias tão avançadas e impróprias dum candidato ao sacerdócio que lhe foi movido processo canónico pela Cúria Bracarense. Bem mostrava não ser chamado por Deus ao sacerdócio. Este processo encontrava-se no espólio do P.<sup>o</sup> José Pereira da Costa Lima, abade de Belinho e bis-sobrinho do também abade de Belinho, P.<sup>o</sup> António da Costa, padrinho de R. Sampaio.

(2) O celebrante era o P.<sup>o</sup> António da Costa, padrinho de António Rodrigues Sampaio, que lhe custeava as despesas com os seus estudos e o hospedava em sua casa durante as férias.

sentou-se a D. Pedro IV e foi despachado guarda da Alfândega do Pôrto. Em 9 de Setembro de 1836, foi nomeado secretário do Governo Civil de Bragança. Foi, depois, para Lisboa e entrou para a redacção da «Revolução de Setembro», mostrando nêsse jornal os seus invulgares dotes jornalísticos.

Eleito deputado por vários círculos, em 1870 foi nomeado Ministro da Reino, voltando por várias vezes a sê-lo, e, até, Presidente do Conselho, em 1881.



Bilhete postal comemorativo do I Centenário de A. R. Sampaio

Publicou o célebre jornal «O Espectro», cuja tipografia nunca foi descoberta.

Esposende e a freguesia que lhe foi berço nada lhe devem. Guindado aos mais altos cargos da governação pública, nunca concedeu benefícios a estas terras.

Uma qualidade primacial sobressai no seu carácter de homem e no seu temperamento de jornalista: — Sampaio não era rancoroso nem fazia reserva de ódios. Ramalho escreveu dêle que os seus ódios os



deixava tôdas as noites no tinteiro e acabavam-se-lhe ao limpar da pena. No fundo, era um bonacheirão e, podendo vingar-se dos seus inimigos, perdoava-lhes generosamente as ofensas. Tudo perdoava êsse homenzarrão <sup>(1)</sup>, cheio de bonomia e clemência, menos três coisas: um êrro à bisca, uma silabada em latim e um período grande.

Foi sempre a sua norma de vida, desde o ensinar às crianças de S. Bartolomeu do Mar o que aprendera em Viana e Braga <sup>(2)</sup>, nos estudos de lógica, humanidades e teologia, até às lutas parlamentares em que a sua palavra era escutada como sendo de um argumentador convincente e persuasivo.

---

(1) «Alto, forte, mãos poderosas; a exuberância da sua musculatura dava idéia duma estátua incorrecta na forma, ou antes, tósca no desenho, arrancada de um bloco da nossa pedra lioz» (Bulhão Pato).

(2) Leccionou as primeiras letras e latim, durante algum tempo na sua terra natal.

## CAPÍTULO XVII

### Instrução Primária

#### Desde os seus primórdios até ao século XVIII

Nos primeiros séculos da monarquia, em que os portugueses andavam envolvidos em lutas quâsi constantes com os sarracenos e castelhanos, eram poucas as pessoas seculares, além dos legistas e copistas profissionais, que sabiam ler e escrever.

Os primeiros cinco Reis de Portugal não sabiam escrever; quando tinham necessidade de autenticar qualquer documento, usavam a assinatura de cruz.

Os nobres e príncipes não sabiam escrever e até disso faziam gala, pois consideravam como coisa desprezível tudo o que não fôsse mostrar destreza, fôrça e valentia.

Contribuiu também para êste atraso a falta de necessidade, pois a vida simples daqueles tempos dispensava a instrução. Além disso, como não existia ainda a imprensa, os livros eram manuscritos, o que os tornava raros e caríssimos. Era tal o valor <sup>(1)</sup> dos livros que se encontravam presos com correntes para não serem roubados.

As poucas escolas existentes encontravam-se nas catedrais e mosteiros. Dentre êstes, notabilizaram-se, pelo alto grau de cultura que atingiram, o de Santa Cruz de Coimbra, dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, e o de Alcobaça, dos monges de Cister.

No Minho, tornou-se também célebre o mosteiro beneditino de Tibães.

---

(1) Em 1044, um Bispo de Barcelona deu por uma gramática uma casa e terras (Mons. Pinheiro Marques — *Terras de Algodres* — pág. 157).

A primeira escola primária pública que houve em Portugal fundou-se em Alcobça, no ano de 1269 <sup>(1)</sup>. No século XIII, a instrução sofreu um grande impulso, mercê da acção do rei D. Dinis, o nosso primeiro rei ilustrado, que tornou obrigatória a substituição do latim pelo português em todos os documentos officiaes.

No século XV, com a introdução da imprensa, novo progresso se faz sentir no campo da instrução. Os livros tomam preços mais accessíveis e, por isso, começam a divulgar-se. As condições de vida vão-se modificando e o amor pelo saber vai surgindo.

No século immediato, já havia muitas vilas e cidades que tinham professores de «ler e escrever», alguns subsidiados pelas Câmaras.

### Instrução primária e o Marquês de Pombal

Mais tarde, no século XVIII, a reforma de Marquês de Pombal criou considerável número de escolas <sup>(2)</sup> nas povoações mais importantes pela sua população e desenvolvimento. As aldeias mais distantes dos grandes centros continuavam entregues a si mesmas e confiadas ao próprio esforço.

### A instrução primária e o liberalismo

No reinado de Maria II, uma grande reforma estabeleceu «a liberdade, a generosidade e a gratuidade do ensino primário».

Esta medida, porém, não venceu a opposição pública e, por isso, foi suspensa. No ano seguinte, 1836, foi substituída por nova reforma que proclamou o ensino obrigatório, fundou novas escolas primárias e de habilitação de professores.

(1) *Alcobça Illustrada* — pág. 100.

(2) A lei de 6 de Novembro de 1772 criou, no reino, 440 professores primários, mas ficou, em parte, letra morta.



A necessidade da instrução era de cada vez maior e reconhecida por todos, porque as condições de vida eram já outras e estavam a modificar-se continuamente. Apesar de tudo, o ensino não singrou muito nos primeiros tempos do regime liberal, embora estivesse estabelecido que quem não soubesse ler não pudesse ocupar cargos públicos e fôsse alcunhado de analfabeto, porque os tempos eram revolucionários e faltava o dinheiro necessário para criar e dotar as escolas de que o país carecia.

Nas freguesias rurais era imposta aos reitores das igrejas a obrigação de abrir escolas, começando por ensinar a ler os jovens que lhes ajudavam à missa e outros serviços do templo (1).

Constituindo a instrução primária um problema importante e um índice indicativo do progresso da Nação, nunca foi descuidado e sofreu, nos últimos tempos, várias tentativas de melhoramento, mais ou menos frutuosas.

## A escola oficial

Em 1917, foi publicado o decreto n.º 2.927, de 20 de Janeiro, que estabelece as normas técnicas, higiênicas e pedagógicas a que devem satisfazer os edifícios escolares. A pouco e pouco, começou a instalação das escolas em edifícios próprios.

Com o decreto n.º 9.223, de 6-11-1923, pôs-se em prática a obrigatoriedade escolar, criando-se as multas a aplicar aos pais dos alunos que, depois de avisados, não promovessem a sua matrícula na escola no prazo legal e aos que permitissem que os seus filhos dessem mais de uma falta à aula, sem motivo justificado.

Em 1931, foram criados, pelo decreto n.º 20.604, de 9 de Dezembro, postos escolares para ministrarem, nos lugares dispersos e cuja população escolar não justificasse uma escola, os conhecimentos que constituem o 1.º grau de ensino primário elementar.

(1) Viterbo, na palavra Clérigo, pág. 197.

## A escola cristã

Em 1936 publicou-se a lei n.º 1.941, de 11 de Abril, que reformou o então Ministério da Instrução Pública e operou no ensino a maior transformação estrutural por que tem passado. A escola laica é substituída pela escola cristã, tradicionalmente portuguesa. E' entronizado em tôdas as escolas e postos escolares o Crucifixo e, pouco depois, o ensino da moral cristã. Esta determinação ministerial causou grande regosijo no povo português, que nunca viu com bons olhos a escola sem Deus, criação da demagogia. Por isso a colocação do Crucifixo foi, por tôda a parte, acompanhada de manifestações festivas em que vibrava o entusiasmo e a fé do povo português.

### Entronização dos Crucifixos

Nesta freguesia constituiu também uma das festas mais solenes e que melhores impressões deixou, e realizou-se em 8 de Dezembro de 1939, dia da Imaculada Conceição.

Reintegrada a escola portuguesa, com a manifesta satisfação do público, nas suas tradições cristãs, era necessário proporcionar a todos os portugueses possibilidade de receberem a luz da instrução, ou melhor, educação. Foi o que fez o Estado Novo com o despacho da Presidência do Conselho, de 29 de Julho de 1941, organizando a nova Rêde Escolar — Plano dos Centenários. Iniciada nêsse ano com avultados subsídios do Estado em comparticipação com as Câmaras Municipais, tem por fim prover, até 1951, todos os centros populacionais de escolas apropriadas em número suficiente para extirparem o vergonhoso cancro de analfabetismo.

Se hoje são já raras as freguesias em que não existe um estabelecimento de ensino primário, dentro em pouco, com a realização do grandioso Plano em curso, ficará solucionado o magno problema que tem preocupado os Governos das últimas décadas.

## A Escola em S. Bartolomeu do Mar

Tem esta freguesia Escola Primária desde o ano de 1902, embora por carta de lei de 21 de Junho de 1883, ratificada por igual diploma de 25 de Agosto de 1887, estivesse já criada uma escola mista no lugar de Baixo para servir tôda a freguesia.

A' falta de edifício próprio começou a funcionar na velha residência paroquial e sucessivamente em várias casas particulares até ao ano de 1944 em que foi instalada no edifício próprio.

Na primeira metade do séc. XIX quem desejasse aprender a ler, escrever e contar tinha que deslocar-se às freguesias de S. Paio de Antas ou Marinhas.

Há notícia de alguns professores particulares anteriormente à abertura da escola. Aí por 1860 começaram a lecionar aqui os carpinteiros Sebastião Ramos e António Vilas-Boas, sucedendo-lhes o estudante Manuel José Martins Soares e o Padre Manuel Joaquim Rodrigues Lima.

Este lecionou até à abertura da escola e preparou bastantes alunos para o exame de Instrução Primária.

Rodrigues Sampaio também aqui lecionou latim e as primeiras letras.

Por parte da freguesia o problema da Instrução e Educação não foi abandonado mas só foi plenamente satisfeito com o Estado Novo.

Assim no ano de 1937 foi criado um Pôsto Escolar para o lugar de Cima, o mais populoso da freguesia.

A escola mista é convertida na escola masculina criada por portaria de 9-11-1938, publicada no Diário do Govêrno n.º 280, de 3-12-1938 e na feminina, criada por portaria de 23-12-1939, publicada no Diário do Govêrno n.º 26, de 1-2-1940.

## Construção da Escola de S. Bartolomeu do Mar

Estava destinado a esta freguesia um dos primeiros e mais importantes edifícios escolares, que, mercê de várias circunstâncias, não se acabou de construir.

Para perpetuar a memória do ilustre filho desta terra A. Rodrigues Sampaio foi criada a — *Escola Primária*



*Rodrigues Sampaio* — por carta de lei de 21-VI-1883, ratificada por igual diploma de 26-VIII-1887.

O primeiro terreno escolhido — *campinho* — em frente e junto à casa natal do insigne estadista, é rejeitado superiormente e, em seu lugar, escolhe-se, na Agra do Padrão, o terreno onde está edificada a igreja paroquial.

Começa a construção do grandioso edifício e, quando as paredes começavam a ultrapassar os alicerces, suspendem-se as obras e a Escola é transferida para a vila de Esposende, em 1888.

O terreno ficou abandonado e em 11-2-1894 a Junta de Paróquia pede ao Govêrno a sua cedência para aí se construir a futura igreja paroquial, petição que foi deferida pelo Snr. Ministro das Obras Públicas em 15-VIII-1894.

Em 19-XII-1909 a Junta de Paróquia pede ao Govêrno de Sua Magestade a construção de um edifício escolar nesta freguesia, petição que não foi deferida.

## Construção da Escola Actual

O problema da construção de um novo edifício escolar que se vinha protelando desde 1883 só teve realização com o despacho da Presidência do Concelho, de 29 de Julho de 1941, organizando a nova Rêde Escolar-Planos dos Centenários.

Graças a tão admirável Plano foi possível construir-se o actual edifício escolar, que, começado em 1942, foi solenemente inaugurado em 1944. Nêle se instalaram as escolas masculina e feminina. Esta estava criada mas não autorizada a funcionar por falta de instalação.

O povo da freguesia tem-se notabilizado na luta pela instrução preparando gerações, que, temperadas no trabalho e educadas na moral católica, tenham a instrução e o temor de Deus a dirigir-lhe os passos da vida.

Desta arte essas gerações ficarão aptas a continuar a senda trilhada pelas anteriores, que, não tendo pergaminhos históricos, procuraram cultivar a virtude e a ciência, à custa dos maiores sacrificios, legando um nome glorioso às gerações vindouras.

## CAPÍTULO XVIII

### Agricultura, Comércio e Indústria

#### Agricultura

Esta freguesia, geográficamente, é bela, cheia de côr; agricolamente, é fértil.

Terra de lavradores honrados e laboriosos que fazem do trabalho um hino de louvor ao Todo Poderoso, pode dizer-se que, desde os seus princípios, foi sempre a agricultura a ocupação dos seus habitantes.

— E' um importante centro agrícola. Produz bom milho, trigo, centeio, aveia, cevada, linho, batata, cebola, alhos, hortaliças, etc..

Os terrenos, geralmente talhados e retalhados em pequeninas nesgas, são bons e há boas várzeas.

A avaliar pelas Inquirições Afonsinas e livro de «Usos e Costumes» de 1715, vê-se que, em tempos idos, a cultura do trigo era aqui muito intensa.

— A quasi totalidade dos seus habitantes entrega-se ao grangeio das terras e um pouco à faina marítima.

Exploram a agricultura especialmente com o cultivo das hortaliças e outros géneros agrícolas que vão vender às feiras de Esposende, Barcelos, Barroselas, Viana do Castelo, Póvoa de Varzim e Vila do Conde e utilizam o caranguejo e variadas algas marítimas (sargaço) para fertilização dos seus campos.

Devido à proximidade do mar escasseiam o vinho, fruta e azeite.

Desde longa data a produção mais importante consta de gados, cereais e hortaliças.

A sua flora é pouco importante.

Desapareceram os carvalhos e os sobreiros.

A área ocupada pelo pinhal tem diminuído, existindo apenas, aqui e além, pequenas parcelas. Há poucos anos ainda, a importância dêste elemento florestal

era muito grande pelo fornecimento de lenhas e madeiras.

Na freguesia não há incultos, pois tal se não pode chamar às bouças em exploração, de mato para camas de gado, e que dão um rendimento muito apreciável, com pouco trabalho.

A fórmula geral é a *propriedade plena*.

No entanto, há ainda bastantes *propriedades enfitêuticas*, isto é, os seus proprietários são obrigados a pagar o *domínio* (fôro).

No século XVIII ainda era considerável, nesta freguesia, o número de prédios foreiros como se vê nos livros dos *Prazos* no Arquivo Provincial do Minho, em Braga, que, na maior parte, já estão remidos.

As formas de exploração habituais, são: *por conta própria e arrendamento*.

As rendas são pagas pelo S. Miguel, e os contratos são verbais, mantendo-se todavia, salvo se são denunciados, até ao S. João.

## Gados

E' o seguinte o número de animais hoje existente na freguesia.

Gado bovino, 168; muar, 3; ovino, 12; caprino 15; animais de capoeira, 1589; coelhos, 150.

No dia 1 de Novembro de 1938 fundou-se aqui a Sociedade Mútua de seguros de gado bovino com estatutos próprios. Tem segurados 144 animais, sendo 4 bois, 93 vacas e 47 touros.

As raças bovinas mais vulgares, são: *turina*, preferida para leite; *pisca* (barrosã) e *galega* para trabalho, leite e engorda ou ceva.

## Cultura de milho

O milho grosso ou de maçaroca (*Zea Mays*, L.) oriundo, segundo uns, da América Central e segundo outros da Guiné, — entrando em Portugal por intermédio de Cádiz nos fins do reinado de D. Manuel I ou nos princípios do reinado de D. João III, entre os



anos de 1515 a 1525, rapidamente se espalhou por todo o país, especialmente pelas ubérrimas várzeas do Minho, atirando para segundo plano as culturas dominantes de então, como o centeio, milho alvo e trigo, tornando-se assim a cultura absorvente da região. A sua cultura generalizou-se no século XVII, ignorando-se a data em que foi introduzida nesta região (1).

As colheitas manifestadas dão as seguintes estatísticas:

1942. — Produção — 122:000 litros. Consumo — 181:000 litros.

O milho (sempre consociado com o feijão) é semeado, no mês de Março, nas terras secas e no de Abril e Maio nas terras lentas ou fundas.

E' sachado três vezes: *decrua, arrenda e às três.*

## Cultura da batata

A batata (*Solanum tuberosum*, L) é oriunda do Perú e do Chile, onde nasce espontâneamente, e frequente no Equador, Colúmbia e Argentina. Esta planta foi introduzida na Europa no século XVI, mas a sua cultura só se tornou um facto no século XVIII.

Parece ter chegado a Portugal no século XVIII. A sua expansão começou no reinado de D. Maria I plantando-se primeiramente na veiga de Chaves e nos campos de Coimbra e, segundo outros, no Minho em 1760, desconhecendo-se a época em que chegou a esta terra. A sua cultura está aqui muito intensificada e dos manifestos das colheitas mostra-se que a sua produção no ano de 1942 foi de 150:000 Kg..

Planta-se nos meses de Fevereiro e Março.

No mês de Maio, depois da sacha, semeia-se o milho nos regos intercalares dos das batatas após o arranco das tronchudas.

A sua produção oscila entre 8 a 15 sementes. As variedades mais vulgares são a *Impéria* (Arrans Banner) e a *Cinco Reis*, sucessoras das gigantes branca e roxa.

(1) Nas províncias vascongadas dá-se a este milho o nome de *boroa*, nome que, entre nós, se aplica ao pão do mesmo cereal.

## Cultura do feijão

Segundo uns é oriunda da América e segundo outros foram os árabes ou mouros que trouxeram a cultura do feijão. Embora numa escala inferior, é muito cultivado aqui nas suas várias qualidades, sendo a colheita média de dez mil litros ou sejam 587 alqueires, aproximadamente 13 carros. Por carência de documentos não se sabe quando começou aqui a sua cultura.

## Culturas do centeio, aveia, trigo e cevada

Para as duas primeiras são preferidas as terras secas; para as últimas, as lentas ou fundas. Depois da adubação e sementeira, com um *margeador* de madeira, fazem-se as margens e cobrem-se as sementes.

Nos regos semeia-se o milho de restivo.

Quando as searas estão louras e a ceifa próxima, é costume enxotar os pássaros por um processo, que é reminiscência dos tempos primitivos.

Vem do tempo dos romanos o uso de pôr espantalhos no meio das searas bem como armar instrumentos sonantes ou barulhentos, moínhos, etc., na carucha das árvores para afugentar os pássaros.

## Cultura do repólho

Planta-se nos meses de Janeiro e Fevereiro. É exigente em adubação. Nos regos intercalares plantam-se tronchudas, após arranco das quais, é semeado o milho como nas batatas.

O mercado de maior consumo é o de Barcelos.

## Cultura da crva

Nas terras secas depois de tirado o milho, o lavrador semeia na terra crua *aveia* (*Avena Sativa*, L.) consociada com *azevém* e, por vezes, também com *seradela*.

Feita a sementeira, grada de dentes e de costas, espalhando por cima o estrume.

Nas terras lentas ou fundas por entre o milho, à terceira sacha, semeia o azevém (*Lolium perenne*, L.) e o trevo (*Trifolium pratense*, L.) ou a serradela que se cobrem com a enxada.

No último corte destas, semeia-se o milho.

## Oliveira

Diz-se que foram os gregos que a trouxeram do Oriente para a Península. Os romanos já a cultivavam.

A cultura de oliveira no Minho apenas no século passado começou a readquirir acentuado domínio.

A plantação de grande número de oliveiras nesta província, onde muito faltavam, deve-se à influência do Arcebispo de Braga, D. Frei Caetano Brandão que, desejando o máximo aproveitamento espiritual e temporal dos seus subditos, no ano de 1792, publicou um edital estimulando a lavoura, em geral e, em especial, a cultura da oliveira e do linho, estabelecendo, para esse efeito, vinte prémios de 50:000 reis cada um (1).

Devem ser dessa época as nossas velhas oliveiras.

Atribui-se a esta determinação tão útil, sábia e patriótica do ínclito prelado bracarense a plantação de oliveiras nos adros das nossas igrejas para com o seu azeite sustentar a lâmpada do SS.<sup>mo</sup> Sacramento. (2)

Também as havia no adro da nossa igreja velha sendo as suas madeiras aplicadas na igreja actual.

Esta freguesia sofre, é claro, a acção dos ventos marítimos, que, arrastando grandes quantidades de cloreto de sódio que depositam sobre a vegetação da oliveira, causam-lhe prejuízos bem patentes, próprios das zonas adjacentes ao Oceano.

A produção da azeitona é escasssa e geralmente bienal.

(1) Memórias para a história de D. Frei Caetano Brandão — Tomo II, pág. 137 e seq. e Fastos da Igreja Primacial de Braga — Tomo III, pág. 415.

(2) Diz-se que o Venerável Arcebispo D. Frei Bartolomeu dos Mártires mandou se plantassem oliveiras nos adros e terrenos adjacentes.

O Senhor Arcebispo Primaz, D. António Bento Martins Júnior, em 12-9-1944, instantemente recomendou a renovação da medida do grande Arcebispo, revertendo os frutos das oliveiras a favor da lâmpada do SS.<sup>mo</sup> Sacramento ou para outro fim pio.



## O primeiro arado de ferro

O primeiro arado de ferro foi construído em 1720 na Inglaterra. Setenta e cinco anos depois, um inglês inventou o arado de rêlha.

Em 1883, apareceu nos Estados Unidos o arado de rêlha, que se divulgou rapidamente, construindo-se aos milhares por ano.

## Comércio

E' pequeno o comércio desta freguesia devido à pequena população, proximidade da vila de Esposende e às feiras de Barcelos, Barroelas, Viana do Castelo, etc., onde fazem várias compras quando aí vão vender os produtos agrícolas.

Há 2 dois estabelecimentos de fazendas e mercearia e 1 de mercearia apenas.

## Indústria

Região estruturalmente agrícola, aqui, desde há poucos anos, está montada a indústria de lacticínios, para a exploração da qual, em 1941, foi constituída uma sociedade por quotas, de responsabilidade limitada, com o capital inicial de 103:500\$00 e com séde nesta freguesia.

Explora a Zona n.º 6, demarcada pela portaria n.º 9733 de 10-2-1941, abrangendo as freguesias de Antas, Belinho, Curvos, Palmeira de Faro, Rio Tinto, Vila-Chã, Esposende, Fão, Fonte Boa, Forjães, Gandra, Gemezes, Mar, Marinhas, Vila-Cova, Banho, Perelhal, Creixomil, Vilar do Monte e Abade de Neiva.

Actualmente dedica-se ao fabrico de manteiga e caseína.

## Correio

Há aqui uma caixa do correio. Tem mala própria que, diariamente, vem da estação postal de Esposende.

O lugar de distribuidor rural criado aí por 1900,

acaba de ser extinto com a reforma dos serviços do correio acabando assim a distribuição ao domicílio.

Antes de haver distribuïdor rural a correspondência trazia-se de Esposende.

Em tempos mais recuados as malas postas que faziam o serviço dos correios passavam nesta freguesia pela estrada velha através da bouça do Senhor e lugar do Calvário.

Era feito uma vez por semana e para ir e vir a Lisboa gastava 18 dias.

O leitor gostará de saber quando começou êste serviço em Portugal.

Foi El-Rei D. Manuel I, que, pela primeira vez, estabeleceu no reino o serviço dos correios, pela carta de lei de 6-11-1520.

Os empregados nos diversos pontos do país chamavam-se *Mestres da Posta*, os condutores a pé e a cavalo, *pastilhões e estafetas*; e, quando, mais tarde, se fizeram em diligências tiradas por cavalos ou machos, chamou-se a êsses veículos *Mala Posta*.

## Hidrografia

Sob o ponto de vista hidrográfico esta freguesia possui quatro nascentes abundantes: *Fonte, Engenhos, A-de-Fora* e *Fontes ou Presas*.

Ao norte é regada pela água de *Espinho* ou *Pena de Orca* que nasce em Belinho, no sítio dos Carregais, a 50 metros do extremo.

A água das *Fontes* ou *Presas*, embora nascida nesta freguesia, devido à situação da nascente e configuração dos terrenos, quasi só aproveita ao lugar de Rio de Moínhos, de Marinhas.

Geralmente o aproveitamento das águas para regar não é condicionado, demorando cada um o tempo necessário; todavia, agras há, em que é feito por turnos, isto é, cada lavrador tem um certo número de horas para regar, por semana. O regime das horas é respeitado por todos, ainda mesmo quando os terrenos mudam de dono.

Além das águas destas nascentes, há numerosos poços pelo meio dos campos, cujas águas são utiliza-

das para regar e nos eirados para serviços caseiros e para beber

— A água destes é tirada por meio de um balde ligado a uma corda puxada à mão ou que desliza numa roldana.

Aí por 1900 ainda havia as *cegonhas*, engenhos rudimentares oriundos dos romanos e que se compunha de uma vara com uma pedra no pé e o balde na ponta.

Para uso doméstico, a população utiliza a água puríssima e fresca da única fonte existente, próxima da igreja velha.



## CAPÍTULO XIX

### Agras

#### Algumas Agras do século XVIII

Agra da Centieira	(Padrão)
» de Entre Fojo	(Forja)
» das Oliveiras	(Criveiros)
» de Pedrouços	(norte de Terceleiros)
» da Ribeira	(Campo)
» de Trás da Igreja	(?)
» da Videira	(?)
Campo da Feira	(Carreira-Cova)
Cortinhal da Raíña	(?)
Eira do Melão	(?)
Lago	(?)
Prado da Juncosa	(Prados Incós)
Prado dos Patos	(Farelato)
Redondinho	(?)
Veiga de Trás das Paredes	(?)

Nota:— No livro de Emprazamento de casais desta freguesia à Igreja do Divino Salvador de Pedregais no século XVIII, com topónimos actuais, aparecem êstes, que, há muito, caíram em desuso por mudança de nome ou incorporação noutras agras.

#### Agras e Bouças na actualidade

(Topónimos de terrenos lavrados e de monte)

Agra	Padrão
» do Padrão	Pedras Negras
» do Pombal	Penas
Agrelo	Pena de Orca

Baixo (lugar de)	Penalva
Bouça	Pertim
» de Areia	Prado
» do Barbado	Prado de Incós
» do Pombal	Prado da Sebe
» Velha	Renda
Boucinha	Salpicão
Boucinha de Aldeia	Senra
Cabeceiro	Serra
Cachadinha	Sob Ramalho
Campo	Sob a Quinta
Campo de Baixo	Sobre a Boucinha
Campo Novo	Sobre a Fonte
Carreira-Cova	Sousa (lugar de)
Caselhas	Suas Eiras
Cima (lugar de)	Tomadia
Cortinha	Tranquinha de Dentro
Costa	Tranquinha de Fora
Cova de Linhares	Três Paredes
Criveiros	
Eirinhas	
Espinho	
Farelato	
Fervelho	
Fontes	
Forja	
Formariga	
Junqueira	
Leituada	
Monte	
Monte de Baixo	

## CAPÍTULO XX

### Toponímia local

#### Terrenos lavrados

O conhecimento dos topónimos locais constitui um valioso auxiliar para o estudo das freguesias nos tempos antigos. Para se averiguar melhor o que foi a nossa terra na Idade-Média e nas precedentes, vamos fazer uma análise dos nomes de vários lugares ou sítios da parte habitada, dos terrenos lavrados e bravios.



Entrada sul da freguesia

*Ágra-a-de-Fora.* Chama-se assim por se achar ao Sul da Freguesia, como que já fora da mesma.

*Ágra do Padrão.* O seu nome é derivado da coluna de pedra — *padrão* — que na mesma se encontra a indicar o ponto até onde, num ano remoto, no dia de S. Simão (28 de Outubro), chegou o mar, o que deu origem ao adágio popular local — *“No dia de S. Simão*



chegou o mar ao *Padrão* — Em documentos antigos também é denominada *Agra da Centieira* por então, como hoje, ser aproveitada para a cultura do centeio.

*Agra do Pombal.* O pombal que houve neste sítio e que pertencia ao pároco como refere o — 10.º *Livro de Mostras*, fls. 157, de 1566, do Arquivo Provincial de Braga, deu origem ao topónimo, pelo qual continua a ser conhecida.

*Agrelo.* Os romanos davam este nome a terras planas e enxutas, e próprias para as culturas de outono e primavera. São desta natureza os terrenos deste sítio. Além disso é o local mais temido da freguesia por lá se encontrar o cemitério, construído em 1886.

*Bouça.* Discute-se a origem desta palavra — Segundo alguns (v. g. Cândido de Figueiredo, *Dicionário*), é variante de *balça*, terreno inculto, matagal, do latim *baltea*.

Em tempos, os terrenos desta freguesia, conhecidos pelos nomes de *bouças* e *boucinhas*, eram lugares apaúlados cobertos de charcos e de matagais de olmos, salgueiros e amieiros, etc..

*Boucinha.* Diminutivo do anterior, quer dizer, bouça pequena.

*Boucinha da Aldeia.* A área de terrenos, hoje conhecidos por *Campo, Bouça*, etc., em tempos remotos (ver *Sub-Quinta*) formavam uma quinta. Aos terrenos situados ao norte, de menor extensão e arroteados mais tarde, deu-se-lhes o nome de *boucinha da aldeia*, que significa próximos ou vizinhos da *quinta, herdade* ou *aldeia*.

*Cabeceiro.* Este é vizinho dos de *caselhas* e *Sub-Eiras*. Muitas vezes o *Casal, prazo, emprazamento*, era dividido por vários caseiros, mas um só, a que chamavam *Cabeceira, Cabeça* ou *Cabecel*, era obrigado *in solidum* a responder pela pensão cobrando-a dos restantes caseiros e entregando-a êle só ao direito senhor (!).

Certamente a existência de tal costume aqui deu origem a este topónimo.

*Cachadinhas.* Havia aqui prados que, depois de arroteados e aplanados, se reduziram a campos de semear.

(!) *Vitarbo* *Elucidário* — pág. 169.

*Carreira Cova.* Em tempos afastados fazia parte da Agra do Pombal. A sua proximidade da passagem para o Norte pelo fundo dos dois montes (carreira pela cova, hoje E. N. 1-1.<sup>a</sup>) deu origem à denominação actual. Nos tempos em que aqui e nas proximidades se realizava a feira de S. Bartolomeu, era conhecida pelo topónimo — *Campo da Feira* — que caiu em desuso após a mudança desta.

*Carregais.* Embora os terrenos dêste sítio pertençam, na sua maior parte, à freguesia de Belinho, julgamos conveniente fazer menção dêste topónimo.

Como outros êste topónimo tem origem na vege-



**Coração da freguesia**

tação do terreno. Não resta dúvida que êle provém da existência nêste sítio duma planta chamada *Cárrega* (espécie de junco semelhante a canas delgadas e próprio para esteirados como o que ainda se encontra na lagôa de Apúlia) e que desapareceu mais tarde com o cultivo das terras.

*Casellas.* Grupo de casas pequenas ou barracas onde se alojavam os caseiros e animais domésticos, e se arrecadavam os frutos agrícolas. Aqui viveram os colonos encarregados de agriculturar a vila de Atam <sup>(1)</sup>.

*Cortinha.* É' um vulgar diminutivo de côrte, que,

(1) D.<sup>e</sup> Arlindo R. da Cunha — *Ensaio de Toponímia na Açção Católica*, pág. 86-87, 1944.

além de significar «*curral de animais*» designa também, certa extensão de terreno lavradio, sendo esta a designação a aplicar à nossa Cortinha (1).

*Cova de Linhares.* Exigindo o linho regas amiudadas os romanos cultivavam-no junto das nascentes. A' imitação dos romanos, os nossos antepassados escolheram para essa cultura os terrenos vizinhos das suas nascentes mais abundantes.

*Criveiros.* Era aqui o lugar onde se vendiam e consertavam os crivos por ocasião da feira de S. Bartolomeu. Também era conhecida por *Ágra das Oliveiras* ou da *Capela*, por ser o lugar da freguesia onde havia maior número de oliveiras e por ficar próximo da grande e artística capela das almas, criminosamente demolida em 1920 para construção duma casa.

*Espinho.* Em Portugal há muitas freguesias e lugares com o nome de Espinho, que, como o nosso, assim se chamavam por lá ter havido a planta desse nome. Um pouco a nascente destes terrenos ainda há poucos anos havia muitos e bons espinheiros avidamente procurados pelos enxertadores de pereiras. Embora lá houvesse plantas de espinhos, é terreno de excelente qualidade.

*Fervelho.* Parece tratar-se dum diminutivo, *Fervicula*, da família de *Fervença*, um e outro vocábulo de ferver.

José Leite de Vasconcelos estuda o étimo de *Fervença* e diz que em algum sítio do seu percurso o rio faz ou fêz cachão: o aspecto de espuma deu a idéia de *fervura* ou *fervença*. Assim se deve explicar o nome de *Fervelho*. A água vinda no caminho de A-de-Fora, faz ressaca, com a areia e os seixos, e isso, no cachoar, na espuma e no ruído, assemelha-se a uma ebulição mais ou menos tumultuosa. Como porém, o lugar é acanhado, chama-se-lhe *Fervicula*, *Ferveclo*, *Fervelho*, que é, como quem diz, *fervurinha* (2).

*Forja.* Era geral o costume de vedar a entrada dos animais nos adros por meio de *fojos*. Como estes campos estavam próximos dos fojos do adro da Igreja

(1) P.<sup>o</sup> Arlindo R. da Cunha — *Ensaio de Toponímia na Acção Católica*, pág. 86-87, 1944.

(2) P.<sup>o</sup> Arlindo R. da Cunha, *Ensaio de Toponímia na Acção Católica*, pág. 144 — 1944.



velha começaram a ser conhecidos por *Entre-Fojo* (século XVIII) e hoje, por corruptela, são denominados *Forja*.

*Formariga*. Evidentemente que êstes terrenos tomaram o nome do seu senhor (*dominus*) ou proprietário *Formarici* que, viveria aqui ou nas freguesias vizinhas.

*Junqueira*. Não oferece dúvidas a origem dêste topónimo que provém da abundância de junça ou junco que lá havia.

*Pedras Negras*. As altas rochas xistosas e negras como as do mar, deram o seu nome a êstes terrenos, comuns a esta freguesia e à de Marinhas.



Vista panorâmica. — Ao fundo o monte Castro

*Penas*. Pena é o mesmo que penha (Palácio da Penha ou Pena, em Sintra), penhasco, rocha, etc..

Dos altos e numerosos penedos que havia a nascente desta agra, adveio êste topónimo. A proximidade da estrada tem contribuído para o aproveitamento dêstes penedos nas construções o que veio modificar bastante a configuração do local.

*Pena de Orca*. Quem havia de dizer! Um cemitério na Pena de Orca!!! Poderá ser? Tudo leva a crer que sim.

Durante o princípio do período neolítico, todo o Eneolítico e parte da *idade de bronze*, os mortos eram sepultados, pelo menos os ricos e os potentados, em

Dolmens ou Antas a que o povo também chama orcas, casa da moura, etc.. A designação dêste sítio, por tal nome é indício quasi certo da existência próxima dêstes monumentos, hoje desaparecidos. E', por isso, muito provável que, nesta agra ou nas suas imediações, tenha existido algum em tempos idos o que é legítimo deduzir-se dos topónimos *Pena de Orca* e *Casa do Mouro*. Dêste modo, esta Agra tomaria o seu nome das pedras sepulcrais (pena ou penha) de qualquer orca, anta ou dolmen que na mesma tivessem existido e de que têm apparecidos vestígios.

*Prado*. E' terreno próprio para pastagens e plantas forraginosas. Arroteado e reduzido a terra de semeadora ainda conserva o nome primitivo.

*Prado da Juncosa* (em linguagem vulgar — *Prado Incós*) era terreno abundante em junco e junça antes de ser cultivado.

*Renda*. Este topónimo deve ter origem nas rendas ou pensões pagas pelos cultivadores dêstes terrenos ao seu direito Senhor.

*Sebe*. Evidentemente que êste nome é proveniente das vedações ou tapagens feitas de varas ou ramadas entretecidas para firmar as areias e cercar os terrenos.

*Senra*. Campo próprio para sementeira, seara, herdade, campo de cultivo.

*Sob Ramalho*. Primitivamente eram terrenos arenosos que, mais tarde começaram a ser cultivados e que ficavam ao lado debaixo (poente) dos terrenos da casa do Ramalho.

*Sob-a-Quinta*. Eram terrenos idênticos e vizinhos dos precedentes e que ficavam a poente de uma Quinta que deveria ser formada pelos terrenos da Bouça e Boucinha de Aldeia e que, mais tarde, foi dividida.

*Sobre Fontes*. Dá-se êste nome aos terrenos situados em nível mais elevado e ao norte da fonte de quatro bicas.

*Suas Eiras*. Este topónimo é derivado de *Sub Eiras*, abaixo das eiras. Mostra-nos esta denominação que as eiras do senhor da vila de Atam ficavam a nascente desta Agra.

*Terceleiros* (Trás-os-Celeiros). São assim conhecidos êstes terrenos por ficarem além dos celeiros do antigo proprietário da vila de Atam.

*Tomadia*. Na Idade-Média alguns senhores arrogavam-se o direito de tomar aos seus vassallos ou

colonos mantimentos, roupas, etc., sem lhes pagar coisa alguma (1). Certamente os campos da nossa Tomadia foram adquiridos por tal processo por qualquer senhor que vivesse aqui ou nas freguesias vizinhas.

*Tranquinha*. Diminutivo de *tranca* com o significado de carvalho alto (2).

Leitor amigo! Eu não invento! Guio-me pelos mestres!

Ficamos a saber que a agra da *Tranquinha*, fértil na produção de cereais, já foi, em tempos afastados, um pequeno *souto* de carvalhos altos, árvore abundante nestas regiões.

## Reconstituição da freguesia na Idade-Média e nas precedentes

Somos obrigados a crer que os primitivos habitantes, depois de descerem do monte *Castro* para a planície, se fixaram no actual lugar de *Baixo*, não aproveitando o lugar de *Cima*, sêco, acidentado e de natureza granítica.

Este ensaio toponímico permite-nos marcar o perímetro da prístina *vila de Atam* e pesquisar os seus fundamentos históricos nessas épocas longínquas.

Esta vila, à imitação das suas congêneres, constava do paço (*palatium*), residência do *dominus*, proprietário, donde lhe viria o nome do lugar do *Paço*, perdido mais tarde para vir a ser o lugar da Igreja e que ficaria aproximadamente a meio do actual lugar de *Baixo*.

Bem perto, e a nascente de Sub-Eiras, ficavam as eiras para malha e seca dos cereais.

Um pouco a poente destas ficavam os pavilhões ou barracas (*casulae, caselhas*) onde se alojavam os cultivadores e os animais domésticos e se arrecadavam os utensílios de lavoura.

Ao norte do *Paço*, em edifícios isolados, ficavam

(1) Viterbo Elucidário, pág. 235.

(2) P.º Arlindo R. da Cunha em 'Revista Portugal'.



os *Celeiros*, de que ainda há reminiscência no topónimo *Terceleiros*, isto é, para além dos celeiros (*Trás-os-Celeiros*).

E' mister acentuar que, naqueles tempos remotos, a freguesia era mais cultivada ao lado Sul, por as terras serem de melhor qualidade, onde appareceram as antigas *ágras de Cabeceiro, Sub-Eiras, Caselhas, Linhares, Tomadia, Formariga, Agrelo, Lameiro, etc.*, que ao norte, onde ficavam prados e terrenos incultos, como *Lameiro, Ribeira, Juncosa, Espinho, Bouça, etc.* Estas, embora mais frias mas aráveis e até alguns areais foram-se aproveitando no decorrer dos tempos, com o aumento da população e novas condições de vida. Certamente o leitor já perguntou: onde ficaria o cemitério de então?

A falta de achados e de outros elementos não nos permite fazer a sua localização pelo que somos levados a admitir a sua provável continuação na *Pena de Orca*, até à construção da Igreja, época em que se começou a sepultar nesta ou no pequeno recinto de 12 passos destinado, a cemitério correspondente ao adro actual.

Se suprimirmos o milho actual de introdução, mais recente, se substituírmos a Igreja pelo Paço e as manchas dos prados e salgueirais pelas culturas mais extensas, a população actual pela reduzidíssima de então, o aspecto alegre das construções actuais pelos casebres e barracas de então, era tudo quasi como hoje, não mudando muito o aspecto geral.



Vista panorâmica (1906). — Ao fundo os fiéis e o mar

## CAPÍTULO XXI

### Vida marítima

#### Praia

Esta freguesia tem uma modesta mas encantadora praia e é uma estância aprazível de beira-mar.

Porém, pela falta de comodidades e meios de transporte, sem homens que lhe dessem impulso e desajudada dos poderes públicos, não acompanhou o progresso e engrandecimento das outras terras suas congéneres.

A sua praia, na qual o mar se espreguiça suavemente, não oferece perigo aos banhistas, podendo ser dispensado até, na ocasião dos banhos, o auxilio dos profissionais e é bastante freqüentada, sobretudo por gente do campo.

Situada em uma pequena reentrância de mar e formada por areias finíssimas, torna-se muito cômoda para tomar banho.

Separam esta praia das terras cultivadas, extensas dunas ou fieiros (como se vê na gravura que acompanha êste capítulo), que as abrigam dos ventos e sôbre as quais assentam pequenas casas para recôlha de sargaço, barcos, rêdes, redenhos, gravêtas, etc..

— A flotilha dos barcos que se acolhe nesta praia, destina-se à apanha do pilado ou mexoalho com que os lavradores adubam as suas terras.

Não há pescadores profissionais nem barcos destinados à pesca de qualquer qualidade de peixe.

— Ao norte da praia sobressaem das águas as pedras denominadas «Camboas e Redonda».

### Actividade marítima

#### Sargaço, musgo e limo

Uma das mais típicas occupações a que se dedica êste povo é a *spanha* ou *tirar* do sargaço, nome gené-



rico por que são conhecidas quasi tôdas as espécies de algas marítimas, que vão alimentar muito a terra, já de si fértil.

Apanha-se ou tira-se o sargaço manobrando as compridas gravêtas (ancinhos de 32 dentes de urze) na preamar, ou os redenhos (grandes sacos de rêde ligados a um arco de loureiro e enfiados num comprido cabo de madeira, cujo desenho como o da gravêta vai na capa dêste livro) na maré vazante e baixa-mar.

Êste serviço é penoso e arriscado e sacrifica muitas vítimas mas o nosso povo dedica-se a êle animosamente, com a alegria e confiança que em Deus deposita o nosso trabalhador do campo.

Depois de arrastado pelo redenho ou gravêta para o sêco, fora do alcance da maré, o sargaço é transportado em carros e carrelas (padiolas) para os fieiros ou para os campos.

Na época própria faz-se também a apanha, corte ou arranque do musgo e limo nos penedos. Esta faína intensifica-se na ocasião dos grandes estos, em que as penedias se povoam e onde há uma azáfama extraordinária.

Exceptuado o sargaço de inverno, que é aplicado imediatamente no cultivo da terra, tôdas as algas — sargaço de verão, musgo e limo — são estendidas na praia fora do alcance da maré ou nos fieiros e, depois da seca, empilhados nos palheiros ou arrecadadas nas casas da praia, donde, mais tarde, saem para fertilizarem os campos.

E' esta a principal fonte de riqueza que êste povo tira do mar. A pesca do pilado está a ser muito escassa.

## Pesca

*Mariscos* — E' singelo o apresto do marisqueiro: apenas um cesto ou uma saca, e a foicinha da erva ou a faca das couves.

Aí vai êle dar o seu giro pelas penedias do mar em procura das lapas e mexilhões.

Ninguém faz disto profissão; os mais dêles são gente de casas humildes a quem o mar fornece uma boa porção de lapas ou lamparões (*Patella vulgata*) e de mexilhões ou conchos (*Mytillus, sp.*) para o jantar.

*Polvo, caranguejo, retomba e camarão* — As crianças desta freguesia bem cedo se iniciam na faina marítima. E' na penedia da costa onde fazem os seus primeiros ensaios, apanhando caranguejos (navalheiras, sapateiros, arolas, etc.) e pescando as retombas, peixe pequenino, côr de café, que vive nas locas dos penedos e com os quais as crianças vão fazer o seu tirocínio em sagacidade, destreza e paciência. Serve de preparação para a pesca do polvo que exige mais perícia, idade e cuidados.

O utensílio usado na pesca do polvo é o gadanho, que consiste numa haste de ferro, mais ou menos comprida, com uma das extremidades dobrada a modo de gancho e prolongada na outra extremidade por um comprido cabo de madeira enfiado na haste.

O fim principal do gadanho é desalojar os polvos das locas ou tocas onde êstes moluscos, dissimuladamente, se abrigam após a maré vazante. Serve ainda para a colheita do ouriço do mar e, com êle, se capturam também, os caranguejos, aranholas e qualquer congro e outro peixe que se tope infragado.

A pesca do camarão faz-se com o rêde-fole; é em pequena escala por haver pouco na nossa costa.

## Barcos

O tipo de barco usado na pesca do pilado ou me-xoalho é um só. Dão-lhe de preferênciã o nome de Santos o que mostra a fé ardente e viva esperança dos seus audazes e bondosos corações no heroísmo demonstrado nas lides inclementes do mar.

## Rêdes

Há três tipos de rêde: do pilado, bargã e tresmalho. As duas últimas destinam-se exclusivamente à pesca do chamado peixe branco: robalo, chaliço, corvina, taíña, linguado, rodovalho, sôlha, arraia, etc., peixe que vive em parte ou junto da penedia da costa.

A pesca à bargã faz-se em cêrco ao rés da praia

em sítio arenoso. E' a mais rendosa, animada e cheia de peripécias.

E' pouco usada a pesca à linha e de espinhel, que, outrora, tinha muitos apaixonados.

Há vestígios de viveiros nas pedras da *Camboa* e junto da pedra do *Santo*.

### **Indumentária marítima**

Não há dúvida alguma de que a tão característica indumentária marítima é uma reminiscência de tempos longínquos. A branqueta acompanhada do cinto, cobrindo o joelho, recorda-nos o *Sagum* romano; o chapéu de oleado, o *capacete*.

A posição das pessoas que esperam a maré para tirar o sargaço, em pé, posição de sentido e agarradas ao redenho ou gravêta que conservam ao alto, recorda-nos o espírito guerreiro desses povos primitivos de cujas usanças é uma sobrevivência o traje marítimo deste povo.

---



## CAPÍTULO XXII

### Distribuição dos habitantes, por profissões

Alfaiates . . . . .	6
Aspirantes de Finanças. . . . .	1
Barbeiros . . . . .	1
Caiadores . . . . .	9
Cantoneiros . . . . .	1
Carpinteiros . . . . .	6
Carpinteiros navais . . . . .	5
Comerciantes . . . . .	3
Costureiras. . . . .	2
Criadas de servir . . . . .	7
Criados de servir. . . . .	4
Ferreiros. . . . .	1
Guarda-Fiscais . . . . .	4
Industriais de lacticínios . . . . .	1
Jornaleiros. . . . .	3
Louvados . . . . .	1
Militares reformados. . . . .	2
Pedreiros . . . . .	9
Professores. . . . .	1
Religiosas . . . . .	2
Sacerdotes . . . . .	2
Sapateiros . . . . .	2
Sardinheiras . . . . .	1
Seminaristas . . . . .	4
Tamanqueiros. . . . .	1

### Classificação genérica das casas

Casais agrícolas . . . . .	52
Casais mistos (operários e agrícolas) . . . . .	28
Casais mistos (jornaleiros e agrícolas) . . . . .	3
Casais de indigentes. . . . .	5

## CAPÍTULO XXIII

### Folclore local

#### **Canções, tradições, adágios, lendas, superstições, vestuário e vocabulário**

Este pequeno concurso para o conhecimento da história psicológica do nosso povo e estudo folclórico da nossa terra, tem de ser limitado pelas características estruturais muito particulares do nosso meio. — Mudaram as condições de vida, modificaram-se os costumes e a vida moderna avassalando todo o ritmo da vida local, amoldou à sua feição os elementos tradicionais do nosso povo.

A documentação etnográfica é exigua, motivo por que não podemos dar grande âmbito à colecção de cânticos, tradições, lendas, superstições, costumes, modos de falar, etc., estudo que hoje tem grande importância. Infelizmente tem de ficar muito longe da meta porque, para a atingir, seria necessário caminhar atrás, uns cem anos.

#### **Canções**

Nesta freguesia, como no Minho, reina ainda a verdadeira alegria, a alegria pura e franca que transparece espontaneamente no semblante deste povo morigerado, na piedade e entusiasmo dos cânticos religiosos e nas *cantigas* sempre novas e embaladoras destas almas tão sentimentais.

Portugal nasceu com o povo a cantar e assim tem vindo pela vida fora.

Os hinos religiosos que cantam nas igrejas, dando glória a Deus, — *cantar é rezar duas vezes*, — muito têm contribuído para a continência de linguagem, deli-

cadeza de sentimento e educação artística das multidões.

As cantigas nos campos que sãdrias e alegres!  
Cantam todos enquanto trabalham nos campos,  
nas eiras ou no mar, ou quando, à tardinha, se diri-  
gem para suas casas, de enxada ao hombro, depois de  
um dia de árdua labuta.

Os instrumentos característicos da região são o  
armonium austriaco, o cavaquinho, os ferrinhos e a  
pandeireta. E' ao som desta orquestra típica — acordes  
dos armónios, tilintar dos ferrinhos, vibrar dos cava-  
quinhos e castanholar das pandeiretas — que se fazem  
vários trabalhos agrícolas, como esfolhadas, etc..

## Cânticos de S. Bartolomeu do Mar

S. Bartolomeu do Mar  
E' padrinho de Maria;  
Eu também sou afilhado,  
Da Senhora da Abadia.

S. Bartolomeu do Mar  
Tem uma faca na mão;  
Para matar os do Castelo  
Que são falsos à nação.

S. Bartolomeu é meu  
Rio de Moínhos o meu lugar;  
Cemitério o das Marinhas,  
Onde me hei-de enterrar <sup>(1)</sup>.

A cana verde no mar  
Vai de roda sempre em volta;  
Que aos vinte e quatro de Agosto  
Anda o diabo à solta.

Menina tem cuidado!  
De noite não abras a porta!  
Que aos vinte e quatro de Agosto  
Anda o diabo à solta.

Vai de volta, vai de volta,  
Vai de volta a cana verde;  
Que aos vinte e quatro de Agosto,  
A rica França se perde <sup>(2)</sup>.

(1) O povo do lugar de Rio de Moínhos, freguesia de Marinhas, con-  
corre em grande número aos actos do culto da nossa igreja, por lhe ficar  
mais próxima, quanto ao resto... a quadra é patente.

(2) Estas três quadras são mais vulgares no concelho de Barcelos.  
A última faz allusão à *matança de S. Bartolomeu* no noite de 23 para  
24 de Agosto de 1572, ordenada por Carlos IX, instigado por sua mãe Cata-  
rina de Médicis e para consolidar o seu poder.



S. Bartolomeu Apóstolo  
Estendei a Vossa mão ;  
Lançai sobre este povo,  
Vossa Santa bênção (1).

Lá do Céu a nós volvei,  
Meigo olhar de ternura ;  
S. Bartolomeu, valei-nos,  
Nêstes dias de amargura.

Escutai êste brado de esperança  
Que da terra ao Céu dirigimos.  
Lançai sobre nós Vossa bênção  
Que humildes aqui Vos pedimos.

S. Bartolomeu Apóstolo,  
Que o Altíssimo adorais ;  
Abençoai este povo  
Lá do Céu onde habitais.

S. Bartolomeu, valei-nos,  
Pelo vosso Santo Amor !  
Atendei aos nossos rogos,  
Pedi por nós ao Senhor.

S. Bartolomeu, Apóstolo querido  
Do Divino Salvador,  
Vimos alegres nêste dia,  
Consegar-vos o nosso amor.

### CÔRO

Salve! Salve! S. Bartolomeu  
Nosso Santo protector !  
Advogai a nossa causa,  
Junto ao trôno do Senhor.

## Tradições

A lavoura nacional é a classe nobre do país, na qual se conservam as tradições mais belas, os costumes mais puros, o folclore mais lindo e surpreendente que nos é dado presenciar. Só ao de leve tocamos nêste assunto o bastante para sabermos alguma coisa do que o passado nos legou.

*Imagem velha de S. Bartolomeu do Mar* — E' crença popular que esta imagem apparecera um dia numa pedra da cambôa, depois de ter sulcado os mares, desde paragens ignotas, razão por que ainda hoje é conhecido pelo nome de pedra do «Santo», situada à borda do mar.

*Agra do Padrão* — Nesta agra, bem perto da igreja, está uma coluna de pedra, a atestar — diz-se — que um ano muito remoto, no dia 28 de Outubro, dia de S. Simão, o mar enfurecido, excedendo os seus limites, chegara até ali, dando origem ao adágio local: no dia de S. Simão, chegou o mar ao Padrão. Esta coluna,

(1) Esta quadra e as seguintes eram cantadas pelos coros de virgens que, nos antigos carroções, acompanhavam a procissão da festa de S. Bartolomeu.

*canos elegâncios*

apesar de se prestar para construções e de dificultar as sementeiras próximas, tem sido respeitado sempre através dos tempos.

A sua mudança seria uma desgraça, porque, nesse ano, secaria o milho de tôda a agra.

*Trovoadas* — As pinhas mansas que se assam pelo Natal, para lhes extrair os pinhões, gáudio da rapaziada para o jôgo do rapa, par e pernã, conservam-se pelo ano adiante, a-fim-de afugentar as trovoadas para «bem longe» e para as faíscas não caírem em casa. As velas benzidas no dia da Senhora das Candeias, 2 de Fevereiro, postas a arder no oratório da casa, também livram das trovoadas.

Geralmente, quando se ouve a trovoada, a família coloca-se à volta da lareira, onde ardem as pinhas mansas assadas e debulhadas na noite de Natal, ou na sala, junto do oratório iluminado por velas benzidas no dia 2 de Fevereiro. Os pais, com os filhos trémulos e medrosos, exclamam:

S. Jerónimo! S.<sup>ta</sup> Bárbara!  
 Chagas abertas,  
 Coração ferido,  
 Sangue derramado  
 De N. S. Jesus Cristo!  
 Que Deus se meta  
 Entre nós e o perigo.

Passada a trovoada sem que qualquer faísca moleste o bom lar cristão, o pai, a mãe e filhos, de mãos erguidas ao Céu, entoam, em sinal de reconhecimento, o cântico — *Magnificat*.

*Natal* — A grande festa do Natal é celebrada com a mais santa alegria. Quem estiver longe, vem a pé, se não tem recursos, percorrendo as maiores distâncias.

A noite de Natal há-de passá-la com os seus, custe o que custar.

Todos querem comer a clássica *Consoada*, juntos, no lar paterno, em volta da mesma mesa, presidida pelo patriarca da família, onde se sentara filhos e netos. Recordam-se com saúdades os que Deus levou e por êles se dirigem a Deus fervorosas orações.

A tradicional ceia de *Consoada* consta de batatas cozidas com troços de couve e bacalhau e sôpas de

vinho quente, com a sobremesa de arroz doce, aletria, castanhas assadas, nozes e figos.

*Carnaval* — É banalíssimo. Os actos religiosos de desagravo a N. Senhor sepultaram-no. Os abusos antigos desapareceram por completo. Há a tradicional ceia que consta de carne cozida, filhós e rabanadas de vinho, cobertas com açúcar de cana.

*Quaresma* — Nesta época de penitência e reflexão, não se cantam cantigas profanas nem se vestem roupas garridas.

*Páscoa* — Um dos mais belos costumes que vêm dos tempos antigos e que se conserva com alegria é a visita pascal. Não difere da restante região minhota.

Nota-se a mesma alegria esfusiante dêste povo, que tem no Natal e na Páscoa duas grandes festas em que todos se reúnem, fraternalmente, no seu lar.

As casas lavam-se no fim da semana e os soalhos são, no domingo de Páscoa, cobertos de flores, para se receber o *Compasso*, as boas-festas do pároco e a visita do Senhor.

*S. João* — Perdura o costume das *fogueiras* na noite de S. João nos caminhos e largos, sentando-se as pessoas em volta e entoando alegres cânticos.

Segundo J. Leite de Vasconcelos nos *Ensaio Etnográfico* trata-se de uma reminiscência da festa pagã relacionada com o culto do sol sendo as *fogueiras* do S. João um resto das festas do solstício do Estio e o *Cepo* do Natal um resto das festas do solstício do Inverno.

*Baptismo* — Continua, embora menos generalizado que outrora, o costume de dar ao primeiro filho o nome de Manuel ou Maria, o que deu origem ao adágio: — o primeiro que vai à pia (baptismal) é Manuel ou Maria.

Se, na ocasião do baptismo, os padrinhos não disserem tôdas as palavras do *Credo*, a criança ficará a gaguejar.

Para expansão de alegria, depois dos baptizados e casamentos, é costume lançar confeitos no caminho até casa, o que constitui o gáudio do rapazio.



## Adágios

*Chuva* — Quando se ouve apregoar os «galegos» (compôr louça e guarda-sóis) é sinal de chuva.

— Quando se ouve o sino de Esposende e o mar a cantar aos Cavalos de Fão, é sinal de chuva.

— Vento de Braga, chuva como praga.

— Gaivotas pela terra dentro, sinal de mau tempo.

— Abril, ventos mil.

— Santa Marinha traz a sua règuinha. Quando Santa Marinha não vem com a sua règuinha, vem S. Tiago com a cabacinha.

*Bom tempo.*

— Vermelho ao mar, pega nas vacas e vai lavar.

— Vermelho ao mar, inverno a passar.

— Vermelho ao mar, calor de rachar.

— Vermelho ao mar, velhas a assoalhar.

— Quando se ouve o sino de S. Paio de Antas ou o mar cantar ao Buraco (praia de Belinho), é sinal de bom tempo.

— Não há que fiar em tempo que muda de noite.

— O vento que soprar nas tẽmporas do Natal regula o ano.

— Pelo S. Simão, chegou o mar ao Padrão.

## Lendas

*Penedo da Moura* — Ver o que se disse no Capitulo V — pág. 49.

*Maios* — No primeiro de Maio é costume adornar as portas ou janelas com flores, a que vulgarmente dão o nome de *Maios*. A sua versão é a seguinte: — Quando N. Senhora fugia para o Egipto, foi marcada com giesta branca a casa onde Ela se refugiou, para, assim, se denunciar o seu paradeiro. No outro dia, porém, tôdas as casas, de manhã, appareceram enfeitadas com giestas brancas, ficando desnorteados os perseguidores de N. Senhora. Os cristãos conservam este costume para homenagear a Mãe de Deus.

*Os tremoços* — Quando N. Senhora ia com o Menino Jesus para o Egipto, a-fim-de fugir à perseguição de Herodes, escondeu-se no meio de um tremoçal.

Este, porém, como estava sêco, produzia grande ruído quando se lhe tocava.

Nessa ocasião, N. Senhora amaldiçoou os tremoços, dizendo: *tanto arramalhaiis que nunca fartais.*

E' por isso que ninguém se farta de tremoços.

*O pisco e o chasco* — A certa altura da sua precipitada fuga para o Egipto, N. Senhora enganou-se no caminho. Entretanto, os chascos cantavam: chás, chás, por aí vem vás; a que os piscos respondiam: pís, pís, para que mentis. Por essa causa, ainda hoje há grande respeito pelo pisco e aversão ao chasco.

*Andorinhas* — Corre nesta freguesia a lenda de que as andorinhas tiraram os picos da corôa de espinhos do Senhor, e, voando junto d'Ele, refrescavam-lhe a face. Jesus abençoou-as e prometeu-lhes que seriam estimadas por tôda a gente.

*Erva de Nossa Senhora* — Traz protecção à casa. Chama-se, por isso, erva da fortuna.

*Animais* — E' pecado matar piscos, carriças, lavadeiras e andorinhas, porque lavaram os pés do Senhor.

## Superstições

Também aqui se acredita nas bruxas, attribuindo-lhes muitos malefícios. Ainda há muita credence e superstição. Narram-se as coisas mais inverosímeis, com uma ingenuidade extraordinária. Quási tôdas as credences são extensivas à província do Minho. Uma destas é a dos *corredores*. Aqui, como no Minho, há a convicção de que numa família de sete filhos varões seguidos, o primeiro tem de ser o padrinho do último, aliás, um dêles, correrá o fado uma vez por semana.

São os chamados *avantesmas*, *lobis-homens*, *corredores*, etc.. Para os afugentar, quando apparecerem, recite-se, alto, três vezes: Credo em Cruz, Santo Nome de Jesus.

Contra os bruxedos e feitiçarias, são aconselhados defumadoiros em que entram alho, arruda, alecrim, e ervas do S. João (apanhadas nêsse dia), etc..

Se o leite das vacas cair no lume ou no chão sem levar um bocadinho de água, secará nas vacas.

Para evitar que as vacas ganhem manhas, ata-se-lhe aos chifres uma pequenina saca vermelha, contendo alho, arruda, etc.. Quando uma vaca, depois do parto, saír a pastar, costuma o povo atar-lhe na cauda.

uma fita vermelha contra os males ruins. Para se lhe tirarem os males ruins, defumam-se com «ervas do S. João», assim chamadas por serem colhidas, ainda orvalhadas, na manhã do seu dia.

Quem mata um gato, tem sete anos de atrazo na sua vida.

Não é bom enterrar animais de penas.

São mau agouro o cantar do mocho e da coruja.

Fazer o sinal da cruz quando se passa em cruzamento de caminhos.

Para tirar as sardas da cara, derretem-se em sumo de limão, *beijinhos do mar*, na noite de S. João, e unta-se o rôsto com êste preparado.

Para as pisaduras, cebola branca do fieiro.

Para a *zipela* (erisípela) sangue de galinha preta.

As mulheres grávidas não devem trazer chaves à cinta para as crianças não nascerem com o beicho rachado.

Quando uma pessoa está muito doente e os pio-lhos principiam a vir à testa, é sinal de morte próxima.

Sonhar com defuntos é sinal de que êle<sup>1</sup> quer<sup>2</sup> que lhe rezem pela alma.

### Nota final

Manifestamente, o sentimento do povo tem melhorado e a superstição tem diminuído.

O culto do Santíssimo Sacramento e o conhecimento mais perfeito do catecismo, educando e melhorando o povo, contribuiu para acabar com nefastas superstições. A credice dos lobis-homens e bruxas, que enchia de terrores a imaginação popular tem desaparecido, pouco a pouco, pela fé e pelo culto do Santíssimo Sacramento.

No primeiro Congresso Eucarístico Nacional realizado em Braga no ano de 1924, disse um dos ilustres oradores:

— «Rememoro os contos da minha infância sôbre êsses seres fantásticos; e, quando o narrador chegava ao fim, vendo-me comovido, acrescentava: Isto era em tempos; agora já não há lobis-homens nem bruxas, desde que se estabeleceram sacrários pelas freguesias» (1).

(1) Acta do Primeiro Congresso Eucarístico Nacional-Braga-1924, pág 97.



## Vestuário dos fins do século XIX e princípios do actual

Em geral, os lavradores e proprietários trajavam um chapéu bastante desabado, de feltro, vulgarmente conhecido por «*chapeu braguês*», quasi sempre preto e grosseiro, cuja fita ia terminar atrás numa fivela de osso muito branco. O colete e o casaco eram quasi sempre do mesmo pano de fraco estôfo: mescla, briche, saragoça ou Baras, comprado na Póvoa de Varzim, variedades quasi únicas para êste povo.

As calças fartas eram sempre de pano diferente do casaco e colete. Calçavam tamancos ou sapatos baixos, quasi sempre sem meias, a não ser no inverno, em que usavam meias de lã porque o algodão ainda cá não tinha chegado. Os sapatos do casamento duravam tôda à vida; não se compravam outros. A camisa era de linho nos dias solenes e de estôpa nos dias de trabalho.

Os mais pobres usavam chapéu de feltro, grosseiro, de côr preta, camisa de estôpa, casaco curto de briche ou Baras e colete do mesmo pano, calças de lã tecidas em casa e, no verão, de pano de estôpa branca. As calças eram de alçapão e arreliavam-se os novos que já as traziam de carcela, dizendo que êstes imitavam os soldados franceses das invasões napoleónicas.

Calçavam tamancos ou andavam descalços conforme a estação. Durante os primeiros oito dias de luto pesado, envergavam o seu gabão.

Nesta época ainda não havia riscado nem cotins; havia várias chitas, pano cru e panos tecidos em casa.

Não havia a peste do *urbanismo*.

Quasi se não fumava nem habitualmente se falava mal. Nesta freguesia não havia uma dúzia de homens que tivesse qualquer dêstes vícios.

## Vestuário das mulheres

a) *Em dias de festa.* — A classe das lavradeiras, a mais numerosa, usava saia de meio balão de paninho, xadrez ou quartos e baetilha com barra de veludo e, na cabeça, um lenço de sêda fina. Traçado sôbre o

peito e atado nas costas, usavam um lenço-chaile chamado lenço do pescoço. A camisa era de linho fino e muito branco e as mangas cobriam todo o braço até ao pulso, com pregas nos hombros e bordados nos punhos.

Usavam contas e cordões de ouro ao pescoço. As contas de ouro também se usavam nos dias de semana ou de trabalho.

Das orelhas pendiam valiosos brincos de ouro denominados — Brincos à Rainha.

Nos dias mais solenes calçavam chinelas de cabedal e sola e meias de linho, geralmente sem bordados.

Sôbre a saia colocavam um avental preto recamado de guarnições, como vidrilhos, etc..

b) *Em dias de trabalho.* — Saias de branqueta compradas na Póvoa de Varzim; lenços para a cabeça e pescoço de preço barato, sobressaindo em mescla com outras côres. Calçavam tamancos de cabedal forte ou andavam de pé descalço. Pequenas arrecadas nas orelhas e um fio de contas de ouro simples ao pescoço era luxo a que nem tôdas podiam chegar. Usavam chapéu de feltro, de côr prêta, pequeno e redondo, enfeitado com um espelhinho e, às vezes, também com uma pena colorida.

A classe pobre usava saia de branqueta azul, lenço da cabeça quási sempre de linho muito branco com ramos bordados num dos cantos e uma silva a fazer barra ao lenço. Para agasalho dos ombros e tronco usavam lenço do pescoço semelhante ao das lavradeiras, mas de pano inferior.

As classes de lavradeiras e pobres, quando iam à igreja, levavam uma saia preta sobre os ombros e, no tempo de luto, sôbre a cabeça.

Usavam pequenos brincos de ouro nas orelhas e contas de ouro ao pescoço. Calçavam tamancos. As mais novas andavam em mangas de camisa e as mais velhas vestiam casaco barato. Ainda não havia blusas nem chambres.

Não abundavam em variedade os panos de saia ou casaco-xadrez para os actos mais solenes e a baeta azul-escura para todo o serviço. O avental era grande, simples e de pano barato. Em tôdas as classes a saia ia até ao tornozelo e tôda a compostura era muito honesta.

O aparecimento de muitos e variados padrões de

novas fazendas fez evolucionar a moda, dando lugar a muitas variantes e arrumando o paninho, xadrez, baetilha e branqueta azul.

Difícilmente se encontrava, em tôda a freguesia, uma mulher que pronunciasse a palavra diabo. Em seu lugar diziam: inimigo, mafarrico, dialho, diacho, etc.

Palavras maliciosas só raras vezes ou nunca lhes saíam da bôca.

\*

\*            \*

A moda actual baniu do vestuário feminino dos dias de trabalho o chapéu de feltro pequenino e redondo e enfeitado com um espelhinho à frente, o lenço do pescoço, a saia de roda que ia até ao tornozelo, a bluzinha farta, o largo avental, as arrecadas, fios de contas de ouro, etc, substituindo tudo pelo actual vestuário reduzido às proporções mais simples. Conservou ainda o largo chapéu de palha, o lenço atado na cabeça, as chinelas de cabedal e as tamancas

Dos dias festivos suprimiu o lenço atado na cabeça, o chaile atado no colo, o farto avental recamado de guarnições, a algibeira em forma de coração, a saia farta de roda com uma barra de veludo ocultando tôda a perna e as graciosas chinelas de verniz para dar lugar à mantilha ou véu, blusa decotada, saia de saco, sapatos de tiras, etc..

Ao traje elegante e honesto opoz a moda actual o traje indecoroso da moda feminina vinda do modista judeu e do alfaiate maçõ de Paris. Ela leva à imodéstia muitas mulheres que se dizem e desejam ser tidas como cristãs, tenta roubar-lhes o pudor, paganizar a sociedade e destruir o cristianismo tornando-se extensiva ao sexo masculino no vestuário das praias e de certos desportos, praticados com modas no vestir, exhibições inconciliáveis com a modéstia mais condescendente.

Ao contrário de outras terras, nesta, graças a Deus, continua a ser respeitada a virtude da modéstia no vestuário.



## Vocabulário local

### A

- Agantar* — Agüentar. Segurar  
*Argaço* — Conjunto de algas marítimas  
*Arrasto* — Rêde própria para o pilado  
*Assejar* — Esperar a ocasião própria de tirar sargaço, de entrar e sair com barcos, etc..

### B

- Barga* — Rêde destinada à pesca, na borda do mar, do chamado peixe branco. A própria pesca.  
*Béstia* — Casaco, jaqueta, fábardo. (Veste).  
*Bossemecê* — Vossa mercê.  
*Branqueta* — Pano de lã, fabrico manual dos povos vizinhos da serra da Estrela, usado nos trabalhos marítimos.

### C

- Cair o sangue na arca* — Assustar  
*Carneirinhos* — Espuma das ondulações marítimas oriundas do vento norte.  
*Caniças* — Guardas do carro de bois entretecidas com vergas de selgueiro  
*Carrela* — Padiola  
*Ceva* — Suino de engorda  
*Chumbeiro* — Corda de rêde onde se enfia o chumbo  
*Companha* — Os dois barcos do pilado e a sua tripulação  
*Conversado* — Namorado  
*Corcolé* — Codorniz  
*Correnteza* — Corrente de água veloz e perigosa

### D

- De varada* — Ir e vir depressa  
*Diacho, Dialho, Dianho* — Diabo. Demónio

### E

- Entesicado* — Magro, fraco  
*Engaço* — Ancinho de ferro com três dentes  
*Entralhar* — Ligação das cordas do chumbeiro e cortiça à rêde  
*Escuma* — Espuma  
*Espedir (Estara)* — Estar a morrer  
*Esto* — Uma maior vazante que a do costume, proveniente de uma maré mais viva. Os mais importantes são os de Julho e Agosto

### F

- Fieiro* — Montes de areia ao longo da praia (dunas)  
*Fôrmas* — Botões da branqueta

## G

*Gadanho* — Haste de ferro ligada a um cabo de madeira para a pesca do polvo. Bicheiro

*Gravêta* — Grande ancinho de madeira com 32 dente de urze, para tirar sargaço na preamar ou quando fica em sêco, isto é, fóra da água.

## I

*Imbigo* — Umbigo

*Imprebir* — Proibir

*Inimigo* — Demónio

*Inorar* — Censurar. Ex.: tal facto foi inorado por todos

*Iroga* — arraia grande

*Izeste* — Existe

*Judeu - Bardal*

## L

*Lançar a carga ao mar* — Vomitar

## M

*Mar vivo ou beirudo* — Mar agitado; de mais vagas que o costume.

*Meada sem costal* — Negócio embrulhado

## N

*Netos* — Rebentos das couves

## O

*Ogar* — Aguar. Desejar uma coisa que se está a comer na presença

## P

*Pedrinhas* — Ovos de pássaro no ninho. Usa-se nome simulado para as formigas os não comerem.

*Pilado* — Mexoalho ou caranguejo destinado a adubo das terras

## R

*Repelão de vento* — Rajada de vento

*Rêde-fole* — Rêde de malha miúda para a pesca do camarão

*Redenho* — Rêde de malha larga, em forma de sacco, presa a um arco de loureiro enfiado num cabo comprido, para tirar sargaço

*Resingar* — Ralhar em voz baixa, consecutivamente, repisando as mesmas expressões.

*Ressaca* — Retórno da vaga, perigosa pela fôrça.

*Restirar-se* — Estender-se no chão, deitar-se

*Roncadeiras* — Ruido de ondas vivas produzidas pelo vento

## S

*Sapinhos* — Passarinhos enquanto estão no ninho

*Seixinhos* — Pedrinhas

*Stómeço* — Estômago

*Surrasço* — Mancha de carvão ou fuligem

## T

- Tabuletas* — Guardas de carro de bois feitas de fábua  
*Ti* — Abreviatura de tia ou tio que se emprega em vez de Senhora  
ou Senhor  
*Trinchuda* — Tronchuda

## U

- Ugalha* ou *igualha* — Da mesma categoria, empregado sempre em tom depreciativo "não sou da tua ugalha"

## Z

- Zipéla* — Erizípela  
*Zoina* — Atrevido, malcriado
-



## CAPÍTULO XXIV

### Invasões Francesas

Entre os transe dolorosos por que tem passado a Nação Portuguesa, conta-se, como dos maiores, aquêl em que o seu território foi invadido pelas tropas de Napoleão I.

Foram 4 anos pavorosos, decorridos em tremendo caos social e político, durante o qual os portugueses supportaram as atrocidades mais hediondas e as infâmias mais humilhantes. As hordas sanguinárias dos invâ<sup>60</sup>res espalharam por toda a parte o ódio, o sangue, o incêndio a devastação e a morte. O povo debandava para os montes, atônito e alucinado, ou aguardava os exércitos invasores, recebendo-os com manifestações hostis. Em muitos casos, ainda — o que é mais lamentável — deixava-se fascinar por uma torpe sentimentalidade e amotinava-se, começando a perseguir as pessoas abastadas, que, falsamente, acusava de jacobinos e traidores. Não só as maltratava e prendia, como, entrando em suas casas, furtava e destruía tudo e, para encobrir estas delapidações, acabava por incendiar os prédios. Foram bastantes os assassinatos cometidos pela plebe incitada.

Dentre muitos citamos o assassinato do illustre official do nosso exército, o tenente-coronel Ajudante do Govêrno das Armas desta Província, Pedro da Cunha Sotto Mayor, morgado de Belinho, perpetrado pela célebre quadrilha dos Laranjeiras, do lugar das Neves, no lugar do Gaivôto, da freguesia de Vila-Fria, concelho de Viana do Castelo.

Da desorientação dos espíritos naquela época é uma prova eloquente o assalto à Casa do Rêgo, a nascente da igreja matriz de Esposende, que, depois do saque, foi incendiada e em que foram queimados documentos importantíssimos para o estudo da Província do Minho e destruídos valiosos aparelhos astronómicos.

Esta freguesia também, infelizmente, compartilhou

desta tremenda carnificina que assolou a Pátria, nos princípios do século transacto.

Assim, as tropas francesas entraram nesta freguesia em 13 e 14 de Abril de 1809 e acamparam nas agras de Carreira Cova, Espinho e Carregais, que, no dizer dos velhos, ficaram como uma estrada.

Os habitantes de S. Bartolomeu do Mar, aterrorizados, abandonaram tudo e fugiram para o monte Castro, donde viram roubar-lhe os gados, saquear as casas que, no regresso, encontraram arrombadas.

Quando os franceses atravessaram esta freguesia, morreu um dos soldados, que ficou sepultado no monte de Baixo, próximo da estrada velha que seguia pelo Calvário.

A acção militar nesta freguesia quasi se limitou à pilhagem do que lhe pudesse matar a fome. Foram saquiados os haveres, roubadas as casas, devastados os campos e as hortas.

Mobilizaram os lavradores obrigando-os a conduzir com os seus gados e carros, bagagens, munições e mantimentos até ao Pôrto.

Após os dias calamitosos da guerra, logo surgiram as conseqüências que sempre a acompanham, com todo o seu cortejo de horrores: a fome, a peste o roubo e a desordem social. O ano de 1812 foi verdadeiramente calamitoso para Portugal. A's devastações resultantes das invasões e da guerra, veio ainda juntar-se um mau ano agrícola.

---

## CAPÍTULO XXV

### Curiosidades históricas

#### Iluminação

Em tempos antigos (alguma gente ainda se lembra), tempos de economia e de trabalho, a iluminação doméstica era escassa e muito primitiva. Os dois combustíveis encarregados de fornecer a luz eram o azeite e a graxa de peixe. Com a vinda do petróleo, aí por 1870, foram-se substituindo por êste, que passou a lugar secundário com a luz eléctrica, solenemente inaugurada em 6 de Novembro de 1938.

#### Roupas de uso

O nosso povo sempre conservou uma nítida distinção entre os vestidos domingueiros, ou roupa de ver a Deus, e a roupa de trabalho, chamada de cotio, da palavra latina *quotidie*, própria para todos os dias.

Para o trabalho, eram muito usadas as roupas brancas, de estopa. Para os Domingos, as de linho. Desapareceu êste costume, com o uso do algodão e abandono da cultura do linho. As donas de casa caprichavam em apresentar um abundante bragal.

Era muito freqüente nas boas casas de família a existência de um tear, que a dona de casa, ou as suas filhas tocavam com notável desembaraço. Desde os tomentos grosseiros até ao linho mais fino tudo era tecido em casa com gosto e relativa arte.

Todos os anos, com a chegada da primavera, apareciam as teias a córar, para aumentar o bragal ou renovar a roupa branca que o uso delira ou rasgara durante o inverno.

Este trabalho familiar, que hoje desaparece a



olhos vistos, dava à família uma certa consistência e ao lar uma tranqüilidade e alegria que hoje, infelizmente, já não tem.

Não havia máquinas de costura. A primeira que veio para esta freguesia foi comprada por Bento José Cerqueira, do lugar do Calvário, aí por 1875.

## Agricultura

As videiras podavam-se com navalha própria, chamada navalha de volta ou de fouchinha, e atavam-se com erva gramão e junco. À princípio, o vinho tratado com enxôfre e sulfato era rejeitado para doentes.

O primeiro pulverizador e a primeira tesoura de podar que aqui se utilizaram foram adquiridas por José António Pereira Lima, da casa da Rendeira.

A primeira vaca turina vinda para esta freguesia foi comprada por Manuel Tôrres, aí por 1902.

## Alcunhas

São muitas e interessantes. Umhas são provenientes das terras de origem, dos antepassados, outras do lugar de habitação, e profissão, outras de animais, aves, etc.

Do nome de aves: môcho, canário, gaio.

De animais: rato, grilo, etc.

De árvores: pereira, oliveira, lima, carvalho, ramos, silvas, laranjeira, etc.

De rios: lima, neiva, ribeiro.

De terras: Meadela, Góios, Viana, etc.

De profissão: ferreiro, moleiro, telheiro, cantoneiro, cirurgião, caiador, faxina, etc, ainda há as casas do Papa, Rei, Deputado e secretário.

## Famílias importantes

No século XIX as casas mais importantes eram as da Rendeira, Soares e Carneiro

## Moínhos

Os ventos do Atlântico e a falta de azenhas *de nam* origem a vários moinhos de vento utilizados especialmente no verão.

Desapareceram todos, sendo o último o do fim da estrada do mar que ainda há poucos anos, se erguia majestático no termo da «bouça do moínho».

## Pombais

Havia bastantes nesta freguesia. Redondos, semelhantes a moinhos de vento, encontravam-se nos eirados e nos campos.

Nos princípios do século actual os mais importantes eram as das casas da Rendeira, do Patrão e do Pedro.

A Agra do Pombal tomou o seu nome do que lá existia e que pertencia ao pároco como se vê do 10.º livro de-mostras,-de 1566, do Arquivo Provincial de Braga.

## Ocorrências tristes

*Ciclone de 31-12-1897* — Foram elevados os prejuizos causados por este temporal, ainda hoje conhecido por «temporal do dia de S. Silvestre», sobretudo nas árvores derrubadas e nos incêndios que as faíscas causaram nalguns palheiros.

*Ciclone de 1941* Prejuizos muito maiores foram os causados pelo formidável ciclone de 15 de Fevereiro de 1941 *cu* atingiram dezenas de contos.

Era desolador o espectáculo: casas destelhadas, vidros partidos, chaminés, espigueiros e muros arrasados. campos devastados, árvores arrancadas, caminhos impedidos por muros e árvores que caíram, etc..

Foi derrubada também a empena do portão do cemitério.

Graças a Deus, não houve desastres pessoais.

O ciclone começou às 19,30 e terminou às 24 horas. Era dia de sábado.

## Assaltos à igreja velha

Audaciosos gatunos assaltaram este templo em 1815, 1842, (noite de 18 para 19 de Outubro) com arrombamento e profanação do Sacrário, 1903 (noite de 29 para 30 de Maio), 1909 (noite de 20 para 21 de Janeiro).

## Naufrágios

Bastantes naufrágios tem havido e muitas vidas se têm perdido nesta costa. Citamos os mais recentes:

No ano de 1911, em frente à praia encalhou o vapor grego *Atinia*; em 1917, em frente ao fieiro da Lontra encalhou uma traineira da praça de Vigo que, na baixa-mar, ficou em seco.

Em meados de Dezembro de 1924, muito próximo da praia, naufragou um vapor inglês que se dirigia para o Pôrto com o bacalhau do Natal. Pereceu um dos tripulantes que foi sepultado no cemitério desta freguesia

Foi tal a abundância de bacalhau inutilizado pelas chuvas e falta de abrigo, que chegou a empregar-se para adubo das terras.

## Estradas

A estrada nacional n.º 1-1.ª, primitivamente municipal, foi aqui aberta aí por 1870 e o ramal, desta parte até à praia, abriu-se em 1889.

Anteriormente havia a estrada velha que, ao sair de Belinho, se bifurcava, seguindo um braço pelo Marco, bouça do Senhor, Calvário, até ao lugar de Rio de Moínhos e outro, que, seguindo o leito da estrada actual até ao marco hectométrico 8, daqui passava para o lugar do Feital, continuava pela boucinha, outeirinhos, bouço em direcção ao canto norte do cemitério e, daqui para o sul, voltava ao leito da actual.

O braço de estrada de mais movimento era o do nascente; por elle se fazia o serviço do correio, transitavam as liteiras, etc..



## Sinos

Até 1895 havia apenas um sino no campanário da igreja velha. Nêste ano, com o acréscimo de uma nova sineira, adquiriu-se um segundo sino por subscrição aberta entre os paroquianos.

Quando em 1912 foram trasladados para a igreja nova, comprou-se um terceiro sino.

Em 1943 foram todos substituídos por três sinos novos de maior pêso e de som mais agradável que além da entrega dos velhos, custaram 15:271\$50, adquiridos na freguesia por subscrição pública.

## Serões

Desde remotas eras, estiveram aqui muito generalizados os serões que se realizavam nas grandes e frias noites de inverno. Reüniam-se visinhos e amigos, talvez para economia de lenha e de luz, e, de ordinário, o serão passava-se à lareira. Ali se fiava a estopa e o linho, ali se ensarilhava, dobava e costurava. segundo os usos da terra. O clarão da fozeira era sufficiente para a execução dêsses trabalhos. Por vezes, enquanto as mulheres trabalhavam, os homens jogavam o que deu lugar a bastantes abusos, a ponto de os Visitadores os proíbirem energicamente e imporem multas aos frequentadores e donos das casas, como se vê do Capítulo de Visitas proíbindo que *nenhum homem de qualquer qualidade que seja*, vá, de noite, à casa onde se fizerem fiadas, sob pena de mil reis de multa. Os serões acabaram no primeiro quarteirão do século actual.

## Costumes familiares

Certamente, nesta altura, o leitor desejará saber como se passavam, em família, as longas noites de inverno.

Por ser digno do conhecimento dos vindouros narra-se o costume dos fins do século passado e princípios do actual.

Terminada a ceia, davam-se as Graças e recitava-se o Terço do Rosário ou a Coroa da Senhora das Dôres.

Depois destas devoções enquanto as mulheres fiavam, os homens, novos e velhos, entravam em amena cavaqueira a que também se associavam as mulheres. Contavam-se *histórias* das invasões francesas que os velhos ouviram a seus pais e avós, do cêrco do Pôrto (1832-34), de várias lutas civis, dos assaltos das maltas de ladrões, que depois dessas lutas, infestavam os lugares mais ermos dos caminhos e estradas, etc..

Não faltavam as lendas de feiticeiras, mouras encantadas, lobis-homens, aparecimento de almas do outro mundo, etc., etc..

Respeitosamente era lembrada a genealogia da família e recordadas as virtudes dos antepassados.

Lia-se a História Bíblica que muito contribuía para que a maior parte dos homens conhecessem os factos mais importantes da Sagrada Escritura, o que hoje, infelizmente, não acontece.

— Uma vez por outra, com a vinda de algum vizinho ou amigo, jogava-se a bisca, só por passatempo e não a *doer*.

Quando no campanário da igreja velha o sino tocava às *almas*, sufragavam-se estas e, acto contínuo, tudo ia descansar.

Rememoro com saúde a vida à lareira, dessas horas de inverno, que era uma escola de virtude e onde se robustecia o amor de família.

Este, na época actual, com o desprêzo das gloriosas tradições dos nossos antepassados, muito tem enfraquecido e a vida de família, hoje aborrecida, parece vida de pensão ou hotel porque tudo foge de casa.

De noite não se ia à *venda* mas sim de dia porque esta fechava à noite e o vendeiro ia para a lareira com a sua família. Santos costumes!

## Caça

Há alguma nesta freguesia. Encontra-se a cordoniz, galinhola, coelho, lebre, etc..

## Antigos cirurgiões

Como a medicina alguns séculos atrás, era principalmente empírica, em quasi todas as regiões e, principalmente, nas mais distantes das cidades, havia homens inteligentes e práticos, que, habilitados ou não, exerciam em larga escala a arte de curar.

Também os houve nesta freguesia onde deixaram grata memória

O mais antigo de que há memória, foi Francisco Martins Carneiro (1750).

Sucedeu-lhe o cirurgião Lamela, de Barcelos, que aqui tinha consultório.

De 1884 até 1920 exerceu aqui esta profissão Manuel António Correia de Abreu, natural de Panque (Barcelos) e antigo enfermeiro do hospital de Barcelos. Casou nesta freguesia, aqui viveu e morreu.

— Chegou a ser o cirurgião de maior nomeada e clientela nesta região estendendo-se a sua acção desde Espozende até Castelo de Neiva.

Com a morte d'este fechou-se o ciclo dos cirurgiões.

Desde há muitos anos que esta freguesia tem assistência médica oficial e pertence ao partido médico Municipal de Espozende.

## Tombo

Dá-se o nome de toambo ao inventário autêntico dos bens e terras de alguém, com suas confrontações, rendas, direitos, encargos, demarcações, etc.

Certamente o desta freguesia extraviou-se, porque, apesar de diligentemente procurado do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, no Provincial de Braga, Municipal de Espozende e nos cartórios da Junta e da Paróquia, não foi encontrado.

## Memórias Paroquiais

No século XVIII o P.<sup>o</sup> Luiz Cardoso, da Congregação do Oratório, homem erudito, elaborou um *Dicionário Geográfico*, de que se publicaram alguns



volumes, relativos às terras começadas pelas letras A. B. C.. O restante material perdeu-se no terramoto de 1755.

O ilustre sacerdote não desanimou: em 1758 enviou a todos os párocos de Portugal um questionário demandando informações para a elaboração de novo dicionário; infelizmente não levou a cabo a sua obra; e o material foi parar ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

As *Memórias Paroquiais* relativas a S. Bartolomeu do Mar que são deficientíssimas, encontram-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, livro 42, fls 83 n.º 175.

Vão transcritas nos lugares próprios.

## Faróis

A dar crédito à tradição local, em tempos remotos, houve dois faróis nesta freguesia, estando um no alto do monte *Castro* onde-se encontram vestígios e outro no fieiro da *Lontreira*.

## Caminhos

Desde tempos remotos que a parte povoada desta freguesia estava fechada por meio de cancelas em todos os caminhos.

Ainda se encontram reminescências disso no onomástico da freguesia: Cancela do Cabeceiro, da A-de-Fora, de Carreira-Cova, etc.

Tinha-se em vista evitar a fuga e perda de animais. Este costume começou a cair em desuso aí por 1850.

---

# ERRATAS

---

Aos benévoloos leitores pedimos desculpa dos seguintes erros tipográficos mais importantes:

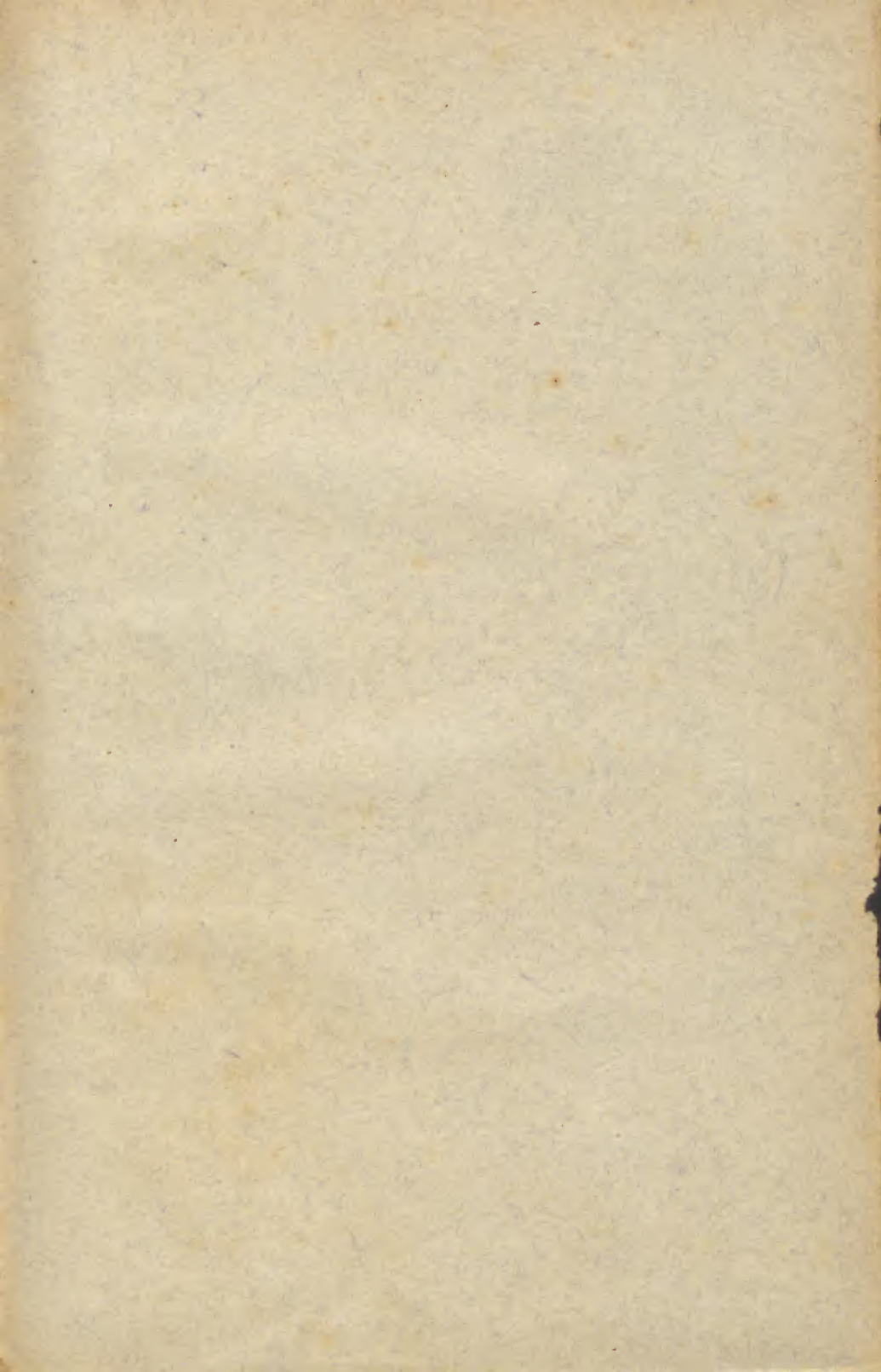
Pág.	Linha	Onde se lê	Leia-se
13	33	a esguia	e esguia
14	30	acção	à acção
15	8	30.000:00	30.000:000
16	22	dedse	desde
19	30	por êstes aí	êstes por aí
21	16	cap. X	Vers. X
32	19	a Braga	Braga
39	31	ridiculta	ridícula
59	23	séde	sede
67	20	ordem	ordem (2)
67	25	Esta afirmação	(2) Esta afirmação
70	41	destruiu	construiu
74	14	apóptolo	apóstolo
81	27	generosa	generoso
86	6	2698	1698
89	5	satifacção	satisfação
92	15	caso	casos
102	30	memórias	memória
104	14	própera	próspera
108	25	adquadas	adequadas
115	34	páo.	pág.
116	35	da vila	na vila
120	45	Vigrio	Vigário
130	24	Concelho	Conselho
132	28	touros	touras

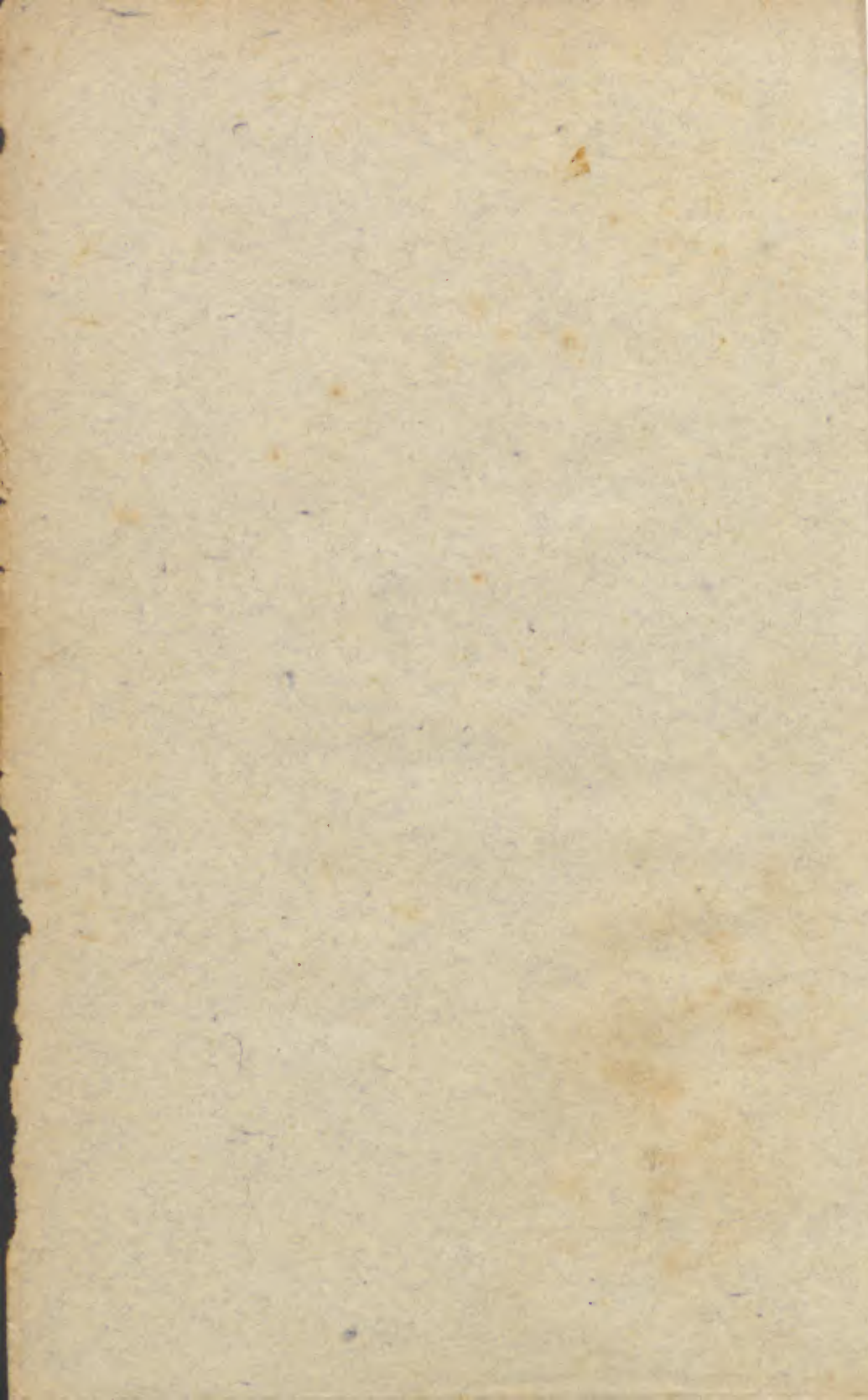
# ÍNDICE

---

Capítulo	I — Origem etimológica. Situação. Fisionomia e natureza do terreno. Paisagem, aspecto panorámico e altitude. . . . .	9
Capítulo	II — S. Bartolomeu do Mar na antiguidade. . . . .	16
Capítulo	III — Os habitantes do monte Crasto. . . . .	20
Capítulo	IV — Sob o domínio estrangeiro. Os Romanos. . . . .	26
Capítulo	V — Os Bárbaros. Vândalos. Alanos, Suevos, Visigodos e Mouros. . . . .	42
Capítulo	VI — S. Bartolomeu do Mar na Idade Média. Inquirições. Origem histórica da freguesja e igreja . . . . .	51
Capítulo	VII — S. Bartolomeu do Mar e a Ordem de S. Bento. . . . .	64
Capítulo	VIII — Igreja paroquial. Cruzeiro. Cemitério. . . . .	68
Capítulo	IX — Residência e Rendimentos Paroquiais. . . . .	81
Capítulo	X — Párcos e clero de S. Bartolomeu do Mar. . . . .	84
Capítulo	XI — Vida Religiosa, santificação dos domingos e devocões. Saúdações. . . . .	89
Capítulo	XII — Confrarias. Associações de Piedade. Acção Católica. . . . .	102
Capítulo	XIII — Romaria e Feira. . . . .	106
Capítulo	XIV — Registo Paroquial e Civil. População. . . . .	111
Capítulo	XV — Visitas Pastorais. . . . .	115
Capítulo	XVI — António Rodrigo Sampaio . . . . .	119
Capítulo	XVII — Instrução Primária. . . . .	125
Capítulo	XVIII — Agricultura. Comércio. Industria. . . . .	151
Capítulo	XIX — Agrad. . . . .	139
Capítulo	XX — Toponímia local. . . . .	141
Capítulo	XXI — Vida marítima. . . . .	150
Capítulo	XXII — Distribuição dos habitantes por profissões . . . . .	154
Capítulo	XXIII — Folclore local. Cânticos. Tradições. Adágio. Lendas. Vestuário. Vocabulário. . . . .	155
Capítulo	XXIV — Invasões francesas. . . . .	169
Capítulo	XXV — Curiosidades históricas. . . . .	171







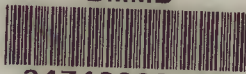








**BMMB**



**34740000743**

MONOGRAFIA DE S. BARTOLOMEU DO  
MAR

Bibli  
Manue